

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL**

**MIRNA CARRIEL CLETO**

**GÊNERO E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL:  
DESAFIOS PARA A GARANTIA DA PROTEÇÃO INTEGRAL NO MUNICÍPIO  
DE GUARATUBA/ PR**

**MATINHOS**

**2017**

MIRNA CARRIEL CLETO

GÊNERO E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL:  
DESAFIOS PARA A GARANTIA DA PROTEÇÃO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE  
GUARATUBA /PR

Dissertação apresentada como requisito parcial  
à obtenção do grau de Mestra em  
Desenvolvimento Territorial Sustentável, no  
Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento  
Territorial Sustentável da Universidade Federal  
do Paraná – Setor Litoral.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Claudio Signorelli  
Co-orientadora: Profª Drª Nadia T. Covolan

MATINHOS

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte  
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

C634g Cleto, Mirna Carriel  
Gênero e violência no contexto do acolhimento institucional: desafios para a garantia da proteção integral no município de Guaratuba/PR / Mirna Carriel Cleto ; orientador Marcos Claudio Signorelli ; co-orientadora Nadia T. Covolan. – 2017. 122 f.  
  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Matinhos/PR, 2017.  
  
1. Mulheres – vulnerabilidade. 2. Acolhimento institucional. 3. Mulheres – Litoral do Paraná. 4. Crianças e adolescentes – Litoral do Paraná. 5. Guaratuba – Políticas públicas. I. Dissertação (Mestrado) – Programa do Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável. II. Título.

CDD – 305.04



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
Setor LITORAL


Programa de Pós-Graduação DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

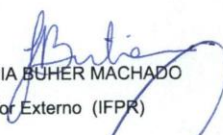
ATA Nº31

## ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

No dia vinte e quatro de Agosto de dois mil e dezessete às 08:00 horas, na sala Sala de reuniões/videoconferencia da UFPR Litoral , Sala de reuniões/videoconferencia da UFPR Litoral , foram instalados os trabalhos de arguição da mestranda **MIRNA CARRIEL CLETO** para a Defesa Pública de sua dissertação intitulada **Gênero e Violência no Contexto do Acolhimento Institucional: desafios para a garantia da proteção integral no município de Guaratuba/ Pr..** A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: **MARCOS CLAUDIO SIGNORELLI** (UFPR), **MARIA LUCIA BUHER MACHADO** (IFPR), **IVAN JAIRO JUNCKES** (UFPR). Dando início à sessão, a presidência passou a palavra a discente, para que a mesma expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. A aluna respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais. A Banca Examinadora, então, reuniu-se e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela Aprovação da aluna. A mestranda foi convidada a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora. A aprovação no rito de defesa deverá ser homologada pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais do programa. A outorga do título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, **MARCOS CLAUDIO SIGNORELLI**, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

MATINHOS, 24 de Agosto de 2017.

  
**MARCOS CLAUDIO SIGNORELLI**  
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

  
**MARIA LUCIA BUHER MACHADO**  
Avaliador Externo (IFPR)

  
**IVAN JAIRO JUNCKES**  
Avaliador Interno (UFPR)

Às mulheres-Mães, seus/as filhos/as e suas Histórias.

Todo meu afeto

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio afetivo e intelectual de muitas pessoas. Na impossibilidade de mencionar todos/as que direta ou indiretamente foram importantes nessa caminhada, lembro-os/as que o coração nunca esquece.

Agradeço ao meu orientador, Professor Dr. Marcos Claudio Signorelli e à minha Co-Orientadora, Professora Dr<sup>a</sup> Nadia T. Covolan, pelo incentivo e dedicação.

Às duas Mulheres-Mães que aceitaram compartilhar suas Histórias, acreditando que assim poderiam contribuir com outras mães que foram afastadas de seus/as filhos/as.

Ao Professor Dr. Ivan Jairo Junckes, que com a admirável condução da sua Disciplina no PPGDTS nos apresentou novas perspectivas de olhares, sensíveis e complexos, sobre a Infância e sobre a vida.

A todos/as os/as Professores/as do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, Instituição que tanto amo e respeito, por tudo que significou na minha vida.

Às Técnicas do CREAS do município de Guaratuba e à Coordenação da CCA pela disponibilidade e acolhimento, especialmente, às queridas Juliane Gdla, Regina Sartori e Sueli Padilha, pelas vivências e aprendizados compartilhados desde o Estágio em Serviço Social.

A todos/as colegas de Mestrado, especialmente as queridas Renata Tozzetti, Rita Salino, Tieme e João Rafael, por todo apoio e atenção.

À Fundação CAPES pela concessão da bolsa de Mestrado que possibilitou a realização dessa pesquisa.

E finalmente à minha Família, que é também meu Refúgio, minha Felicidade e Inspiração. A vocês, todo meu amor, Isa, Amadinha, Moi, Tia Rita e Néne. ♥

“Trata-se sempre de liberar a vida lá onde ela é prisioneira, ou de tentar fazê-lo num combate incerto.”

Gilles Deleuze e Félix Guattari



*“Qualquer fator que influenciar algum contexto maior influenciará, também a unidade mais íntima, a Família.”*

*Urie Bronfenbrenner*



## RESUMO

Esta é uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico que discute e analisa as vivências de mulheres-mães que se encontram em situação de vulnerabilidade e violência doméstica e familiar, no contexto do acolhimento institucional de seus/suas filhos/as por medida de proteção, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Para se chegar ao objetivo proposto, foi realizada a pesquisa por meio de aproximações etnográficas que oportunizaram o acesso a múltiplas versões sobre o desenvolvimento dos processos de acolhimento institucional, no período de 2012 a 2015 no município de Guaratuba, no litoral do Paraná. Foram realizadas entrevistas em profundidade com duas Mulheres-Mães (casos exemplares), e entrevistas com questões semiestruturadas com as profissionais das equipes técnicas responsáveis pelos atendimentos no Centro de Referência de Assistência Social (CREAS), da Coordenação da Casa Lar (CCA) e do Núcleo de Enfrentamento à Violência. Os resultados empíricos da pesquisa foram cotejados sob uma perspectiva interseccional, aos aportes teóricos pautados nos estudos de gênero, violência e políticas públicas. 1. As aproximações etnográficas oportunizaram conhecer e compreender a influência do contexto histórico/social, vivenciado pelos casos exemplares, nos desafios para reaver a guarda dos/as seus/as filhos/as. 2. Estabeleceu-se um paradoxo entre a determinação do afastamento do convívio familiar, com vistas à proteção integral de crianças e adolescentes, quando, na existência de vínculos afetivos, a mãe se mantém em situação de violência doméstica e familiar. 3. Observou-se que a intersetorialidade e a abordagem territorial representam ainda grandes desafios para a concretude de um trabalho em rede de forma [co]operativa e consubstancial.

Palavras- chave: Gênero. Violência. Proteção Integral. Acolhimento. Território.

## **ABSTRACT**

This is a qualitative ethnographic research that aimed to understand and discuss about the experiences of vulnerable mother women, victims of domestic violence, who had their children moved to institutional sheltering, as a protection measure established by the Statute of the Child and Adolescent (ECA). We conducted an ethnographic approach that gave access to multiple voices about the institutional sheltering processes, between 2012 and 2015 in the municipality of Guaratuba, coast of Paraná's State. In-depth interviews were conducted with two mother women (considered exemplary cases), and semi-structured interviews with the professionals from the technical teams responsible for caring families at the Center of Specialized Reference on Social Assistance (CREAS), the Coordination of Casa Lar (CCA) and the Center for Confronting Violence. The empirical results of this research were cross-referenced with an intersectional perspective, to the theoretical contributions based on studies of gender, violence and public policies. The main outcomes were: 1. The ethnographic approach made it possible to know and understand the influence of the historical/social context, experienced by the exemplary cases, and challenges to regain custody of their children. 2. A paradox was established between the determination of the withdrawal from family life with a view to the integral protection of children and adolescents, when the mother remains in a situation of domestic violence. 3. It has been observed that intersectoriality and the territorial approach still represent major challenges for the concretization of a cooperative and consubstantial network.

Keywords: Gender. Violence. Integral Protection. Reception. Territory.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

- FIGURA 1 – PERCURSO METODOLÓGICO PARA COLETA DE DADOS.... 32
- FIGURA 2 – LOCALIZAÇÃO DE GUARATUBA NO ESTADO DO PARANÁ.. 35

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 –	QUADRO SÍNTESE DOS SERVIÇOS POR NÍVEL DE COMPLEXIDADE.....	30
QUADRO 2 –	RESULTADOS DO PERCURSO DA PESQUISA: EVENTOS, PRODUTO E OBJETIVO.....	41
QUADRO 3 –	MOTIVOS DAS PASSAGENS E/OU ABRIGAMENTOS NA CCA, NO PERÍODO DE 1999 A 2015.....	50
QUADRO 4 –	TIPIFICAÇÃO DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER SEGUNDO A LMP (2006).....	89

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1	–	CARACTERIZAÇÃO DOS CASOS EXEMPLARES.....	38
TABELA 2	–	PSEUDÔNIMO E PROFISSÃO PARTICIPANTES.....	38
TABELA 3	–	NOTIFICAÇÃO / INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, SEXUAL E/OU OUTRAS VIOLÊNCIAS INTERPESSOAIS NO MUNICÍPIO DE GUARATUBA DE 2012 À 1º SEMESTRE DE 2017.....	88

## LISTA DE SIGLAS

CADÚNICO	-	Cadastro Único
CEP	-	Comitê de Ética em Pesquisa
CIE	-	Consentimento Informado Esclarecido
CNAS	-	Conselho Nacional de Assistência Social
CNPM	-	Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
CRAS	-	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	-	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	-	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	-	Índice de Desenvolvimento Humano
IPARDES	-	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	-	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LMP	-	Lei Maria da Penha
LOAS	-	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	-	Ministério do Desenvolvimento Social
NOB-SUAS/RH	-	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
ONU	-	Organização das nações unidas
PAEFI	-	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	-	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	-	Programa Bolsa Família
PNPM	-	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

PNUD	-	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PR	-	Estado do Paraná
PSE	-	Proteção Social Especial
SINAN	-	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SPM	-	Secretaria de Políticas para Mulheres
SUAS	-	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	-	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPR	-	Universidade Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>18</b>
1.1	TRAJETÓRIA DA PESQUISA	25
1.2	OBJETIVOS	27
1.2.1	Objetivo Geral	27
1.2.2	Objetivos Específicos	27
1.3	JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO ESTUDO	28
<b>2.</b>	<b>APROXIMAÇÕES ETNOGRÁFICAS NO CAMPO DA PESQUISA</b>	<b>30</b>
2.1	PROCEDIMENTOS E MÉTODOS	32
2.1.1	Apresentação do Município e das Instituições Participantes	35
2.1.2	Caracterização das participantes da pesquisa	37
2.2	ASPECTOS ÉTICOS	39
2.3	RESULTADOS PARCIAIS	41
<b>3.</b>	<b>PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE NO MUNICÍPIO DE GUARATUBA: UMA QUESTÃO DE DESENVOLVIMENTO</b>	<b>44</b>
<b>4.</b>	<b>GÊNERO E VIOLÊNCIA: AS VIVÊNCIAS DE MÃES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS/AS POR MEDIDA DE PROTEÇÃO</b>	<b>60</b>
4.1	MÃE 1	62
4.2	MÃE 2	72
<b>5.</b>	<b>INTERSECCIONALIDADE E CONSUBSTANCIALIDADE: CATEGORIAS IMPORTANTES PARA A PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL NA ATENÇÃO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA</b>	<b>96</b>
<b>6.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>103</b>
6.1	PARA NÃO ENCERRAR	104
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106
	APÊNDICE A	116
	APÊNDICE B	117
	APÊNDICE C	118
	APÊNDICE D	119
	APÊNDICE E	120



<b>ANEXO 1</b>	121
<b>ANEXO 2</b>	122

## 1 INTRODUÇÃO

Esta é uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico que discute e analisa as vivências das mulheres-mães que se encontram em situação de vulnerabilidade e violência doméstica e familiar, no contexto do acolhimento institucional<sup>1</sup> de seus/suas filhos/as por medida de proteção, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990).

O entrelaçamento de marcadores sociais de diferença – gênero, classe, cor e sexualidade – na construção de desigualdades preceitua uma reflexão sobre as políticas públicas e os serviços socioassistenciais de atenção, apoio e acompanhamento àqueles/as que vivenciam situações de violência, ameaça e violações de direitos.

As observações realizadas no campo de pesquisa abordaram as vivências de mulheres em situação de violência doméstica e familiar no contexto da determinação do acolhimento institucional de seus/suas filhos/as por medida de proteção. A adoção dessas medidas protetivas advém da verificação de ameaça ou violação dos direitos da criança e/ou do adolescente, resultante da negligência, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis, da omissão e/ou ação da sociedade ou do Estado, ou da conduta da própria criança ou adolescente (Art. 98, ECA).

Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, as bases para a garantia da Proteção Social de indivíduos e/ou grupos familiares em situação de vulnerabilidade, são tipificadas em níveis de complexidade - Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (PSE) de Média e Alta Complexidade.

O uso do termo “Mulheres-Mães” intencionou destacar os desafios inerentes à condição da mulher, que é também mãe, problematizando nesse

---

<sup>1</sup> Segundo o documento Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (MDS, 2009), o acolhimento institucional pode ser ofertado em diferentes serviços: abrigo institucional, casa-lar e república. Na Política Nacional de Assistência Social – PNAS – (2004), além desses serviços está consignada também a casa de passagem.

contexto, o afastamento de seus/as filhos/as do convívio familiar, quando a mesma permanece em situação de vulnerabilidade e de violência doméstica e familiar. Registra-se que a proteção e o acolhimento de mulheres, acompanhadas ou não de seus/as filhos/as, também estão previstos na legislação e nos serviços socioassistenciais. Assim, a atenção à mulher em situação de violência, para além das ações afirmativas de gênero, também consta nas atribuições concernentes aos Serviços Socioassistenciais de Média e Alta Complexidade:

Acolhimento provisório para mulheres, acompanhadas ou não de seus/suas filhos/as, em situação de risco de morte ou ameaças em razão da violência doméstica e familiar causadora de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral. (BRASIL, 2009, p.33).

A doutrina jurídica da proteção integral adotada pelo ECA (1990) apoia-se em três princípios fundamentais: Reconhecer a criança e o adolescente como sujeitos de direitos elementares da pessoa humana, destinatários de absoluta prioridade e o respeito à sua condição, de pessoas em peculiar fase de desenvolvimento. (grifo nosso).

Assim, o ECA (1990) inserido no ordenamento jurídico brasileiro por meio do art. 227 da Constituição Federal, declara ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, à criança e ao adolescente com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, salvos de qualquer forma de violência, negligência, exploração, discriminação, opressão ou crueldade.

As aproximações etnográficas (Geertz, 2008; Strathern, 2014), oportunizaram uma imersão no campo de estudo, sendo possível acessar múltiplas versões sobre o desenvolvimento dos processos de acolhimento institucional no município de Guaratuba, no período de 2012 a 2015.

Essas aproximações, e as observações por elas oportunizadas, ocorreram no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e na Instituição de Acolhimento Casa da Criança e do Adolescente de

Guaratuba (CCA), instituições responsáveis pelo atendimento, acolhimento, escuta e orientação às famílias.

Foram entrevistadas profissionais que compõem a equipe técnica do CREAS; a coordenação (CCA); bem como, a assistente social e a psicóloga da Secretaria de Saúde, que atuam junto ao Núcleo de Enfrentamento à Violência do município.

Realizou-se a escuta sensível (Barbier, 1998; Franco, Bueno e Merhy, 1999) de duas mulheres-mães, consideradas ‘casos exemplares’, pois vivenciaram o contexto específico do acolhimento de seus/suas filhos/as estando submetidas à violência doméstica e familiar. O referido contexto trata da história de duas mulheres negras, não alfabetizadas, carentes de recursos materiais, portanto, em condição de extrema vulnerabilidade social.

Conforme a antropóloga Marília de Carvalho, as diferenças de gênero existem desde o início da humanidade, são socialmente construídas e estão vinculadas às características e necessidades de cada sociedade variando de acordo com elas:

A inferioridade das mulheres, tantas vezes criticada e combatida, é testemunha de uma luta que nem sempre encontra respaldo e apoio em todos os grupos sociais. O movimento feminista tem dado grande contribuição na conquista pela igualdade significativa de pesquisas que explicam, com, quando, em que situações sociais esta inferioridade se manifesta. (CARVALHO, 2015, p.24).

A historiadora norte-americana Joan Scott (1990) argumenta que o conceito de gênero surge com a intenção de se opor a um determinismo biológico nas relações entre os sexos, conferindo-lhes um caráter social. Na base dessa desigualdade socialmente construída, está o modelo dicotômico de gênero, com seus estereótipos que inferiorizam as mulheres, produzem e naturalizam diferentes violências. Segundo Scott (1990, p.3), entender o gênero como elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, sugere uma reavaliação crítica dos parâmetros e proposições das noções tradicionais impostas socialmente.

O Mapa da Violência (2015) apresenta dados alarmantes sobre a incidência de violência contra a mulher, especialmente contra as mulheres negras. Os números revelam a urgência de se reconhecer o tema como um

grave problema social, que apresenta desafios para as políticas públicas, para os equipamentos e serviços nos diversos âmbitos, dentre eles, a Saúde, a Assistência Social, o Judiciário, Ministério Público e órgãos ligados à Segurança Pública.

Representando um marco político na luta pelos direitos das mulheres, há onze anos foi promulgada a Lei Nº 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha (LMP). Não obstante, a referida lei encontra-se ainda em processo de implementação e tem sofrido reveses com a recente onda conservadora, indicando a necessidade de maior efetivação e acesso aos direitos para as mulheres.

Nesse contexto, a pesquisa “Violência doméstica e familiar contra a mulher” realizada pelo Instituto DataSenado (2017), em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência, constatou um aumento significativo do percentual de mulheres que afirmaram ter sido vítimas de algum tipo de violência, subindo de 18% em 2015, para 29%, em 2017. Da mesma maneira, houve um aumento de 15% no índice de entrevistadas que declararam conhecer alguma mulher que já sofreu violência doméstica ou familiar, em comparação com a pesquisa realizada em 2015.

De acordo com a mesma pesquisa, Mulheres-Mães estão mais propensas a sofrer violência e também estão mais sujeitas a sofrer violência física. Entre as Mulheres-Mães que declararam ter sofrido violência, 70% foram vítimas de violência física. Já entre as mulheres que não possuíam filhos, o percentual foi de 38%.

Tendo por referência a agenda de gênero constituída ao longo das últimas décadas no Brasil, segundo Farah (2004, p.58), incluíram-se diversas diretrizes no campo das políticas públicas, como a questão da Violência, da Saúde, da geração de Emprego e Renda, da Educação, do Trabalho, Infraestrutura urbana e Habitação e a incorporação da perspectiva de gênero “por toda política pública (de forma transversal), garantindo que a problemática das mulheres seja contemplada toda vez que se formular e implementar uma política”.

Para Goldani (2002), a incorporação de uma perspectiva de gênero na formulação e implementação de políticas sociais respondeu tanto às pressões internacionais, como às conquistas dos movimentos de mulheres na luta pelos seus direitos e pela igualdade de gênero. Entretanto, para Campos e Teixeira (2010) a falta de um aprofundamento do debate teórico sobre a participação da família e da mulher nos sistemas de proteção social, é reconhecidamente histórica, tendo as análises promovidas pela economia política, centradas tradicionalmente, na relação Estado/Mercado.

Da mesma forma, as implicações da centralidade da família e da titularidade feminina nas políticas públicas e nos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, suscitam discussões acerca do dualismo entre a possibilidade de ampliação da autonomia feminina, ou da intenção de se reforçar papéis sociais, historicamente designados para homens e mulheres (Mioto, 2008; Mariano e Carloto, 2009; Teixeira, 2009).

As histórias vividas pelos dois casos exemplares desvelaram que o enfrentamento à violência contra a mulher preceitua reflexões teóricas sobre as causas e a origem do fenômeno. Para tanto, tratando-se de duas mulheres negras em situação de vulnerabilidade e violência, faziam-se necessárias categorias analíticas que contemplassem a abordagem sobre a condição dessas Mulheres-Mães (gênero) associada a outros campos<sup>2</sup>, como a cor e a classe.

Nesse contexto, Kimberlé Crenshaw (2002), discorre sobre o surgimento da categoria interseccionalidade a fim de verificar a aplicabilidade do feminismo negro em leis antidiscriminação, referindo-se especialmente ao caso de *Degraffenreid vs General Motors*, uma disputa judicial entre cinco mulheres negras e a gigante GM, por discriminação de cor e gênero. A autora adotou o uso do termo interseccionalidade para lidar com o fato de que muitos dos problemas de justiça social, como o racismo e o sexismo, frequentemente se sobrepõem criando múltiplos níveis de injustiça social. A feminista Sirma Bilge (2009) refere que a interseccionalidade:

---

<sup>2</sup> Ver McCall (2005, p.1771).

Visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. [...] O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais. (Bilge, 2009, p. 70).

Para Danièle Kergoat (2010, p. 98) é preciso considerar toda a complexidade dinâmica das relações sociais substanciais (sexo, cor e classe), a fim de se evitar que a adoção de pares destas relações, em uma possível análise, não submeta outra dimensão a certa invisibilidade. Segundo sua tese, na perspectiva da análise sociológica, as relações sociais são consubstanciais e estão atreladas, não podendo ser desconectadas das práticas sociais. Nesse sentido, as relações sociais de classe, gênero e cor, são coextensivas, ou seja, ao se desenvolverem se reproduzem e se co-reproduzem mutuamente. (KERGOAT, 2010).

Para tanto, é necessário conhecer e compreender o espaço vivido<sup>3</sup> por essas Mulheres-Mães, dando visibilidade às suas necessidades e vulnerabilidades. Ressalta-se, nesse sentido, a importância da abordagem territorial, compreendendo conforme Milton Santos (2011), “que é no território tal como ele atualmente é, que a cidadania se dá tal como ela é hoje, isto é, incompleta”. Nesse sentido, o componente territorial supõe, segundo o autor:

(...) de um lado, uma instrumentação do território capaz de atribuir a todos os habitantes aqueles bens e serviços indispensáveis, não importa onde esteja a pessoa; e de outro lado, uma adequada gestão do território, pela qual a distribuição geral dos bens e serviços públicos seja assegurada. Os níveis territoriais-administrativos responderiam aos diversos níveis da demanda social. Nessas condições, deve-se falar de um modelo cívico-territorial, a organização e a gestão do espaço sendo instrumentais a uma política efetivamente redistributiva, isto é, tendente à atribuição de justiça social para a totalidade da população, não importa onde esteja cada indivíduo. (SANTOS, 2013, p. 81).

Conforme Filgueiras (2016) na política social, território é um termo polissêmico que deve ser problematizado, referindo-se:

---

<sup>3</sup> Ver Lefebvre (2006)

Tanto ao espaço geográfico onde a intervenção pública ocorre, quanto às dimensões sociais, políticas e administrativas nas quais há atores que habitam e/ou integram os espaços, onde se exerce um poder, onde há delimitação de competências. A escala territorial é definida de maneira variável, de acordo com os países, as políticas específicas e o nível de abrangência ou de capilaridade ao qual se pretende fazer referência. (FILGUEIRAS, 2016, p. 96).

O município de Guaratuba localiza-se no litoral do Paraná e apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de 0.717 e um Índice de Gini<sup>4</sup> da Renda Domiciliar Per Capita de 0,5583. Conforme Azevedo (2016), Guaratuba apresenta um dos maiores percentuais de domicílios de uso ocasional em relação aos domicílios particulares do litoral do PR.

A população estimada de 35.588 habitantes (2016) e censitária de 32.095 habitantes (Censo 2010) está distribuída entre as áreas urbana (28.805/hab.) e rural (3.290/ hab.). Segundo Azevedo (2016, p.105), o município tem cerca de “36% da população urbana vivendo em setores de vulnerabilidade social muito baixa e 25,6% em áreas de baixa vulnerabilidade. Nas áreas de média vulnerabilidade, vivem 33,7% (dentre elas o bairro do Carvoeiro e de Coroados, onde residem Mãe1 e Mãe2, respectivamente) e 2,56% em áreas de vulnerabilidade muito alta”.

De acordo com Anjos (2006) a bioética desenvolvida nos padrões latino-americanos tem “levado a sério os desafios da vulnerabilidade social e as suas causas mais profundas, para que a autonomia possa ser construída com consistência”. Nessa mesma perspectiva, a relação entre a condição feminina e o desenvolvimento é demonstrada pelo economista Amartya Sen (2000), a partir de várias pesquisas realizadas em diferentes países, tanto do Ocidente quanto do Oriente. Para o autor o papel de condição de agente, ou seja, de autonomia das mulheres, tem influência direta sobre o bem estar feminino, mas seu alcance é maior. A instrução e a renda feminina aumentam o seu poder e sua condição de transformar a sua vida e da sociedade em seu entorno.

O aspecto avaliativo, de aumento de bem estar das mulheres, e o da sua agência, influenciam diretamente o desenvolvimento em geral:

---

<sup>4</sup> Medidor de desigualdade social, titulado em homenagem ao seu criador Corrado Gini.



O grande alcance da condição de agente das mulheres é uma das áreas mais negligenciadas nos estudos sobre o desenvolvimento e requer correção urgente. Pode-se dizer que nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres. Este é de fato um aspecto crucial do desenvolvimento como liberdade. (SEN, 2000, p.235).

Ainda, os estudos de Venâncio (1997) sobre a relação entre a história do abandono e da vulnerabilidade da infância, ligada à história da dor feminina, permeou a presente pesquisa, que foi organizada da seguinte forma. O trabalho foi dividido por capítulos por motivos didáticos, não pretendendo isolar os relatos, mas a fim de articular a questão teórica e empírica.

Após essa introdução apresentam-se em detalhes no segundo capítulo, os procedimentos metodológicos a partir de aproximações etnográficas no campo da pesquisa.

No terceiro capítulo discute-se a questão da proteção à infância, do acolhimento institucional por medida de proteção e das instituições responsáveis pelos serviços socioassistenciais concernentes ao tema.

O quarto capítulo apresenta as vozes das mulheres-mães em situação de violência doméstica e familiar, no contexto do acolhimento de seus/suas filhos/as.

No quinto capítulo, discute-se o tema à luz da perspectiva interseccional, nos termos da consubstancialidade.

Por fim, tecem-se as considerações finais, levando em conta todo lido, ouvido, refletido, buscando cumprir os objetivos traçados.

Nesse contexto, os aspectos Éticos e Bioéticos são ressaltados, na abordagem da delicada questão que envolve Mulheres-Mães, acolhimento e violências.

## 1.1 TRAJETÓRIA DA PESQUISA

A aproximação com o tema surgiu a partir da experiência durante o período de cumprimento dos Estágios, Obrigatório e Não-Obrigatório em

Serviço Social da Universidade Federal do Paraná (UFPR) no ano de 2012, realizados no CREAS do município de Guaratuba, no litoral do Paraná.

Em razão da falta de uma equipe técnica exclusiva, a equipe multiprofissional do CREAS era responsável também pelo atendimento às demandas da Casa da Criança e do Adolescente - CCA, instituição de acolhimento do município, que funciona hoje próxima dos moldes de uma Casa-lar. Dessa forma, foi possível a aproximação com a realidade vivida pelas crianças e adolescentes, afastadas/os do convívio familiar por medida de proteção e suas famílias. A modalidade Casa Lar foi definida pela Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, configurando uma unidade residencial, sob responsabilidade de mãe/cuidador/a, e/ou educador/a social, que abrigue até 10 (dez) crianças e/ou adolescentes de 0 a 18 anos incompletos. As instituições dessa modalidade devem estar submetidas a todas as determinações do ECA.

Durante o período de observações realizadas no campo de estágio, chamavam a atenção alguns casos que chegavam ao CREAS, nos quais a determinação de afastamento do convívio familiar se dava em função da ocorrência de violência doméstica e familiar. Nesse contexto, a violência era praticada também contra as Mulheres-Mães, que sofriam com o afastamento dos filhos e mantinham-se em casa submetidas aos mais diversos tipos de violências perpetradas por seus companheiros e/ou familiares.

A aproximação com as vivências dessas Mulheres-Mães em situação de vulnerabilidade e violência que tiveram os/as filhos/as acolhidos/as suscitou uma série de perguntas que nortearam o presente estudo:

1. Como essas Mulheres-Mães reconhecem o fenômeno da violência vivida e do acolhimento de seus/as filhos/as?
2. Em que medida a intersecção de marcadores sociais de diferença implica na impossibilidade de reaver a guarda de seus/suas filhos/as?
3. Quais os tipos de intervenção são realizados pelos serviços da Proteção Social Especial sobre a condição de vulnerabilidade e violência doméstica e familiar dessas Mulheres-Mães?

4. Como se dispõem as políticas e os Serviços Socioassistenciais de Média e Alta complexidade frente à condição da Mulher-Mãe em situação de violência?

As inquietações decorrentes das vivências no campo do estágio durante a graduação em Serviço Social foram trazidas para a Pós- Graduação, delineando o presente estudo, que se debruça sobre a questão da violência doméstica e familiar contra a Mulher-Mãe e a invisibilidade dessa condição, no contexto do acolhimento institucional de crianças e adolescentes por medida de proteção.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Compreender e discutir as vivências de mulheres-mães que se encontram em situação de violência doméstica e familiar no contexto do acolhimento institucional de seus/suas filhos/as por medida de proteção.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Compreender de que forma as mulheres-mães (casos exemplares) reconhecem os fenômenos da violência vivida e do acolhimento de seus/as filhos/as.
- b) Conhecer os arranjos organizativos de ações desenvolvidas pelos Serviços da PSE de Média e Alta Complexidade, no contexto do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, quando há incidência de violência doméstica e familiar praticada também contra Mulheres-Mães, no município de Guaratuba.
- c) Conhecer, refletir e discutir, sob a perspectiva interseccional, o contexto do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, quando há [re] incidência de violência doméstica e familiar contra Mulheres-Mães.

### 1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO ESTUDO

As medidas de proteção à criança e ao adolescente podem ser definidas como providências que visam salvaguardar direitos que tenham sido violados, ou estejam sob ameaça de violação, atuando sempre em favor do interesse da criança ou do adolescente. Assim, na aplicação das medidas protetivas deve-se levar em conta, preferencialmente, aquelas que visem fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

Este estudo reflete e argumenta sobre a urgência de se ampliar o estudo das desigualdades e opressões que se traduzem nos mais diversos tipos de violências contra as mulheres e a infância.

Os Serviços da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade preveem atenção e acolhimento provisório para mulheres, acompanhadas ou não de seus/as filhos/as, estando esses/as em situação de risco ou ameaça, em razão de violência doméstica e familiar causadora de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral. (BRASIL, 2009).

Em pesquisa não exaustiva, constatou-se que existem vários trabalhos sobre violência contra mulher, assim como outros tantos sobre a violência contra a infância e juventude e sobre as legislações pertinentes a essas situações (Lei Maria da Penha, ECA). No entanto, há uma carência de estudos sobre abordagens que contemplem, conjuntamente, mulheres-mães e filhos/as em situação de violência e vulnerabilidade social no contexto do acolhimento institucional.

Da mesma forma, segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizada em 2015, mais de dez anos “após a sanção da LMP, há uma completa lacuna acerca de estudos empíricos que procurassem avaliar o seu efeito”. Os resultados da referida pesquisa indicaram que a lei:

“Cumpru um papel relevante para conter a violência de gênero, ainda que sua efetividade não tenha se dado de maneira uniforme no país, uma vez que a sua eficácia depende da institucionalização de vários serviços protetivos nas localidades, que se deu de forma desigual no território”. (IPEA, 2015, p. 5).

Assim, a presente pesquisa aborda o âmbito das medidas protetivas

que preconizam a preservação e garantia dos direitos de crianças e adolescentes, mas também, de mulheres-mães em situação de violência doméstica e familiar, no contexto do acolhimento institucional.

## 2. APROXIMAÇÕES ETNOGRÁFICAS NO CAMPO DA PESQUISA

O estudo baseou-se em metodologia qualitativa, a partir de aproximações etnográficas no campo de pesquisa, realizadas nas instituições responsáveis pelos serviços de Proteção Social Especial de Média (CREAS) e Alta Complexidade (CCA), do município de Guaratuba, no período de 2012 a 2015. Para melhor compreensão sobre a organização dos níveis de complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) elaborou-se um quadro síntese, apresentado a seguir.

QUADRO 1 - QUADRO SÍNTESE DOS SERVIÇOS POR NÍVEL DE COMPLEXIDADE

<b>PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA</b>	
1.	Serviço de proteção e atenção integral à Família – PAIF
2.	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos
3.	Serviço de suporte familiar
<b>PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL</b>	
<b>Média complexidade (creas)</b>	
1.	Serviço de proteção e atendimento especializado à famílias e indivíduos - PAEFI
2.	Serviço especializado de abordagem social em espaços públicos
3.	Serviço de proteção social especial aos/às adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa (MSE) de liberdade assistida (LA) e/ou de prestação de serviços a comunidade (PSC).
4.	Serviço especializado de atenção às pessoas em situação de rua
5.	Serviço de apoio ao processo de [re] habilitação
<b>Alta Complexidade (CCA)</b>	
6.	Serviço de acolhimento institucional
7.	Serviço de acolhimento em república
8.	Serviço de acolhimento em família acolhedora
9.	Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências

FONTE: Adaptado do Texto da Resolução 109 de 11 de novembro de 2009, (2017).

O método etnográfico, como processo conduzido a partir de uma sensibilidade reflexiva, corrobora o estabelecimento de relações e a seleção de interlocutores/as, favorecendo a realização de uma descrição densa do objeto de pesquisa e do contexto no qual está inserido. Segundo Geertz (2008, p.4),

essa metodologia favorece a obtenção de grandes conclusões a partir de fatos pequenos, que estando densamente entrelaçados, apoiam amplas afirmativas sobre o papel da cultura na construção da vida coletiva.

A pesquisa se propôs a trabalhar com atitudes, crenças comportamentos e ações, conforme Minayo (2005), buscando compreender a forma como as mulheres-mães interpretam e conferem sentido a suas experiências e ao mundo em que vivem. Nesse contexto, privilegiou-se a escuta sensível de dois casos exemplares, de mulheres negras em situação de extrema vulnerabilidade e violência, que perderam a guarda de seus/as filhos/as por medida de proteção, no município de Guaratuba. Considerou-se importante visibilizar e dar voz a essas Mulheres-Mães, cotejando suas vivências com todo o observado e ouvido, com os estudos de gênero, violência, interseccionalidade e políticas públicas, no contexto da Proteção Social Especial (PSE).

Apoiando-se em Geertz (2008) ao afirmar que “o locus de estudo não é o objeto de estudo”, considera-se importante esclarecer que ainda que a escuta dessas mães tenha sido realizada nas dependências do CREAS (atendendo aos pressupostos éticos de segurança e sigilo), a perspectiva interseccional e de gênero, elege a voz dessas mulheres como objeto sensível, buscando compreendê-las como corpo vivido (Beauvoir, 2009; Moi, 2001; Covolan, 2005; Sáenz, 2012) que guarda histórias na sua subjetividade e nela carrega suas marcas [in] visíveis.

Para Strathern (2014, p.8) “o efeito etnográfico se dá no momento da escrita, em que a observação e análise estão em relação e num mesmo plano”. A escrita, como recriação imaginativa da experiência no campo, guarda em si uma “relação complexa entre dois campos, o etnográfico e o teórico, que se tocam, mas não se sobrepõem”. Nessa perspectiva (Signorelli, 2011; Liamputtong e Ezzy, 2005) compreendem que a pesquisa qualitativa se apoia em uma orientação interpretativa, que tem como objetivos principais contextualizar e tornar compreensível a natureza de experiências e ações, favorecendo análises mais consistentes e integrativas. A partir dessa compreensão, a abordagem etnometodológica mostrou-se pertinente para uma

análise compreensiva, sendo fundamental para o estudo; conhecer e compreender as percepções pessoais dessas Mulheres-Mães acerca de suas vivências e sobre qual seria o seu entendimento sobre as violências sofridas ao longo da vida e sobre os próprios direitos. Para tanto, seguiram-se os passos representados pela figura abaixo:

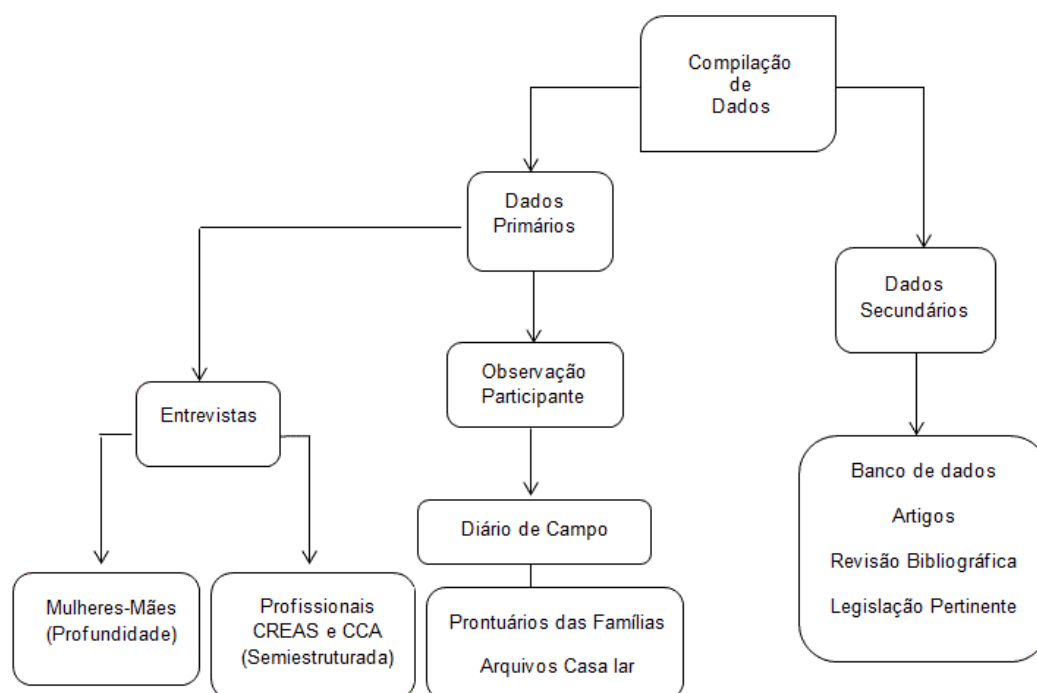


FIGURA 1 - PERCURSO METODOLÓGICO PARA COLETA DE DADOS

FONTE: Os/as autores/as (2017).

## 2.1 PROCEDIMENTOS E MÉTODOS

No desenvolvimento do trabalho os dados foram coletados mediante observação de campo, entrevistas em profundidade com mulheres-mães (dois casos exemplares) no contexto do acolhimento de seus/as filhos/as, e entrevistas com questões semiestruturadas, com profissionais da equipe técnica do CREAS e com a coordenação da CCA.

Minayo (2005) refere que as entrevistas podem assumir diferentes formatos e classificações. Assim, cada tipo de entrevista exigiu um determinado formato de roteiro e lógica de aplicação. Nas entrevistas com as



Mulheres-Mães, optou-se por deixá-las falar livremente sobre sua história de vida, permitindo que trouxessem à tona as vivências desde a infância e seu entendimento sobre o porquê se deu o acolhimento institucional dos/as filhos/as. Essas entrevistas foram, especialmente, carregadas de muita emoção, momentos de choro e desalento, sendo necessárias pausas, sempre respeitando o tempo e os limites de cada uma das mães.

De outro modo, optou-se pelo uso de questões semiestruturadas (constantes no apêndice) com as profissionais das equipes técnicas, que permitiram a flexibilidade nos diálogos e a absorção de novos temas e questões trazidas pelas interlocutoras como sendo de sua relevância. (MINAYO, 2005, p. 136).

Os primeiros registros no caderno de campo datam desde as primeiras aproximações com o campo e com o tema da presente pesquisa, ainda no período de estágio em Serviço Social, em 2012. Foram abordados detalhes sobre as observações realizadas nos atendimentos, questionamentos pessoais e acerca da práxis profissional, inquietações e reflexões sobre as vivências ali compartilhadas. Magnani (1997) discorre sobre a capacidade deste instrumento em dimensionar o processo de imersão no universo investigado, próprio da pesquisa etnográfica. Nesse sentido, o caderno de campo possibilitou o registro de dados e informações obtidas há anos atrás, de maneira sistematizada e contextualizada; organizada cronologicamente, corroborando ao entendimento dos processos de acolhimento mesmo depois de passados quase cinco anos.

Um material rico foi compilado nesse período, guardando o que possivelmente a memória não garantiria com a mesma precisão e sensibilidade. As percepções obtidas por meio das observações sobre as práticas de cuidado das cuidadoras sociais e do contato diário com as famílias e profissionais das equipes técnicas durante os atendimentos, suscitaram inquietações e *insights* para futuras pesquisas.

Nessa perspectiva, de acordo com Emerson et al. (1995) ao “colocar em palavras escritas” tudo que foi observado, ouvido e vivido, registra-se, para além das experiências, as próprias percepções e interpretações dos eventos,

como processo ativo de apropriação dos sentidos, sentimentos e relações compartilhadas. Segundo Malinowski (1978), para que seja possível “mergulhar na vida do outro”, a aproximação com o/a entrevistado/a deve ser fundada na confiança e na empatia, garantindo ao/a pesquisador/a que seu interlocutor sinta-se a vontade para falar sobre a sua vida e lhe dê liberdade de observação.

Para a socióloga Martins (2004), o recurso ao depoimento oral tem levantado várias questões e objeções que dizem respeito à memória, em virtude:

(...) da compreensão de que entre o tempo do acontecimento e o tempo presente do relato o informante, a cuja memória se apela, viveu um conjunto de experiências que, de certa forma, orientam a visão que ele tem do passado. Seu olhar presente para o já vivido sofre a interferência daquelas experiências; muitas vezes ele não espelha a “verdade” sobre a vida passada, mas se limita a lembrar aquilo que ele quer ou pode recordar, à luz das vivências mais recentes. (MARTINS, 2004, p. 295).

Para a realização da pesquisa foram compilados dados primários e secundários. A coleta de dados secundários se deu por meio de pesquisa e análise documental, com a leitura sistemática de documentos oficiais, legislação pertinente e de diretrizes que balizam os atendimentos as mulheres-mães e seus filhos, no contexto do acolhimento institucional. Foram realizadas ainda: consultas a prontuários, fichas de atendimento, estudos e relatórios psicossociais e análise temática de categorias emergentes do campo.

Os dados coletados na pesquisa empírica foram estruturados e comparados com os dados obtidos por meio das fontes secundárias. Posteriormente, o conjunto foi analisado com base no referencial teórico. A abordagem consubstancial permitiu um estudo pautado na diversidade de relatos e na complexidade da realidade vivida, intrínsecas a estas relações, muitas vezes contraditórias – de cuidado, afetividade, proteção, negligência e violência.

A convivência diária por um ano e meio durante o período de estágio, com as crianças e adolescentes e suas famílias, aconteceu no CREAS e na CCA, que durante esse período ocupavam o mesmo espaço na Unidade Marcílio Dias, juntamente com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de

Vínculos (SCFV). No intervalo que sucedeu o término do estágio e o início do curso de Mestrado, mantiveram-se os contatos eventuais com as mães e jovens que foram desacolhidos. Posteriormente, com o início da coleta de dados para a dissertação, retomou-se a possibilidade de acesso aos relatórios, oportunizando novamente a “imersão na vida do grupo” Geertz (2008) e, por conseguinte, o acompanhamento dos desdobramentos dos processos e atendimentos realizados, favorecendo uma “descrição consistente da realidade” vivida por essas mulheres-mães e seus filhos.

### 2.1.1 Apresentação do município e das Instituições participantes

Pertencendo a microrregião geográfica de Paranaguá, Guaratuba é um dos sete municípios do litoral paranaense, juntamente com Morretes, Guaraqueçaba, Paranaguá, Pontal do Paraná, Matinhos e Antonina.



FIGURA 2 - LOCALIZAÇÃO DE GUARATUBA NO ESTADO DO PARANÁ

FONTE: Google Maps (2017).

Segundo dados constantes no Caderno Estatístico do Município de Guaratuba (2017), elaborado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, o município possui uma área territorial de

1.328,480 km<sup>2</sup>, tendo como principais atividades econômicas, a agricultura, a pesca e o turismo (predominantemente de setembro a fevereiro em função do clima favorável). Apresentando um PIB per capita de R\$ 15004.23, na comparação com os demais municípios do estado do Paraná, sua posição é de 335 de 399, sendo 52% do seu orçamento proveniente de fontes externas.

Em 1992 foi criada a Área de Proteção Ambiental – APA Estadual de Guaratuba<sup>5</sup>, abrangendo quase a totalidade da área do município, com objetivo de ‘proteger a rede hídrica, os manguezais, disciplinar o uso turístico, conservar a fauna, flora e os sítios arqueológicos. Nesse contexto, as atividades econômicas no município coexistem “em meio a um quadro de complexidades sociais, pobreza das populações locais, falta de infraestrutura básica, apropriação desigual dos recursos naturais e ambientais”. (IAP, 2006, p.106).

Nesse sentido, compreende-se que o território deve ser contemplado como espaço onde acontecem as relações sociais e suas especificidades, sendo importante para as ações e estratégias de atendimento, conhecer a população e o meio no qual ela está inserida. Gadelha et al (2011, p.3004) ao referir o desenho das políticas de Saúde, defende que no âmbito nacional, ainda não teria sido desenvolvido um enfoque territorial/regional, fato esse, que “tem comprometido o atendimento das múltiplas realidades que se apresentam no território, assim como a superação, ou mesmo a mitigação, das desigualdades nele observadas”. Assim como para a Saúde, esses mesmos desafios se apresentam aos Serviços Socioassistenciais de Média e Alta Complexidade no atendimento as famílias em situação de vulnerabilidade, sobretudo no que tange ações afirmativas a favor do feminino.

A realização da presente pesquisa nas instituições CREAS e CCA, foi autorizada pela Secretaria do Bem Estar e da Promoção Social e pela Secretaria da Saúde, para a consulta e compilação de dados concernentes ao tema. Por sugestão da coordenação do CREAS foi entregue uma carta de apresentação da presente pesquisa, à Exma. Sr<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Juíza de Direito da Vara

---

<sup>5</sup> APA Estadual de Guaratuba possui uma área de aproximadamente 200 mil hectares, distribuída pelos municípios de Guaratuba, Matinhos, Tijucas do Sul, São José dos Pinhais, Morretes e Paranaguá.

de Família e Sucessões da Comarca de Guaratuba, tendo em vista que seriam consultados processos e relatórios sobre as famílias, no contexto do acolhimento.

Após todas as autorizações e termos de consentimento ratificados, iniciou-se a consulta aos arquivos e pastas referentes aos processos das famílias no CREAS. A instituição disponibilizou uma sala com mesa para o tempo que fosse necessário, garantindo um ambiente adequado para a realização da pesquisa e, por conseguinte, das entrevistas com as Mulheres-Mães.

### 2.1.2 Caracterização das participantes da pesquisa

A partir, das observações realizadas no campo, e do contato diário com as crianças, adolescentes e suas famílias, durante os atendimentos realizados pelas equipes técnicas, emergiram questionamentos acerca do tema. Dentre os/as usuários/as atendidos/as pelos Serviços Socioassistenciais, estavam mulheres que serviram de inspiração para o presente estudo e que passaram a ser denominadas como “casos exemplares”.

Esses casos exemplares representavam mães que vivenciaram a realidade da violência doméstica e familiar e foram afastadas de seus filhos pela determinação da medida de proteção, sendo estes encaminhados para a CCA. O principal critério utilizado para a escolha dos casos exemplares foi a existência de vínculos afetivos entre mães e filhos/as, a intenção de reaver a guarda e o convívio familiar.

O antropólogo Da Matta (1981) discorre sobre a “interação complexa entre o investigador e o sujeito investigado” ao compartilhar “um mesmo universo de experiências humanas”. Nesse sentido, ao dar voz a história vivida por essas mulheres-mães buscou-se oportunizar espaços para diálogos importantes e necessários, que ensejam interpretações mais condizentes com a realidade desses fenômenos complexos, sem buscar distinguir as motivações e causas de maneira isolada e/ou desconectada.

Isso posto, apresenta-se o perfil dos casos exemplares a seguir:

TABELA 1 - CARACTERIZAÇÃO DOS CASOS EXEMPLARES

PSEUDÔNIMO	IDADE	COR	ESCOLARIDADE	Nº FILHOS/AS ACOLHIDOS/AS	PROFISSÃO /TRABALHO
Mãe 1	34	Negra	Não escolarizada	2 filhas	Catadora de produtos recicláveis (Informal)
Mãe 2	36	Negra	Não escolarizada	6 filhos/as (3 meninos e 3 meninas)	Dona de casa

FONTE: OS/AS AUTORES/AS (2017).

Os Serviços Socioassistenciais de Média e Alta Complexidade foram representados por duas Assistentes Sociais, uma Psicóloga e pela profissional responsável pela Coordenação da CCA de Guaratuba. Contribuíram ainda para a pesquisa, as profissionais (Assistente Social e Psicóloga) que compõem o Núcleo de Prevenção à Violência de Guaratuba, que atuam na Secretaria de Saúde do município. Para melhor compreensão, apresenta-se o quadro com a síntese das profissionais entrevistadas e atividades por elas desenvolvidas.

TABELA 2 - PSEUDÔNIMO E PROFISSÃO DAS PROFISSIONAIS PARTICIPANTES DA PESQUISA

PSEUDÔNIMO	PROFISSÃO
Técnica1	Assistente Social
Técnica 2	Assistente Social
Técnica3	Assistente Social
Técnica4	Psicóloga
Técnica5	Coordenadora
Técnica 6	Psicóloga

FONTE: Os/as autores/as (2017).

## 2.2 ASPECTOS ÉTICOS

Foram garantidos, o anonimato e a confidencialidade das participantes da pesquisa, adotando-se pseudônimos e o acordo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), seguindo todos os procedimentos éticos, exigidos pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Paraná (UFPR), conforme consta na aprovação no Parecer CEP/SD-PB nº 1818173. Da mesma forma, foram respeitadas e seguidas todas as recomendações<sup>6</sup> da OMS (2001), para pesquisas feitas com mulheres em situação de violência doméstica.

Cientes de que toda pesquisa que envolve seres humanos, direta ou indiretamente, representa riscos, ainda que mínimos ou indiretos, foram tomadas as devidas precauções sobre os possíveis danos causados as participantes, tais como, desconforto e/ou constrangimento mediante as perguntas realizadas durante as entrevistas. Nesse sentido, as entrevistadas foram orientadas previamente, que ao primeiro sinal de constrangimento em responder alguma das perguntas, a pesquisa poderia ser interrompida imediatamente. Foram esclarecidos ainda, sobretudo às mães, que o benefício da pesquisa para as participantes, encontrava-se na possibilidade de novos olhares para as práticas no contexto do acolhimento institucional.

O objetivo primeiro do estudo intencionou corroborar futuramente ao surgimento de estratégias para: o [re] estabelecimento e/ou fortalecimento de vínculos familiares e sociais; o enfrentamento à violência doméstica, acolhimento e atenção às mulheres vítimas de violência doméstica; à promoção da autonomia de mulheres que tiveram seus filhos acolhidos e para a garantia da proteção integral.

Foram pensados fatores de inclusão para que a seleção dos/as participantes da pesquisa envolvesse uma população adulta (maior que 18 anos), autônoma, garantindo um preenchimento do TCLE sem qualquer tipo de

---

<sup>6</sup> Ver “Putting Women First: Ethical and Safety Recommendations for Research on Domestic Violence Against Women”. Disponível em: <http://www.who.int/gender/violence/womenfirsteng.pdf>

intervenção/convencimento, buscando não interferir na decisão em participar ou não da pesquisa.

Atentou-se para a possibilidade de que entre as mulheres-mães participantes pudesse haver casos de “vulnerabilidade extrínseca”, que segundo Rogers e Ballantyne (2008), pode ser ocasionada por circunstâncias externas, como falta de poder socioeconômico, pobreza, baixa/falta de escolaridade ou carência de recursos. Neste sentido, a vulnerabilidade extrínseca decorre do contexto socioeconômico no qual vivem as participantes de pesquisa. Circunstâncias sociais injustas podem resultar em vulnerabilidade de várias maneiras, cada uma das quais, requer diferentes mecanismos para proteger a população de pesquisa contra exploração e danos.

No caso das mães participantes, ainda que se tenha confirmado a condição de não alfabetizadas, ambas não apresentaram dificuldade alguma na interpretação e/ou entendimento do TCLE, demonstrando total capacidade cognitiva para determinar qual curso de ação melhor protegia seus interesses.

Neste contexto, a explicação detalhada e em linguagem adequada e acessível do TCLE foi realizada com a presença de uma técnica do CREAS, para a certificação de que todas as dúvidas foram atendidas, esclarecendo, sobretudo, que o convite de participação na pesquisa não configurava uma ordem implícita, mas sim, uma expressão de sua vontade e autonomia.

Segundo o estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas – IPEA (2004), a pobreza é insuficiente para explicar todas as formas de manifestação da violência no âmbito da família:

A realidade mostra que a pobreza ou carência de recursos materiais não é suficiente para explicar com profundidade o fenômeno da violação de direitos da criança e do adolescente. A violência cometida contra a população infanto-juvenil não ocorre em todas as famílias que são pobres, assim como não é verdade que crianças e adolescentes oriundos de famílias de classes de renda mais elevadas estejam livres da vivência de maus tratos e da violação de direitos cometidos por seus familiares. (IPEA, 2004, p.44).

Dessa forma, cumpriu-se o compromisso firmado de seguir o protocolo ético para, caso necessário, auxiliar no encaminhamento para o atendimento especializado da participante por um profissional. Importante frisar que as



entrevistas foram realizadas nas dependências do CREAS, em sala adequada, garantindo os princípios de sigilo e privacidade.

O trabalho adentrou questões delicadas da ordem da bioética que demandaram esclarecimento sobre as categorias: Gênero, Infância e Adolescência, Acolhimento Institucional, Violência, Vulnerabilidade/Vulneração.

### 2.3 RESULTADOS PARCIAIS

Os resultados parciais da presente dissertação foram apresentados em Simpósios, Seminários e Encontros, contribuindo de maneira substancial às reflexões e análises durante o desenvolvimento da pesquisa. Os trabalhos abordaram questões e categorias pertinentes às discussões do tema proposto, conforme demonstra o quadro a seguir:

QUADRO 2- RESULTADOS DO PERCURSO DA PESQUISA: EVENTO, PRODUTO E OBJETIVO.

EVENTO	PRODUTO	OBJETIVO
Simpósio Brasileiro Desenvolvimento Territorial Sustentável – UFPR Litoral 29 e 30 de outubro de 2015	Resumo – Anais Evento Banner: Acolhimento institucional no litoral do PR: Uma questão de Desenvolvimento, Poder e Justiça.	Breve apresentação do Projeto de Pesquisa
"I Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas Tema: Desenvolvimento, Gênero e Condição de Pobreza" UEPG – Dep. Serviço Social 07 a 09 de novembro de 2016.	Artigo Completo Anais do Evento "Interseccionalidade e Políticas Públicas: Um olhar para proteção integral" Apresentação Oral	Breve apresentação do conteúdo do Artigo, do projeto de pesquisa e resultados preliminares.

VIII Seminário Nacional Sociologia e Política - Direitos Humanos e Democracia: perspectivas e desafios contemporâneos. PPG em Sociologia da UFPR 17, 18 e 19 de maio de 2017.	Artigo Completo Anais do Evento “Transversalidade de Gênero e Interseccionalidades na Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade: Desafios para a Doutrina da Proteção Integral” Apresentação Oral	Breve apresentação do conteúdo do Artigo, do projeto de pesquisa e resultados preliminares.
Estágio de Docência	Estágio realizado na UFPR Setor Litoral na graduação em Saúde Coletiva.	Ministrar aulas sobre a temática de gênero, violência e a incorporação da infância na Proteção Social.
Atividade pedagógica desenvolvida no Colégio Hélio Antônio de Souza E.F.M. Pontal do Paraná para alunos/as do ensino médio.	Aula: “Gênero e Violência”	Aula dialogada acerca dos temas: Gênero, Políticas de Enfrentamento à Violência contra a mulher, LMP e ECA.
Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar, Matinhos, v. 9, n. 1-2, p. 20-29, jan./dez. 2016 ISSN 1983-8921	Artigo Científico Gênero e Desenvolvimento Humano: A participação feminina na Ciência	Publicação

FONTE: OS/AS AUTORES/AS (2017).

A primeira apresentação durante o I Simpósio Brasileiro Desenvolvimento Territorial Sustentável objetivou apresentar a ideia inicial do tema da pesquisa, ainda durante a realização das disciplinas obrigatórias no PPGDTS. O evento promovido pela UEPG – “I Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas”, trazia no tema eixos estruturantes da pesquisa: Desenvolvimento, Gênero e Condição de Pobreza. Assim, a participação tornou possível compartilhar as primeiras percepções e [des]construções advindas das revisões bibliográficas, bem como, com a finalização de algumas disciplinas.

A participação no “VIII Seminário Nacional Sociologia e Política - Direitos Humanos e Democracia: perspectivas e desafios contemporâneos”, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR proporcionou vivenciar um espaço de discussões muito profícuas sobre temas pertinentes à linha de pesquisa, sobretudo, acerca das questões que envolvem a família, a proteção social e políticas públicas.

As experiências obtidas por meio do estágio em Docência e da atividade pedagógica desenvolvida com alunos/as do Colégio Hélio Antônio de Souza E.F.M, no município de Pontal do Paraná, possibilitaram vivenciar a prática da docência, oportunizando discussões acerca de temas importantes como o enfrentamento a violência contra a mulher, proteção social da infância e as legislações pertinentes. No presente capítulo foram abordados os resultados parciais da presente pesquisa. No capítulo a seguir discorre-se sobre a questão do acolhimento por medida de proteção e os desafios para a Proteção Integral.

### **3. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE GUARATUBA: UMA QUESTÃO DE DESENVOLVIMENTO**

Ao afirmar que a história do abandono de crianças confunde-se com a história secreta da dor feminina, Venâncio (2010) traça um paralelo sobre as influências do crescimento do mundo colonial e do processo de pauperização da população, com a vulnerabilidade e a condição de vida dessas pessoas.

Dessa forma, aborda-se a incorporação da infância na proteção social e discute-se sobre os avanços e desafios para a superação da doutrina menorista<sup>7</sup> à proteção integral. Para tanto, apresentam-se aspectos da infância no tempo e espaço, a legislação pertinente e os serviços no município, cotejados com os dados da observação do campo e as vozes das técnicas entrevistadas.

O ECA e a adoção da doutrina da proteção integral trouxeram reconhecidos avanços, no que tange a incorporação da infância e da juventude na proteção social no Brasil. Não obstante, a consulta feita aos primeiros registros da CCA – que funcionava, a princípio, nos moldes de uma casa de passagem na década de 1990 – demonstrou como se deu esse processo de transição até se alcançar uma proximidade maior com o que é preconizado pelo referido estatuto. Para melhor compreensão desse contexto, considerou-se necessário delinear brevemente as mudanças na concepção de infância ao longo da história e como se deu a sua incorporação na proteção social.

Partindo da sociedade medieval, Ariès (1981) disserta sobre a inexistência da noção de infância, estando esta, diretamente ligada à noção de [in] dependência, ou seja, a idade correspondia às funções sociais de acordo com suas aptidões para exercê-las. O autor descreve uma sociedade marcada pelos altos índices de mortalidade infantil, determinando uma consciência fatalista e certo conformismo mediante a morte de crianças, especialmente nos primeiros anos de vida:

---

<sup>7</sup> Ver Souza (2006).

[...] o sentimento da infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. (ARIÉS, 1981, p.156).

De acordo com Venâncio (2010), não se tem registro do desenvolvimento de políticas sociais planejadas pelo Estado no Brasil até o início do século XX. A Igreja Católica era responsável pelo atendimento e amparo às populações vulneráveis, por meio de instituições como as Santas Casas de Misericórdia. O abandono de recém-nascidos e de crianças, por mulheres que enfrentavam dificuldades ao tentar assumir e sustentar seus filhos, legítimos ou fruto de relacionamentos extraconjugais, era prática comum no Brasil Colonial durante os séculos XVII e XVIII.

Como alternativa para o problema social do abandono de crianças pelas ruas, surge ainda no século XVIII, vinda da Europa, a Roda dos Expostos<sup>8</sup>, já que segundo os padrões morais da época, a condição de mãe solteira era inaceitável. A forte influência da Igreja e dos padrões morais vigentes marginalizava e invisibilizava a condição de vulnerabilidade dessas mulheres e, por conseguinte, a possibilidade de se pensar alternativas pautadas em uma perspectiva de gênero.

A imprecisão do significado dos vocábulos utilizados em referência ao abandono também deixavam inexatos os significados da prática de “expor”. Dessa forma, tanto na legislação quanto no âmbito social, era impreciso também qualquer juízo de valor sobre as intenções e preocupações dos pais/responsáveis ao abandonar os bebês nas ruas, na roda dos expostos ou à própria sorte.

Em 1902 defende-se que a solução para o problema social dos menores abandonados (vistos como ociosos e delinquentes) estava no trabalho e na reforma do serviço policial. Segundo Rizzini (2011, p.86) a determinação de internação dos menores em colônias de correção, sob a justificativa da

---

<sup>8</sup> Dispositivo onde se colocavam os bebês que se queriam abandonar. De forma cilíndrica com uma divisória no meio, era fixada no muro ou na janela da instituição.

preocupação com a conduta moral e saúde física, estava ligada à “dimensão política sobre o interesse pela infância, pois encontrava afinidade com o projeto civilizatório que se desenhava no país”.

De acordo com Venâncio (2010) a atribuição de um significado mais preciso e a definição jurídica para o termo “exposto”, surge com o primeiro Código de Menores<sup>9</sup> em 1927, quando formas de amparo, destinadas à infância, já vinham sendo amplamente discutidas por legisladores e juristas. Essas discussões estavam vinculadas a valores higienistas e à preocupação dos governantes com a questão da saúde pública, preconizando normas que corroborassem a formação educacional e à saúde (coletiva e individual) em defesa da sociedade.

Similar a um Sistema Penitenciário, em 1942 foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), ligado ao Ministério da Justiça, em uma perspectiva correcional e repressiva, o qual visava proteger a sociedade de crianças e adolescentes “em situação irregular”. (IPEA, 2004). Criada no primeiro ano da Ditadura Civil-Militar, de acordo com a promulgação da lei que estabelecia a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), em 1964 por meio da Lei nº 4.513, institui-se na esfera nacional, a FUNABEM (Fundação Nacional de Bem Estar do Menor), e pouco depois nos âmbitos estaduais, as FEBEM's (Fundação Estadual de Bem Estar do Menor).

Importante ressaltar que embora o discurso, do então Presidente Emílio Garrastazu Médici, afirmasse que a criação das instituições representava um “milagre social” no campo da assistência social, da chamada Revolução de Março, na realidade o sistema operava nos moldes das instituições carcerárias, servindo como equipamento para a reclusão e repreensão de adolescentes infratores. Segundo Miranda (2016), este pronunciamento representou um instrumento de divulgação das políticas públicas incorporadas pelos militares na área da assistência, como uma tentativa de legitimação das ações dos governos militares no Brasil.

---

<sup>9</sup> Decreto nº 17.943-0 consolida o Código de Menores homologado, pelo então presidente Washington Luiz P. de Souza, como o primeiro corpo de leis destinado a proteger crianças e adolescentes.

Outorgada em 1967, a Constituição da República Federativa pouco contribuiu para a proteção de crianças e adolescentes. O texto da Convenção nº 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1973 é aprovada em dezembro de 1999, entrando em vigor no Brasil somente em 2002, a fim de “detectar e corrigir abusos no emprego ou trabalho de crianças e adolescentes.”. (BRASIL, 2002). Neste cenário de Estado não-democrático em 1979, é aprovado por meio da Lei nº 6.697 o novo Código de Menores, revogando a doutrina do “direito penal juvenil”, instituindo a doutrina do “menor em situação irregular”.

A mudança de paradigma acerca da visão hegemônica sobre a criança e o adolescente no Brasil, acontece somente com a promulgação da CF de 1988 e com a instituição do ECA em 1990, ao adotar a Doutrina da Proteção Integral, buscando superar o antigo Código do Menor. Em contrapartida, mesmo após a promulgação do referido Estatuto o processo de assimilação dos novos paradigmas acerca da proteção da infância e da juventude não se deu de forma objetiva e imediata.

O funcionamento dos abrigos como instrumento da política social (Cavalcante et al, 2009; Rizzini & Rizzini, 2004) infere a responsabilidade em oferecer assistência às crianças e adolescentes que se encontram sem os meios necessários à sobrevivência (segurança, alimentação, moradia, saúde e educação), ou ainda, quando submetidas a incapacidade dos pais e/ou responsáveis para cumprir com as obrigações de guarda e sustento por um tempo determinado ou de maneira definitiva.

Conforme Moreira (2014) a determinação do acolhimento institucional, como aplicação de medida protetiva, reporta à construção dos processos de significação vivenciados pelas famílias, equipes técnicas e demais envolvidos/as na Rede de Proteção. Nesse sentido, considera-se importante distinguir os conceitos de “acolhimento” e “acolhimento institucional”, ambos tratados na presente pesquisa.

Para Franco, Bueno e Merhy (1999), o Acolhimento configura uma diretriz operacional no processo relacional entre usuário e trabalhador, “no qual a dimensão tecnológica do trabalho em saúde sustenta-se na tecnologia das

relações, território próprio das tecnologias leves”. Segundo os autores, o acolhimento comporta um conjunto de “ações clínicas”, no sentido do encontro entre as necessidades dos usuários com os processos de intervenção tecnologicamente orientados. Nesse contexto, o acolhimento adquire uma expressão significativa na produção de saúde, por meio da articulação de relações de escutas e de responsabilizações com a constituição dos vínculos e dos compromissos em projetos interventivos. Buscando humanizar estas relações, o acolhimento deve dispor no momento de receber os usuários, a escuta sensível de suas demandas por meio de uma abordagem qualificada que contemple as dimensões biológica, psicológica, social e cultural.

Já o ‘acolhimento institucional’, anteriormente denominado ‘abrigamento em entidade’, consiste em uma das medidas de proteção previstas pela Lei Federal nº 8069/1990 do ECA, aplicáveis a crianças e adolescentes quando os direitos previstos no referido documento forem ameaçados ou violados. Salienta-se que apesar do cuidado em trazer a distinção entre os conceitos, a acolhida é imprescindível tanto no acolhimento como estratégia no atendimento à saúde, como nos serviços da PSE, sobretudo no contexto do acolhimento institucional, que conforme Bernardi (2010) refere-se ao:

[...] sentido que se dá à escuta, ao respeito e ao modo de receber a criança e o adolescente, sem nenhum tipo de intolerância ou discriminação econômica, social e pessoal. Ver a criança e o adolescente como pessoas que, por razões diversas, fazem a travessia de uma situação de vulnerabilidade para um programa de garantia de direitos por meio de um serviço de acolhimento institucional ou familiar. A qualidade desta passagem de vida poderá lhes garantir convívio, equidade e autonomia. (BERNARDI, 2010, p.10).

O ECA (Lei n. 8.609, 1990) e as Orientações Técnicas de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes – CNAS e Conanda, têm servido como referência para a definição das concepções legais dos direitos das crianças e dos adolescentes, normatizando as práticas dos/as operadores/as da rede de proteção social. Nada obstante, as aproximações com a realidade vivida no cotidiano dessas instituições, desvelaram desafios para o trabalho em rede.



Conforme referem Gonçalves e Guará (2010), embora a orientação para o trabalho em rede tenha “emergido como critério importante na formulação de políticas sociais, a estrutura dos serviços públicos são as mesmas estruturas verticalizadas e compartimentadas”. Dessa maneira, segundo os/as autores/as, a confusão de referências e a sobreposição de modelos hierárquicos (ou mais flexíveis), dividem o cenário atual com tentativas de integração e especialização, próprios das fases de transição:

O novo modelo de rede, que supõe relações mais horizontalizadas, exige disposição para uma articulação socioeducativa que: abre-se para acolher a participação de várias políticas públicas setoriais; derruba limites de serviços que agem isoladamente; inclui a participação da sociedade, comunidade, famílias; acolhe o território onde se localizam as crianças e os adolescentes. (GONÇALVES E GUARÁ, 2010, p. 12).

Assim como ocorreu com o CREAS, a implantação da então Casa de Passagem em Guaratuba, não foi conduzida a partir de um processo de planejamento e de cumprimento de metas previstas no Plano Municipal de Assistência Social, mas sim como resposta as demandas, frente às questões sociais que se apresentavam no município. A adequação a realidade local, depende da elaboração de um diagnóstico socioterritorial, permitindo assim, identificar as especificidades dessas demandas locais. Em seu relato a Tcnica5 descreve a fase inicial da implementação dos serviços de alta complexidade no município de Guaratuba:

“A nossa casa deu início como casa de passagem a mais ou menos vinte anos atrás. Ela acolheu e desacolheu muitas crianças e adolescentes, mas ainda estava naquele contexto de casa de passagem e assim foram passando os anos [...] Então vindo a história da casa de passagem ate mais ou menos 2009, 2011, 2012. Dai foi implantada a CCA como abrigo, mas não como abrigo formal, vamos dizer assim, é um abrigo pra funcionar como uma residência. Uma casa onde as crianças sejam acolhidas com carinho com atenção, procurando servir ao máximo as necessidades da criança, a parte da alimentação, a parte da casa. Elas compartilham e partilham as coisas da casa [...] e de 2012 pra c, a casa desenvolveu bastante, na parte de investimento de estrutura e de funcionários. (Tcnica5).

Nesse contexto, em consulta aos arquivos dos primeiros registros da CCA foram encontradas especificações sobre os motivos dos primeiros acolhimentos realizados. Algumas dessas especificações remetiam a concepções remanescentes do período de vigência do Código de Menores, mesmo tendo se passado quase uma década da promulgação do ECA (1990). Assim, desvelou-se que a transição para a concepção da proteção integral, tal como preconiza o referido Estatuto, demorou a ser assimilada pelos serviços da proteção social. Para melhor compreensão sobre a diversidade de motivações constantes nos registros da instituição, organizou-se o quadro apresentado a seguir:

QUADRO 3 – MOTIVOS DAS PASSAGENS E/OU ABRIGAMENTOS NA CCA, NO PERÍODO DE 1999 A 2015.

MOTIVO DO ACOLHIMENTO	ESPECIFICAÇÕES
<b>Negligência e/ou abandono</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ninguém foi buscar na saída da escola</li> <li>- Encontrado pedindo comida com piolho</li> <li>- Abandono e falta de higiene</li> <li>- Nenhum familiar quer</li> <li>- Deixado sozinho em casa</li> <li>- Mãe foi na missa e deixou em casa dormindo</li> <li>- Mãe embriagada</li> <li>- Abandono intelectual</li> </ul>
<b>Violência Doméstica e Familiar contra mulheres</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Vitima de estupro</li> <li>- Vitima de Ameaça de familiar</li> <li>- Agressão do Padrasto</li> <li>- Sem condições de permanecer na residência</li> <li>- Agressão praticada contra a avó</li> <li>- Agredida pelo namorado</li> <li>- Aluno da APAE que agrediu a avó</li> <li>- Ameaça de morte perpetrada pelo marido/pai</li> <li>- Menina agredida pelo cunhado, muito machucada e perdeu muito sangue</li> <li>- Grávida sofreu violência</li> <li>- Assediada pelo padrasto</li> </ul>

<b>Fuga de casa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crianças e adolescentes que fugiram de casa e aguardavam a vinda de familiares</li> </ul>
<b>Motivos Diversos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Vadiagem na praia (alguns constam BO da PM)</li> <li>- Briga na escola</li> <li>- Não respeita o professor e morde os amigos</li> <li>- Briga com os pais</li> <li>- Comportamento inadequado, não obedece aos pais</li> <li>- Aguardando audiência</li> <li>- Aguardando decisão judicial / termo de guarda</li> <li>- Andarilho / Perambulando pelas ruas</li> <li>- Pai estava bêbado</li> <li>- Catando latinhas</li> <li>- Pego dirigindo sem habilitação</li> <li>- Passar o ano novo com a família</li> <li>- Mãe usuária de drogas com criança na rua</li> <li>- Pegos invadindo residência</li> <li>- Com fome e doente</li> <li>- Alunos da APAE encontrados perdidos</li> <li>- Determinação Judicial</li> <li>- Visitar familiar preso</li> <li>- Passando necessidade</li> <li>- Recuperação de saúde – Sofreu um aborto</li> <li>- Veio de outra Comarca para audiência de familiar</li> <li>- Bebida</li> <li>- Ato infracional a pedido do Juiz</li> <li>- Drogadito art. 16</li> <li>- Furtou uma bicicleta (com nº BO)</li> <li>- Mãe foi correr em uma Maratona (aparece varias vezes)</li> <li>- Veio almoçar</li> <li>- Falsa denuncia de rapto</li> <li>- Era submetido a trabalho pesado</li> <li>- Órfão</li> <li>- Uso de drogas</li> <li>- Rebeldia</li> <li>- Brigou com a mãe</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Perderam o ultimo ônibus e pernottaram na casa</li> <li>- Perdido e/ou dormindo na praia</li> <li>- Veio para o litoral cuidar de carros</li> <li>- Mãe foi ao medico em Curitiba e não tinha com quem deixar</li> <li>- Indigente</li> <li>- 16 anos andando na rua depois das 22:00 h em má companhia</li> <li>- Pixando pista de skate</li> <li>- Furto / Suspeita de furto</li> <li>- Ato infracionário</li> <li>- Conflito familiar</li> <li>- Encontrada em coma alcoólico</li> <li>- Pais foram presos</li> <li>- Criança e/ou adolescente deixado sozinho em casa: casos de mães e pais que eram sozinhos e não tinham rede de apoio</li> <li>- Mãe: em surto / drogada / bêbada / presa por tráfico</li> <li>- Desajuste/ Desentendimento familiar (maioria dos casos a mãe deixou na casa por não ter pra onde ir)</li> <li>- Crianças sujas com bicho de pé</li> <li>- Pais alcoolizados e moradia precária</li> </ul>
<b>Maus Tratos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apanhou da mãe</li> <li>- Surras</li> </ul>
<b>Recâmbio</b>	- Trata-se do termo utilizado sempre que a pessoa de outra comarca aguarda logística/ou que algum parente venha buscar para retornar para o seu destino
<b>Psicofamiliar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proteção</li> <li>- Ameaça sofrida pelo marido</li> <li>- Ameaça do pai</li> </ul>
<b>Prostituição</b>	- Conforme consta
<b>Não informado</b>	- Conforme consta
<b>Situação de risco</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Se envolveu com o marido (preso) em furto</li> <li>- Sozinha em casa com o pai embriagado</li> <li>- Tentativa de estupro</li> </ul>

FONTE: OS/AS AUTORES/AS (2017).

Dessa forma, observou-se um número significativo de passagens/acolhimentos relacionados à violência doméstica e familiar perpetradas contra mulheres e meninas, tais como, casos de estupro, assédio, recuperação da saúde após um aborto, ameaça de morte, dependência de substâncias psicoativas e violência física com graves consequências. Da mesma forma, esses registros não seguiram uma categorização uniforme, sendo registrados sob padrões de justificativas diferentes: “motivos diversos”, “situação de risco” e “psicofamiliar”.

Cabe ressaltar termos utilizados como: “vadiagem”, “desobediência”, “desajuste”, “desrespeito aos pais/professores”, “comportamento inadequado”, “brigas na escola”, “andando na rua depois das 22h00minh em má companhia” e “rebeldia, que remetem a um sistema de proteção e assistência nas disposições do Código de Menores e de um ideário salvacionista<sup>10</sup> (Rizzini, 2011; Sposato, 2011).

No que tange a garantia da proteção integral e o papel das instituições pertinentes a essa função, problematizou-se a possibilidade de que algumas dessas passagens eventuais pela casa representassem possíveis riscos à segurança das crianças e dos jovens acolhidos/as. Como exemplo, registros da passagem de pessoas maiores de dezoito anos; casos motivados por ‘furto’, “ato infracionário” (sem descrição específica da natureza do ato), pessoas em “surto”, “coma alcoólico” e/ou sob efeito de substâncias psicoativas. Nesse sentido, segundo afirmações da Técnica1 e da Técnica5, respectivamente, embora ainda passem pela casa alguns casos excepcionais, atualmente são muito mais “investigados e peneirados” e de natureza bem específica.

Importante reconhecer que houve um grande avanço nos serviços da Média e da Alta Complexidade no município de Guaratuba, especialmente após a realização do concurso público e a integração de novos profissionais nas equipes técnicas e nos serviços e com o remanejamento de algumas das

---

<sup>10</sup> Identifica-se na criança, filha da pobreza, um importante elemento de transformação social, de acordo com o projeto político da época, o que passa a justificar e legitimar uma série de medidas repressivas impostas sob a forma de assistência aos pobres. (SPOSATO, 2011, p. 26).

instituições para espaços mais adequados, a exemplo do CREAS. Conforme discorre a Técnica5:

A casa tem praticamente vinte anos, em 2013 foi o primeiro concurso para cuidador social, até então a gente não tinha essa profissão, eram cargos de comissão, não tinha essa função. A partir daí veio se estruturando também os funcionários, a equipe do SUAS, técnicos para o trabalho na casa, que não tinha. E então se iniciou uma implementação da Casa e isso só veio crescendo, como cresceu investimento e estrutura, cresceu também o número de crianças atendidas por nós. Fora os casos de passagem, que são rápidos, hoje nós estamos com quinze crianças. (Técnica5).

De caráter provisório e excepcional, o acolhimento institucional de crianças e adolescentes preceituam a manutenção e o fortalecimento dos vínculos afetivos durante o período de afastamento do convívio familiar. O objetivo maior dessa determinação situa-se na preservação e não-ruptura desses vínculos e na diminuição, sempre que possível, do tempo de institucionalização. Para tanto, são permitidas visitas dos familiares na CCA e em fases mais avançadas do processo de reinserção, as visitas ocorrem na casa da família aos finais de semana, quando se iniciam as ações para um possível desacolhimento.

De acordo com Bowlby (1998), estabelecer fortes vínculos afetivos é próprio do ser humano, mas necessita de estímulo. A manutenção e/ou fortalecimento de vínculos familiares pode contribuir para um novo projeto de vida para as famílias em situação de vulnerabilidade, mas deveria ser trabalhado antes de se chegar a Média ou a Alta Complexidade, segundo relato da Técnica1:

“Creio que são coisas que dependem muito de uma base, né, que é o que seria a Proteção Social Básica e que essas famílias muitas vezes não têm um acompanhamento adequado. Você tenta abraçar o mundo ali e acaba não fazendo um trabalho direcionado com as famílias que realmente necessitam desse atendimento. Fica uma coisa muito generalizada, aí quando chega pra nós, na Média ou na Alta Complexidade, algumas vezes passam direto para a Alta Complexidade, nem passam na Média, porque é tão de repente que você não tem mais o que fazer. E quando chega pra nós na média já está uma situação bem difícil de você atuar e a gente acaba tendo que praticar ingerências no meio daquela família. A gente acaba tendo que trabalhar de uma forma quase que impositiva”. (Técnica1).

No contexto, as famílias em situação de vulnerabilidade enfrentam as mais diversas dificuldades para cumprir as atribuições de socialização, apoio e cuidado, a elas designadas. Segundo relatos das técnicas, são famílias que correm algum risco de rompimento de vínculos e que demandam a intervenção de uma equipe multidisciplinar:

Você tem que fazer de tudo ali pra evitar que esse vínculo realmente se rompa, que seria o abrigamento, seria a internação no caso de conflito com a lei, idosos que seriam ILPIS (Instituições de Longa Permanência para idosos). (Técnica1).

São situações de rompimento mesmo, de ter que ser tirado daquela família por alguma forma. E é curto o espaço de tempo, você não tem muito tempo pra atuar, pensar: agora vou fazer um trabalho de restabelecimento desse vínculo, de fortalecimento desse vínculo. O espaço é curto, quando chegou aqui a criança já está numa situação... não gosto de usar o termo "risco", mas uma situação de perigo bem grande [...] a mulher também quando chega vítima de violência, a situação já está há anos naquela situação ou você age de um jeito ou você realmente acaba tendo que impor ou a coisa degradingola né? Acaba se acolhendo. (Técnica4).

Foram lançadas questões às profissionais, sobre quais seriam, em suas concepções, os principais desafios para a reintegração familiar. Segundo a técnica responsável pela coordenação da instituição de acolhimento, poucos dos casos que chegaram a CCA de Guaratuba, voltaram para as famílias de origem. Para a profissional, “a recuperação da família, por ela mesma”, constitui o maior desafio para a reintegração familiar.

Como vários casos que nós temos aqui é o vício. A droga, a dependência química num todo. O vício é constatado cientificamente que é uma doença e, portanto ele necessita de um tratamento. Então é muito difícil a família, pai, mãe, se darem conta de que precisam disso pra ter seus filhos de volta. E aí o tempo vai passando e o processo correndo. (Técnica5).

Apoiando-se em Rizzini et al (2007), problematiza-se essa questão, na interface do afastamento das mães em situação de violência doméstica e familiar, com histórico de uso nocivo de álcool:

O equívoco na compreensão do problema, cuja origem ficou, não por acaso, reduzida à incapacidade da família. Na atualidade, ressaltam-se as competências da família, mas, na prática, com frequência, cobra-se dos pais que deem conta de criar seus filhos, mesmo que faltem políticas públicas que assegurem as condições mínimas de vida digna: emprego, renda, segurança e apoio para aqueles que necessitem. (RIZZINI, RIZZINI, NAIFF & BATISTA, 2007, p. 18).

Sob outra perspectiva, as técnicas da equipe multiprofissional do CREAS, assistente social e psicóloga, que trabalham no atendimento às famílias, compartilham a ideia de que o uso de substâncias psicoativas em si, não justifica o afastamento do convívio familiar. Segundo as narrativas da Técnica4 e da Técnica1, respectivamente:

Se a gente for abrigar os filhos de todas as famílias que usam droga aqui em Guaratuba a gente não ia ter espaço. Muito pelo contrário, a maioria das famílias dessas regiões mais vulneráveis usam drogas. Principalmente maconha, pra eles, a gente pergunta assim: "você usa drogas"? Não! "você usa maconha"? Ah maconha sim, mas maconha não é droga. Eles já nem consideram, mas se você pegar a lei é né. (Técnica4).

Não é porque usa droga que nós vamos achar que tem que tirar da família. Não é um consenso, nós já sofremos pressão aqui, "tem que abrigar". Não gente! Tem pessoas que usam droga e tem uma vida normal que não interfere. Só quando o uso de álcool e drogas está causando algum prejuízo no desenvolvimento daquela criança, esta negligenciando, então não é o fato só de usar. (Técnica1).

Para Técnica4, a questão do tempo implica na fragilidade dos vínculos entre usuários/as e equipe técnica, bem como na obtenção de resultados mais consistentes com as famílias:

Você não consegue mudar a cabeça de uma pessoa de uma hora pra outra. Quando chegam ao CREAS, já sabem que tem alguma coisa errada, então a adesão deles ao tratamento e ao acompanhamento com a psicóloga é praticamente zero. Eles não querem se aprofundar naquele assunto. Eles não querem dizer que não está tudo bem, não querem expor a situação que realmente está acontecendo, pra que não sejam retiradas as crianças. Então eles não se abrem pra que a gente possa ajudar a família. E depois quando chega na alta complexidade eles também não se abrem porque querem a princípio a criança de volta. Então eles acham novamente que tem que falar que está tudo bem. Forjam situações, então a gente não consegue fazer um acompanhamento adequado psicológico com eles muitas vezes por isso, porque precisaria de um tempo grande, de fazer uma terapia, alguma coisa que eles tivessem abertos a contar esse histórico familiar. (Técnica4).



Para as profissionais da equipe de referência do CREAS, as famílias atendidas tem muitas vezes um entendimento equivocado sobre os acompanhamentos, não aproveitando a oportunidade dos encontros para compartilhar suas inquietações e problemas, e assim, buscar soluções com a ajuda da equipe. Sob a perspectiva das técnicas, as famílias preocupam-se apenas em assinar a frequência e comprovar o comparecimento no atendimento agendado, sem de fato se atentar para a possibilidade de usufruir do serviço em benefício próprio e da família.

Essa situação que eu coloquei da questão de ser impositiva, a gente acaba impondo pra eles que eles têm que vir ao CREAS, que eles têm que ir pra um psicólogo da saúde, ou dentro de um CAPS, no caso de saúde mental, então é impositivo. Acaba sendo assim: "eu vô!" "Eu apareci no CREAS". "Eu apareci no CAPS", "Eu fui!" "Tá lá o meu nome, assinei a frequência". E é difícil esse trabalho assim. (Técnica1).

O tempo é também pungente para aqueles/as que estão afastados daqueles/as que amam. De acordo com Moreira (2014) quanto maior o tempo de afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar, maior torna-se o risco da ruptura dos vínculos afetivos e familiares. Nos atendimentos e encontros presenciados, percebeu-se a existência desse vínculo afetivo entre mães e filhos, bem como, entre os/as irmãos/ãs. Indagou-se, durante a entrevista, sobre a percepção da possibilidade de fragilização dos vínculos no período de acolhimento:

As crianças realmente gostam da mãe. Sempre deixamos muito claro para a Mãe<sup>2</sup> e para o pai, que as crianças gostavam deles e a gente nunca tira isso das crianças. Até porque o que a gente pensa nesse primeiro momento é sempre o retorno das crianças pra esse convívio familiar. Então a gente nunca fala o que está sendo feito com os pais, a gente fala que os pais vêm aqui, que eles estão procurando tratamento, se for o caso de irem ao Caps. São coisas que a gente explica, principalmente para os que têm idade pra entender isso. Os menores quando perguntam quando vão voltar pra casa a gente fala que tem que esperar o pai e a mãe, que eles estão fazendo tratamento e que quando tiverem condições. (Técnica4).

Segundo “Levantamento Nacional de Abrigos” realizado pelo IPEA (2004), a maior causa de ingresso (24,2%) de crianças e adolescentes em abrigos é carência de recursos materiais da família e/ou responsável. O percentual de crianças e adolescentes afrodescendentes também aparece em maior número, cerca de 68% dos/as 20.000 constantes nos abrigos participantes da pesquisa. Nesse cenário, mais de um terço dos dirigentes das instituições que foram entrevistados, ou seja, 35,5% deles se referiram às condições socioeconômicas, especialmente “a pobreza como a principal dificuldade para o retorno de crianças e adolescentes abrigados para suas famílias”.

Nesse sentido o ECA (1990) estabelece a obrigatoriedade de inclusão da família em programas de auxílio sempre que a mesma se encontrar em situação de vulnerabilidade e/ou carência de recursos materiais. Não obstante, ainda que não haja uma “causalidade linear entre os fenômenos da pobreza e da violência”, as condições de pobreza tendem a potencializar fatores geradores de violência e, por conseguinte, de violações de direitos. Portanto, tratar da prevenção à institucionalização é “falar das políticas de atenção às famílias, majoritariamente às famílias pobres”. (IPEA, 2004).

Nesse contexto, Bronfenbrenner (2011) a partir de sua abordagem ecológica para o estudo do desenvolvimento humano defende que a família representa o coração do sistema social. O autor afirma que “o desenvolvimento social não se aplica apenas ao indivíduo, mas também à organização social da qual faz parte”. Para ele, pesquisadores/as que desejam compreender o desenvolvimento humano, devem envolver-se diretamente com programas e políticas públicas, especialmente, aquelas que objetivam o desenvolvimento.

A metáfora das bonecas russas utilizada por Bronfenbrenner para caracterizar o ambiente ecológico do desenvolvimento, traduz de forma especial a intenção do presente estudo, de compreender a complexidade das vivências dessas Mulheres-Mães e dos desafios a elas apresentados, nos mais diversos contextos:

Como um conjunto de bonecas russas, os contextos do desenvolvimento humano funcionam um encaixado no outro, cada um expandindo em direção ao maior, mas também contendo o menor. Os contextos também influenciam e são influenciados simultaneamente uns pelos outros. Assim, o contexto familiar se encaixa dentro do bairro; o contexto do bairro no contexto maior da cidade, do trabalho e do governo; e todos os contextos dentro do amplo contexto da cultura. Qualquer fator que influenciar algum contexto maior influenciará também a unidade mais íntima a família. (BRONFENBRENNER, 2011, p. 278).

A família é peça fundamental na proteção de crianças e adolescentes. Na impossibilidade de se evitar o afastamento do convívio familiar, os esforços devem voltadas a reintegração, e que esta, se concretize no menor tempo possível. Para tanto, é importante que não se percam as referências familiares e que se busque preservar e fortalecer os vínculos afetivos entre as crianças e adolescentes e suas famílias, por meio de ações de incentivo à convivência familiar.

Conclui-se ao final desse capítulo que a superação de práticas remanescentes de períodos anteriores a promulgação do ECA (1990) depende de uma mudança de paradigmas culturais enraizados, de uma maior conscientização e compreensão sobre os direitos, sobre a própria legislação e sobre novas visões sobre o desenvolvimento. O caráter provisório e excepcional do acolhimento institucional por medida de proteção e a reintegração familiar, sempre que possível, exigem da rede de atenção e de proteção à infância, a juventude e às mulheres em situação de violência; uma abordagem complexa integrando conhecimentos e práticas de diferentes áreas.

Nesse cenário, defende-se uma abordagem ecológica e territorial, considerando urgente uma reorientação da visão convencional das políticas e dos serviços ofertados pelas instituições responsáveis pelo atendimento as mulheres em situação de violência.

Entende-se que um pensamento ecológico acerca do tema abordado no presente estudo, corrobora a elaboração e a implementação de políticas sociais a partir do conhecimento: do espaço de [con]vivência, das interações que nele se estabelecem, do corpo vivido e da pertença dessas Mulheres-Mães, sobre as quais discorre-se a seguir.

#### **4. GÊNERO E VIOLÊNCIA: AS VIVÊNCIAS DE MÃES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS/AS POR MEDIDA DE PROTEÇÃO**

Nesse capítulo, apresenta-se a História de duas Mulheres-Mães que vivenciaram a violência doméstica e familiar desde a infância. Ambas passaram pela experiência de ter os/as filhos/as acolhidos/as por medida de proteção, e nesse contexto, mantiveram-se submetidas à violência no âmbito familiar.

Strathern (2014) problematiza as noções de proximidade, distanciamento, familiaridade ou estranhamento, afirmando que estas questões não se sobrepõem à importância das dinâmicas das relações estabelecidas no processo de investigação e da forma como o conhecimento produzido por um/a pesquisador/a será aproveitado. Nesse sentido, embasando-se nos estudos de gênero e nos pressupostos do desenvolvimento humano, a investigação realizada dispõe-se a discutir a seguinte assertiva: A liberdade, segurança e autonomia de Mulheres-Mães são determinantes para a proteção integral de seus/suas filhos/as.

As duas mães entrevistadas, foram identificadas sob os pseudônimos: “Mãe1” e “Mãe2”. Trata-se da história de duas irmãs que vivenciaram praticamente ao mesmo tempo a experiência do acolhimento dos/as seus/as filhos/as, na interface com as questões de violência doméstica e familiar. Embora as experiências tenham sido parecidas, muitos detalhes diferem, tanto nas motivações, quanto no desenrolar dos processos de acolhimento das crianças e adolescentes.

Em ambos os casos, a determinação do acolhimento como medida de proteção se deu em função de abusos, caracterizados como negligência, agressão psicológica e omissão de cuidados por parte das genitoras, resultantes do uso nocivo de álcool, em meio a um contexto geral de violência doméstica familiar no qual estavam inseridas. No contexto do uso nocivo de álcool por mulheres, estudos apontam (Aliane, 2008; Stein; Cyr, 1997) para a influência de fatores geracionais e ambientais como: influências culturais, alcoolismo dos pais, padrões familiares, baixo nível socioeconômico, experiências negativas na infância, uso de substâncias psicoativas por

parceiros, interações sociais e a dificuldade no enfrentamento às adversidades vivenciadas cotidianamente.

Segundo o relatório da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2015), o consumo médio de álcool nas Américas é maior que no resto do mundo. O Brasil ocupa a terceira posição entre os países das Américas, com significativa elevação das taxas de episódios de consumo excessivo de álcool nos últimos cinco anos, de 4,6 para 13,0% entre as mulheres e de 17,9 para 29,4% entre os homens. O estudo concluiu que mulheres apresentam maior prevalência de transtornos relacionados ao consumo de álcool e são as mais afetadas pelo uso nocivo de álcool por terceiros (violência doméstica familiar). “Os grupos socioeconômicos menos favorecidos também padecem mais com as repercussões do consumo de álcool, seja pela falta de acesso à atenção em saúde, ou pela maior exclusão social”. (OPAS, 2015, p.5).

Isso posto, ressalta-se a importância de se considerar as influências do contexto histórico cultural, pessoal e familiar acerca do uso nocivo do álcool, tendo em vista que são fatores que evidenciam (Pillon e Luis, 2004; Kunitz et al, 1998; Menezes et al, 2003) a associação consistente entre alcoolismo e as incidências de negligência no cuidado (de si e do outro), e das diversas manifestações de violência doméstica e familiar, especialmente perpetrada contra mulheres.

Nessa esteira, onde a determinação social do cuidado como feminino coloca sobre a responsabilidade da mãe o cuidado do lar e dos/as filho/as, destaca-se também, a invisibilidade e a vulnerabilidade das Mulheres-Mães, e as violências que as envolvem nesse contexto. Como refere Michelle Perrot (2015), a invisibilidade da mulher foi mantida não somente na historiografia, mas também na esfera pública e nas ações políticas por longos anos, inviabilizando uma análise mais consistente acerca do seu papel na sociedade. A historiadora francesa argumenta que toda história é história contemporânea e tem compromisso com o presente uma vez que:

(...) interroga o passado tomando como referência questões que fazem parte de nossa vida, como a existência de desigualdades de gênero, os significados das aparências, as manifestações de sexualidade, a luta por direitos, o papel da família, do Estado e das religiões no cotidiano das pessoas, as dificuldades e possibilidades de acesso à cultura, entre outras. (PERROT, 2015, p.11).

Kergoát (2016), ao tratar a questão da imbricação das relações sociais operantes no trabalho do cuidado, corrobora as discussões acerca do cuidado praticado pelas mães e pela instituição de acolhimento, na interface com a “garantia” da proteção integral. Pensar e/ou falar do cuidado remete a operações complexas, em virtude da necessidade de se mobilizar diversas disciplinas para abordar este objeto. Ao inserir a consubstancialidade como um instrumento para se pensar as relações sociais intrínsecas ao trabalho do cuidado (remunerado ou não), a autora tece uma “análise imbricacional” sobre a condição de dominadas das provedoras do cuidado, na tríplice confluência das relações sociais de gênero, classe e cor. (KERGOAT, 2016, p.19).

Buscou-se dar ênfase à historicidade dos mecanismos de opressão que resultam nas desigualdades que envolvem essas intersecções, e que corroboram as discussões aqui propostas. Nesse sentido, conforme versa Perrot (2015), essas discussões devem ser inseridas nos diversos espaços (público e privado), “no judiciário e no legislativo, assim como na elaboração de políticas públicas”.

Carvalho (2015) afirma que nas sociedades complexas, contemporâneas, é necessário considerar:

As relações entre as pessoas de diferentes classes socioeconômicas, étnico-raciais, relações profissionais, entre os homens, entre as mulheres, dentre outras, que estão todas imbricadas entre si e com o gênero. (CARVALHO, 2015, p.21).

À vista disso, importa conhecer a história vivida por essas Mulheres-Mães, que representaram os casos exemplares abordados na presente pesquisa, valorizando essas vivências, a trajetória familiar e as condições de trabalho e de subsistência. Assim, é estabelecida uma dialogia, ressaltando a importância dos aspectos sociais, culturais e históricos na construção desses relatos significativos.

#### 4.1 MÃE 1

A Nih é nossa! É ruim ficar sem ela, eu durmo na cama sozinha, que era sempre com a Nih né, na sala com ela. Agora não tenho mais a Nih, agora eu durmo sozinha. (Mãe1).

Considera-se importante contextualizar de que forma o caso da Mãe1 e de suas duas filhas G.A.R. (dn: dez/98) e N.A.R. (dn:12/2008) chegou ao CREAS em meados de 2012, no início da experiência no campo de estágio.

A Família extensa<sup>11</sup>, já era há tempos conhecida pelas técnicas dos equipamentos de Proteção Social Básica e das Secretarias de Bem Estar Social e de Saúde do município de Guaratuba. Trata-se de uma, entre tantas famílias brasileiras, que vivem abaixo da linha da pobreza, com todas as implicações que esse total estado de vulneração social possa repercutir no bem estar e na [falta de] qualidade de vida dessas pessoas.

O histórico da família era tão extenso quanto o número de pessoas que compartilhavam a casa da matriarca, dona Eva, mãe de dez filhos/as, seis deles (as) vivos (as) e quatro falecidos, tendo a violência e a dependência de substâncias psicoativas como parte da rotina vivida. As motivações por algumas das mortes também não foram novidade, um dos filhos morto pela Polícia Militar (PM) com um tiro e o outro por complicações em decorrência do abuso de álcool.

Inicia-se o relato da Mãe1 contando um pouco da história da sua mãe, D. Eva, dada a forte relação entre elas e com quem ainda vive, em uma pequena casa de madeira juntamente com o padrasto, três irmãos, sobrinha, cunhado, e até pouco tempo atrás, também o companheiro (desaparecido) e as duas filhas. D. Eva é uma mulher negra, com postura forte e determinada para o trabalho que exerce como catadora de recicláveis, ora coletando material com o carrinho pelas ruas na companhia da filha, ora trabalhando dentro da Associação de Catadores de materiais recicláveis de Guaratuba. Trabalhou muitos anos no “lixão” (aterro sanitário do município) e sofreu as agruras de uma vida marcada pela violência dos companheiros e pelo trabalho árduo para sobreviver e criar os/as filhos/as.

---

<sup>11</sup> Conforme ECA Art. 25 Parágrafo Único. Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.

Assim seguiu vivendo entre períodos de uso nocivo de álcool e intervalos de abstinência. Mãe1 descreve a figura da genitora (D. Eva) com visível orgulho, como uma mulher batalhadora, que nos tempos de fartura de latinhas no lixão de Guaratuba, lutava para proporcionar uma melhor condição de vida a sua família. Mãe1 se refere ainda ao fato de sua mãe, Dona Eva, ter sido explorada e enganada pelos companheiros com os quais viveu, sendo a seu ver, esse o motivo do desgosto e do uso nocivo de álcool pela genitora até os dias de hoje:

E teve uma época também que a mãe ficou um tanto bebendo e outra época ela ficou na igreja. Ela ficou cinco anos e pouquinho na igreja. Enquanto ela ia pra igreja, ele ia meter chifre e vender as galinhas dela, os porcos, vaca, cavalo, tudo o que a mãe tinha. Ele deu uma casa de oito peças que a mãe tinha aqui em Guaratuba ele, deu dado pra uma família. Quando a mãe descobriu, dali em diante, a mãe voltou a beber bastante. Porque poxa, a mãe era pra ter mil ao mês essas hora assim. Não precisava ficar trabalhando não. Porque ela tinha até dinheiro no banco, a mãe tinha até um carro! Ela trabalhava no lixão. Agora o bendito aí comeu tudo de tanto chumbá<sup>12</sup>. (Mãe1).

A vida da família teve uma reviravolta em decorrência de um acidente de trabalho no lixão, no qual Seu João (padrasto da Mãe1) foi atropelado por um caminhão que trazia material para ser depositado no aterro. Segundo relato da Técnica3 que acompanhou a família nessa época, a dependência de álcool, aliada à falta de cuidado, do uso correto da medicação e do retorno às consultas para acompanhamento, resultaram na amputação de uma das pernas de Seu João. Em decorrência disso, a família foi trazida para a cidade e instalada em um imóvel pela Prefeitura Municipal, para facilitar o tratamento e, por conseguinte, a assistência à família.

A complexidade dos fatos vivenciados durante a infância da Mãe1 envolvem episódios de violência doméstica, pobreza e negligência, que por vezes se confunde com a naturalização de um modo de cuidar semelhante aos costumes explanados por Ariès (1981), bem distantes da noção de infância e

---

<sup>12</sup> Referindo-se a dependência de substância etílica do padrasto.



de cuidado que se tem hoje. Para o autor o sentimento pela infância em um período da história, não existia:

Na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento de infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes. (ARIES, 1981, p.99).

Durante os atendimentos no CREAS, quando indagada sobre a possível omissão de cuidados com a filha mais nova, Mãe1 referiu às técnicas, que considerava que as filhas tiveram uma vida muito melhor do que sua. As referências de cuidado utilizadas como parâmetro de comparação estavam, obviamente, nos castigos e no modo como foi criada, citando diversas violências cotidianas sofridas por ela na infância. Nesse sentido, segundo Calheiros e Monteiro (2007, p.206) a “violência doméstica e o abuso crônico” afetam os comportamentos educativos das mães e a capacidade de dar suporte emocional aos outros, incluindo os próprios filhos. Isso corrobora o relato de mães agredidas entrevistadas durante a pesquisa, referindo a interferência da violência doméstica na capacidade de dedicar afeto e tempo aos/as seus/as filhos/as.

Mas nem mesmo as vivências tristes que guarda na memória fizeram Mãe1 demonstrar qualquer tipo de mágoa ou de ressentimento pela genitora, ao contrário, demonstrou gratidão pelo acolhimento quando mais precisou: “Se não fosse minha mãe morar perto, eu tava aí, na rua da amargura, perambulando com criança no colo.” (Mãe1).

Mãe1, ao contrário da irmã (Mãe2), não acredita que tenha começado a beber por influência do convívio durante a infância com a dependência de sua genitora. A entrevistada revelou que o costume de beber “um vinho ou uma cachaça” no “sítio”, referindo-se ao período que viviam na área rural, era comum entre os que trabalhavam e frequentavam o lixão, como uma espécie de interação entre aqueles que frequentavam aquele universo.

A escuta tornou-se mais sensível nesse trecho específico do relato e suscitou uma série de reflexões sobre a sua fala e as discussões propostas por Silva e Ramminger (2014), quando referem o psiquiatra francês, Christophe Dejours (1992), que inaugurou a teoria da “Psicodinâmica do Trabalho”.

Segundo as autoras, não se trata de buscar detectar doenças mentais causadas pelo trabalho, mas sim, depreender sobre “o sofrimento e as defesas contra o sofrimento no trabalho”. Nessa perspectiva, inverte-se a “pergunta-chave da psicopatologia do trabalho”, que ao invés de buscar compreender como o trabalho “enlouquece” os trabalhadores, discorre-se sobre:

(...) como os trabalhadores, mesmo quando sujeitos às mais diversas pressões patogênicas no trabalho, conseguem evitar a doença mental e a loucura. É a normalidade, portanto, que emerge como enigma na relação entre saúde e trabalho. (SILVA e RAMMINGER, 2014, p. 4754).

Na adolescência, com as idas e vindas da cidade, Mãe1 acabou se aproximando de outros tipos de drogas, passando a “bolar cola”, inalando solvente, que segundo Sholl-Franco e Ferraz (2007, p.205) é um tipo de droga conhecida pela adicção precoce dos/as usuários/as, em função da sensação de euforia que causa, pelo fácil acesso e, sobretudo, pelo seu baixo custo.

Nesse contexto, a desigualdade de gênero se apresenta também na correlação dos estudos, conforme Nobrega e Oliveira (2005), sobre a incidência e as consequências do uso nocivo de álcool para homens e mulheres. A escassez de pesquisas a respeito do uso de substâncias psicoativas por mulheres (Wolle & Zilberman, 2011; Rasch et al, 2015; Tuchman, 2010) se dá, entre outras razões, em decorrência da menor prevalência da dependência entre as mulheres em comparação aos homens. Isso posto, como principal consequência tem-se a normatização dos padrões de uso masculino, dificultando a compreensão dos problemas vivenciados pelas mulheres.

A primeira gravidez de Mãe1 também aconteceu cedo, aos dezesseis anos, fruto de um relacionamento com um caminhoneiro que frequentava o lixão, com quem nunca mais manteve contato, nem obteve apoio (emocional

e/ou financeiro) para criar a filha mais velha. Ressalta-se, nesse momento, que sob o termo “gravidez na adolescência” abriga-se uma faixa etária, que segundo (Heilborn et al., 2002; Gontijo e Medeiros, 2004), foi considerada por muito tempo a ideal para a mulher ter filhos, sendo difícil, ainda nos dias de hoje, configura-la como precoce. No contexto da atenção e acompanhamento de adolescentes grávidas no município, a Técnica<sup>3</sup> refere que a atenção a mulher em situação de violência fica sempre:

[...] em terceiro, quarto, quinto lugar. Tem todo aquele pensamento machista. É como falam, tem gestantes que aparecem aqui grávidas de treze, catorze e quinze anos. Mas sobre as que vêm do sítio falam: "ah mas lá é comum, lá é normal, lá é cultural". Por que a regra é diferente? (Técnica<sup>3</sup>).

A importância e a dependência da figura materna aparecem novamente, quando Mãe<sup>1</sup> é questionada sobre os motivos de não ter buscado o pai da primeira filha para que assumisse sua responsabilidade, referindo-se novamente à genitora como um porto seguro, que a auxiliou na criação da filha mais velha.

Mais tarde, quando conheceu o ex-companheiro, com quem viveu durante mais de 16 anos, Mãe<sup>1</sup> voltou para o lixão por um tempo, levando consigo a filha ainda bebê. Reafirmando que o consumo de bebida naquele local era habitual, a entrevistada reconheceu que talvez as faltas de maturidade aliada ao uso nocivo do álcool tenham sido a causa da omissão no cuidado da filha. Surgiu nesse momento, o relato da primeira situação de negligência a qual Mãe<sup>1</sup> expôs sua filha, saindo para trabalhar no lixão alcoolizado:

Eu chumbava, ia pro lixão e deixava minha filha dentro de um quarto sozinha [...] daí chamaram o Conselho, fiquei uma semana na casa de passagem, a mãe foi lá e tirou. (Mãe 1).

Desde então, seguiu vivendo com a mãe, em um contexto familiar de interações violentas cotidianas, com desdobramentos que findaram no acolhimento de suas filhas anos mais tarde. Nota-se nesse episódio, uma intersecção de marcadores sociais de diferença, revelando a vulneração a qual uma mulher-mãe, adolescente, negra, estava submetida. Problematizou-se a

noção de 'negligência' nesse caso, considerando o contexto da decisão de deixar a filha em casa, visto que trabalhava no lixão, ou seja, em um local insalubre, e não contava com uma rede de apoio, ou qualquer alternativa para o cuidado da filha ainda bebê. Assim, segundo (Carvalho e Guará, 1994; Gontijo e Medeiros, 2004) "atrás de crianças e adolescentes em abandono existem famílias abandonadas, esquecidas pelos programas das diferentes políticas sociais e negligenciadas até mesmo pela política de assistência social".

Nesse cenário, a história da Mãe1 e de suas duas filhas só chegou ao conhecimento das profissionais do CREAS anos mais tarde, quando já viviam na área urbana. O fato se deu por meio dos relatos do irmão A.R.L, que frequentava o SCFV e já vinha a algum tempo sendo assistido pelas equipes do Conselho Tutelar (CT), do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e do próprio CREAS. Foi por meio de uma atuação interdisciplinar e intersetorial entre as instituições supracitadas, que o acompanhamento ao irmão de Mãe1, no SFCV, trouxe à tona a realidade vivenciada na casa da família. Extrovertido e falante, o menino chegava ao SCFV e ao CREAS (dividiam o mesmo espaço na USMD) relatando com frequência os episódios de violência e uso/abuso de substâncias psicoativas no ambiente familiar, que geravam brigas frequentes e agressões, quase sempre praticadas pela matriarca, D. Eva.

Dessa forma, a situação de risco foi configurada, em função da negligência e da violência psicológica sofrida pelas crianças e adolescentes que viviam na residência da família, em decorrência da convivência diária com essas interações violentas e agressões verbais recorrentes.

Segundo o Relatório Psicológico enviado à Juíza de Direito da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Guaratuba, em outubro de 2012, a Psicóloga Técnica do Judiciário descreve as alterações comportamentais de D. Eva quando embriagada, demonstrando-se agressiva e rude com relação aos familiares, diferentemente do seu comportamento no estado de sobriedade. No entanto, o respeito e afeição pela mãe, associados à necessidade de um lugar para morar vinha submetendo, Mãe1 e suas duas filhas, a essa rotina de

violência doméstica e familiar, presente nessas relações de subordinação e dominação ao longo dos anos.

A entrevistada revelou que além das agressões sofridas pela mãe, também sofria violências perpetradas pelo ex-companheiro, fato que gerou grande surpresa às profissionais do CREAS, visto que Mãe1 nunca havia mencionado isso durante os atendimentos. O relato condiz com o estudo realizado pela OMS (2002), *“Estudio multipaís sobre salud de la mujer y violencia doméstica contra la mujer”*, ao concluir que cerca de 20% das mulheres que sofrem violência física, perpetrada pelos companheiros no Brasil, permaneceram em silêncio não revelando a experiência a nenhuma pessoa próxima, família ou amigos. Segundo Mãe1, a agressividade do companheiro aumentou significativamente quando ele passou do uso de maconha para o uso de crack, apresentando frequentes alucinações que motivavam a prática de violência física, moral e psicológica contra ela. Nesse sentido, de acordo com Zilberman e Blume (2005):

Os estimulantes como cocaína, crack e anfetaminas estão freqüentemente envolvidos em episódios de violência doméstica, por reduzirem a capacidade de controle dos impulsos e por aumentar as sensações de persecutoriedade. (ZILBERMAN E BLUME, 2005, p.52).

Assim, com a confirmação sobre a veracidade dos fatos relatados à equipe do CREAS e a obtenção de novas informações sobre as práticas violentas presenciadas pelas filhas de Mãe1, obteve-se a concretude da situação de risco, dando início à elaboração e ao encaminhamento de relatórios psicossociais concernentes às determinações de medidas protetivas que se faziam urgentes. Destarte, tem-se em agosto de 2012 a determinação do primeiro acolhimento por medida de proteção das duas filhas da Mãe1.

As observações realizadas no período de estágio evidenciaram que a primeira reação de Mãe1 no período subsequente ao acolhimento, foi de revolta e negação, mostrando-se relutante a qualquer tentativa de diálogo e adesão aos atendimentos sugeridos pelo CREAS e de tratamento no Centro de

Atenção Psicossocial – CAPS<sup>13</sup>. Entende-se que a concepção de cuidado vivenciada e aprendida pela Mãe1 durante sua infância, não a permitia compreender o motivo da determinação do afastamento de suas filhas, além do desconhecimento da legislação, sobre os direitos das crianças, e dos próprios, já que também estava submetida às violências perpetradas por sua genitora e pelo companheiro.

Dessa forma, o caso exigiu da equipe técnica do CREAS, do CAPS E da Saúde, um esforço para estabelecer vínculos de confiança, buscando, esclarecer os motivos do acolhimento, e com isso a adesão de Mãe1 e de alguns de seus familiares, aos tratamentos e atendimentos pertinentes ao uso de substâncias psicoativas. Iniciou-se a partir do acolhimento das crianças, o acompanhamento e avaliação pelo CAPS, demonstrando a disposição de Mãe1 e D. Eva para o tratamento da dependência.

Sempre muito afetuosa com a filha mais nova durante as visitas, Mãe1 assim como Mãe2, não tem um histórico de mãe agressora. O relacionamento com a filha mais velha, G.A.R, a princípio foi abalado por entender que ela teria contribuído para o acolhimento da irmã mais nova, ao revelar às técnicas do CREAS a realidade vivida pela família. Nesse sentido, os atendimentos realizados pelo CREAS e CAPS repercutiram de forma positiva no relacionamento entre elas, com demonstrações claras de afetividade durante as visitas, trocas de elogios e o uso da palavra “mãe”, já que antes se referiam uma à outra pelo nome. Não que esse carinho não existisse antes, mas a relação de Mãe1 e sua filha mais velha aproximavam-se mais de uma relação entre duas irmãs.

Segundo consta nos relatórios, Mãe1 se mantinha firme no tratamento e sentia-se segura em compartilhar com as técnicas, durante os atendimentos, suas ansiedades e até a vontade de beber, demonstrando maior autonomia e

---

<sup>13</sup> CAPS I (Municípios ou regiões com pop. acima de 20 mil hab.) - atende pessoas de todas as faixas etárias que apresentam prioritariamente intenso sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais graves e persistentes, incluindo aqueles relacionados ao uso de substâncias psicoativas, e outras situações clínicas que impossibilitem estabelecer laços sociais e realizar projetos de vida. Indicado para municípios ou regiões de saúde com população acima de quinze mil habitantes.

discernimento para solicitar consultas no CAPS e conseguir a medicação sempre que sentia necessidade (Carbamazepina<sup>14</sup> foi mencionada durante a entrevista). Logo após o primeiro desacolhimento das filhas em junho de 2013, Mãe1 deu a luz a um menino, que morreu em decorrência de um acidente doméstico, em circunstâncias pouco esclarecidas pelo pai. Na ocasião, era ele o responsável pelo cuidado da criança, enquanto Mãe1 trabalhava na coleta de material reciclável. Após a perda do filho mais novo, o companheiro desapareceu em situação igualmente indefinida, levando Mãe1 a sofrer com a depressão e, por conseguinte, a abandonar o tratamento, voltando a negligenciar o cuidado da filha mais nova:

“Só que por mais das recaídas que eu tive né, da perda do filho, perda do marido... um pouco antes de eu perder meu filho que comecei a beber né. Mas isso era devagar, era devagarzinho e isso foi aumentando quando eu perdi o filho né. Aí eu perdi o marido e aquilo desencarilhava-se de uma vez. As tristezas... aí o que eu fazia, ao invés de parar em casa, eu andava pela rua, bebendo [...] deixava a N.A.R em casa com a mãe e com o pai né. Ela ia pra escola e já não escutava mais, nem professora, não queria saber escrever. E foi assim que eu perdi ela. Eu já tive algumas recaídas uns meses atrás até, inclusive no ano novo eu tive recaída. Aí eu tava falando pra mãe, vô ver se faço o possível pra mim parar de beber de vez. Por causa que assim, esses dias, esses tempos, esses meses, sei lá quanto tempo que eu parei e tô dando um tempo nas bebida, assim tem hora que eu tenho vontade de tomar. Tenho aquela vontade assim sabe, as vezes eu vejo o pai e a mãe bebendo assim.” (Mãe1).

Com o retorno para a Casa Lar, a filha mais nova mantém-se acolhida na CCA até os dias hoje. Já a filha mais velha, foi ouvida no anseio de ser desacolhida, e ainda que não seja o desfecho esperado e preconizado pela Proteção Integral, a exemplo da Mãe1, engravidou ainda muito nova e vive hoje com o companheiro e o filho. Em contato recente com a adolescente, o que se pôde constatar foi que esta, é uma jovem mãe cuidadosa e amorosa com aquele que chama de “minha razão de viver”. Ao final da entrevista, Mãe1 sucumbiu à emoção, mediante a indagação sobre a saudade que sente da filha acolhida desde 2012:

---

<sup>14</sup> Anticonvulsivante utilizado no tratamento dos transtornos relacionados ao uso do álcool. (CASTRO e COUZI, 2006). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v55n3/v55n3a07.pdf>

Ah eu sinto muita saudade... Ontem a hora que eu saí de lá, eu fui dando um tchau assim, mas quando eu saí longe dela eu comecei a chorar [...] você ir lá ver teu filho e depois você sair vendo a criança feliz e não poder levar pra casa. Isso corta o coração da gente, sabia? “(Mãe1)”.

O choro deu lugar ao olhar perdido, ao desalento e ao vazio. A sala ocupou-se de um silêncio cheio de significados. Na verdade nenhuma palavra precisava ser dita para se crer, na existência do afeto entre mãe e filha, e nos vínculos familiares existentes, que nem mesmo a distância fragiliza. Segundo relato da Técnica6, responsável pelos atendimentos à Mãe1 atualmente:

Ela ainda está em processo de vinculação, é bem mais defensiva, passou por muitas situações de violência, tanto vivenciadas pela família, quanto de seu companheiro. “Mãe1” tem maior dificuldade de aderir ao tratamento, usa várias fugas quando tentamos aprofundar e compreender seus sentimentos, mas tem mostrado mudanças no que se refere a comportamento e escolhas, assim como das emoções. Estou tentando trabalhar bastante sua autoestima, o reforço positivo de suas escolhas e a abertura para sonhar e desejar. Ela não faz uso de nenhuma medicação no momento, tem uma relação muito boa com a filha mais velha, e a possibilidade da filha mais nova ir morar com ela, tem a deixado muito tranquila. Ela resiste em ir à CCA, não porque não se importa, mas como uma defesa inconsciente do processo de separação e das suas responsabilidades. (Técnica6).

As histórias das irmãs, Mãe1 e Mãe2, se aproximam pelas vivências durante a infância e diferem nos padrões de violência e no perfil dos/as agressores. A seguir discorre-se sobre a narrativa da Mãe 2, e sobre sua experiência de ter os/as seis filhos/as acolhidos/as por medida de proteção.

#### 4.2 MÃE 2

Porque senhora sabe, criança esquece das coisas. Meus filhos estão crescendo longe de mim e eu estou perdendo a infância deles. (Mãe2).

O segundo caso exemplar revelou, especialmente, a invisibilidade da condição da Mulher-Mãe em situação de violência doméstica e familiar no contexto do acolhimento. Mãe2 passou pela experiência de ter os seis filhos acolhidos por medida de proteção, dentre eles/as, G.V.G.S (dn:06/2011), na ocasião com um ano de idade, e que ainda era amamentada pela mãe. Esse



detalhe merece uma atenção especial, já que os dias que seguiram após a separação da mãe e da criança foram de completo desespero e choros intensos.

Kachani et al (2008) adverte sobre os riscos do uso/consumo de substâncias que causem dependência química por mães lactantes, em virtude dos efeitos fisiológicos e dos danos causados à saúde física, psicológica e emocional, das crianças e das próprias mães. Da mesma forma, defende-se, que é preciso avaliar o risco/benefício da amamentação, que deve ser interrompida/desencorajada, mediante a evidência substancial de que o consumo de álcool está sendo nocivo à criança. Todavia, o desmame, que configura um processo de adaptação nutricional, social e ambiental (OMS/UNICEF, 1989; Huggins e Zaeidrich, 1994), normalmente representa um momento delicado, tanto para as mães como para os bebês. Ao somar a complexidade do afastamento entre mãe e bebê no contexto do acolhimento institucional, entende-se que os serviços de alta complexidade, devem integrar práticas de cuidado que preconizam a qualidade no processo de desmame, buscando assim minimizar, o quanto possível, os efeitos emocionais e psíquicos dessa ruptura.

Bosse-Platière (1989) discorre sobre a ambiguidade entre o “cuidar profissional” e o “cuidar/educar” como se fossem os próprios filhos, no contexto do acolhimento de crianças e adolescentes. A afirmação corrobora as observações realizadas durante o processo de adaptação da filha mais nova da Mãe<sup>2</sup>, suscitando reflexões acerca da necessidade de uma capacitação para práticas de maternagem, sobretudo, no acolhimento de bebês lactentes. Essa questão, da mesma forma, coincide com as narrativas trazidas pela Técnica<sup>1</sup> e Técnica<sup>3</sup>. Ambas defendem a necessidade de uma qualificação mais específica para as profissionais responsáveis pelo cuidado:

Deveria ter realmente pré-requisitos, inclusive para o concurso. Tinha que ter um curso de cuidador para participar desse processo. Temos muito, muito a caminhar. Você trabalha muito com a questão dos valores próprios ali dentro, então ela entra ali, “na minha casa eu faço assim e meus filhos eu crio assim”. É difícil tirar valores, você quer desvincular uma pessoa dos valores morais dela dentro do trabalho. (Técnica<sup>1</sup>).

É uma coisa complicada, cada uma tem o seu jeito, daí uma deixa a outra não deixa. Por causa desses valores mesmo, então a criança não tem uma noção exata de continuidade. Porque cada cuidadora tem o seu jeito e acaba tendo suas regras, sua norma. São diferentes em cada plantão, e o comportamento das crianças acaba mudando de um plantão pro outro. Elas se adequam a forma daquela cuidadora e mudam, realmente é bem diferente um plantão do outro. (Técnica4).

O caso da Mãe2 chegou ao CREAS de forma surpreendente, por meio de denúncias feitas à Ouvidoria dos Direitos Humanos, pelo “Disque 100”<sup>15</sup>, realizadas pelo próprio pai das crianças, motivadas pelo ciúme da companheira. Nas ligações, o pai afirmava que a “esposa estaria embriagada e perturbava o sono dos filhos”, conforme consta no Ofício (2012) enviado pelo CT. Segundo relatório da Secretaria de Direitos Humanos, 57,25% das denúncias realizadas pelo Disque 100 no ano de 2016, estavam relacionadas a violações de direitos de crianças e adolescentes.

Desde o início dos atendimentos à família, as marcas no rosto e no corpo da Mãe2 denunciavam a violência sofrida em casa, em decorrência do ciúme desmedido e da personalidade violenta do marido, acentuada pelo uso de substâncias psicoativas como o crack. Mãe2 sempre relatou as consequências do ciúme do companheiro, controlando sua vida e não permitindo que trabalhasse fora de casa, ainda que a família passasse por uma situação de extrema pobreza, com dificuldades e carências das mais diversas.

Nesse contexto, o relato da Técnica6 traz suas percepções acerca dessa questão:

Outra questão sempre muito presente nos atendimentos é a sua dependência em relação ao marido, relação que não permite, por possessividade dele, que ela cresça como mulher, seja independente e perceba suas potencialidades, pois é uma relação de submissão, violência física e psicológica. (Técnica6).

---

<sup>15</sup> Serviço de utilidade pública da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), vinculado a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, destinado a receber demandas relativas a violações de DH, em especial as que atingem populações com vulnerabilidade acrescida, como: Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas, Pessoas com Deficiência, LGBT, Pessoas em Situação de Rua e Outros, como quilombolas, ciganos, índios, pessoas em privação de liberdade.

Na ocasião do primeiro contato com a família, consta em relatório realizado pela equipe do CREAS, que Mãe2 apresentava um hematoma no rosto. Oito dias depois, consta em novo relatório, que Mãe2 chegou ao CREAS para atendimento, sem os dentes da frente, justificando o fato com a alegação de uma suposta queda de bicicleta. Os sinais de violência física eram evidentes e aconteciam de forma recorrente, sendo percebidos e registrados nos relatórios psicossociais elaborados pela equipe técnica do CREAS, que seguiam posteriormente para o Judiciário.

A inserção da família no Serviço de Proteção e Atendimento Especial às Famílias e Indivíduos (PAEFI) aconteceu em setembro de 2012, dando-se seguimento aos encaminhamentos para o cumprimento de medidas protetivas, como a requisição de matrícula das crianças na creche/escola, cadastramento no Cad Único e atendimentos no CAPS.

A respeito da dependência de álcool, Mãe2 diferentemente da irmã, acredita ter sido influenciada pelo convívio durante a infância com a genitora, que fazia uso nocivo de álcool frequentemente:

Pra falar a verdade eu num tive uma infância boa mesmo. A mãe toda vida bebeu. Eu toda vida fui a mais afastada. Mas nunca tive uma infância boa de estudar, de ter estudo, tudo longe, na época o lugar onde a gente morava era tipo um sítio né. Nem eu nem a minha irmã, ninguém na nossa família entende? Toda vida trabalhar assim né... E influencia de ver a mãe bebendo né, a gente começou beber também né... É porque a gente é o espelho dos filhos não é verdade? (Mãe2).

Quanto à infância, os relatos de Mãe1 e Mãe2 revelaram vivências marcadas pela violência doméstica e familiar, perpetrada pela genitora (D. Eva), mas compartilham o mesmo carinho e respeito, reconhecendo o passado difícil que a mãe também viveu:

Eu gosto dela, felizmente eu gosto dela e num imagino se um dia eu perder ela sabe, porque apesar de que ela foi tão sofrida e nós também fomos por ela, mas bem ou mal ela criou nós sozinha né, sem ajuda de homem; ela nunca teve sorte com homem, toda vida os homens judiaram dela. Sofria violência quando morou com o meu padrasto, ela apanhava sempre e tinha que se esconder com nós na casa de uma tia. (Mãe 2).

Da mesma forma, Mãe2 conviveu com a violência dos companheiros que teve ao longo da vida, desde o pai do primeiro filho, até o atual marido, pai dos/as seus/as outros/as cinco filhos/as:

Eu fui embora com meu filho, que era pequenininho, por causa do pai dele me judiar tanto. Separei dele porque ele batia em mim. Deixava morrendo de fome, tudo isso. Minha mãe me deu dinheiro pra ir pra Curitiba e fugir dele um pouco né. Porque ele não parava, quando eu fugia dele ele ia atrás. (Mãe2).

Semelhante ao relato da irmã, Mãe2 revelou que os efeitos do uso do crack no marido, o deixam ‘paranoico’ e ‘com medo de perseguição’, tendo assim, sua agressividade acentuada. Como consequência Mãe2 alegou sofrer as mais diversas formas de violência: cárcere privado, agressões físicas, verbais, violência psicológica, moral, patrimonial e sexual. Em análise sobre a prevalência da violência contra mulheres por parceiros íntimos no Brasil, Schraiber et al (2007) refere a violência como um fenômeno de alta frequência. Segundo a autora, as conclusões da sua pesquisa “reiteram estudos internacionais anteriores, quanto à grande magnitude e superposições das violências por parceiro íntimo”.

Da mesma forma, Day et al (2003) argumentam que “uma em cada três mulheres já foi espancada, coagida ao sexo ou sofreu alguma outra forma de abuso durante a vida”. Nesse sentido, o abuso pelo parceiro íntimo é parte de um padrão repetitivo de dominação e de controle, e não somente um ato de agressão física.

O abuso pelo parceiro pode tomar várias formas, tais como – Agressões físicas: como golpes, tapas, chutes e surras, tentativas de estrangulamento e queimaduras, quebras de objetos favoritos, móveis, ameaças de ferir as crianças ou outros membros da família; – Abuso psicológico por menosprezo, intimidações e humilhação constantes; – Coerção sexual; – Comportamentos de controle tipo isolamento forçado da mulher em relação à sua família e amigos, vigilância constante de suas ações e restrição de acesso a recursos variados. (DAY, 2003, p.15).

A violência sexual dentro do casamento, apesar de pouco abordada, tem suas raízes nos imperativos culturais que lhe conferem sentido, sob os

pressupostos de superioridade, poder e propriedade dos homens sobre as mulheres. Para Dantas-Berger e Giffin (2005), a carência de estudos populacionais sobre a violência baseada em gênero no Brasil, bem como de pesquisas operacionais nos serviços a elas direcionados, impossibilita um melhor conhecimento sobre este fenômeno e suas consequências na vida das mulheres. O relato da Mãe2 confirma a ocorrência de episódios de violência sexual perpetradas pelo marido:

Ele bebe pra se aproveitar de mim sabe brigar comigo, me segurar, me empurrar, se bobear me bater, me judiar. Qualquer bobeira que eu der, ele pula em mim mesmo, que ele é ruim né, e daí de fazer sexo na marra também, porque às vezes eu não quero. Às vezes é com meu consentimento, mas às vezes eu não quero porque de tanto que ele faz isso, que eu passo raiva com ele, eu já não tô tendo mais vontade. Ai ele força sim, às vezes eu falo que não quero, e ele fala que eu tenho macho só porque eu não tô bem pra fazer. (Mãe 2).

Esse contexto vivido, somado à dependência e uso nocivo de álcool, levou Mãe2 a temer a perda da guarda dos/as filhos/as, a exemplo do que ocorrera com a irmã (Mãe1). Assim, mostrava-se receptiva e favorável aos encaminhamentos para tratamento no CAPS, e posteriormente, a internação em clínica terapêutica. Isso por sua vez, era motivo de brigas e discussões entre o casal, visto que o companheiro tinha ciúmes até dos participantes dos grupos com os quais compartilhavam os atendimentos no CAPS, sempre que possível impedindo-a de comparecer aos atendimentos.

De acordo com (Wolle & Zilberman, 2011; Green, 2006; Rasch et al, 2015) a menor procura por tratamento para a dependência feminina, difere do hábito das mulheres buscarem mais pelos serviços de saúde em relação aos homens. A condição de vulnerabilidade e violência vivenciada pela Mãe2 corrobora as afirmações trazidas pelos/as autores/as, sobre as possíveis motivações para a ocorrência desse fenômeno. Dentre as motivações elencadas estão: a dependência afetiva e econômica; a responsabilidade sobre o cuidado dos/as filhos/as; a falta de disponibilidade de vagas em clínicas; as fragilidades e/ou inexistência de rede social de apoio; o medo de perder a guarda dos filhos (caso admita a dependência); a falta de estrutura da rede de atendimento e serviços para cumprir medidas de proteção (casas para

acolhimento para mulheres); depressão; além da própria condição de ameaça e violência a qual essa Mulher-Mãe está submetida.

Durante a realização da presente pesquisa foram encontrados registros nos arquivos da CCA de passagens da Mãe2, que datam desde o ano de 2001, descrevendo várias situações e motivações pelas quais ela esteve na Casa de Passagem. Há registros de sua passagem com o primeiro filho ainda bebê (3 meses), e em outra situação, grávida e acompanhada dos/as outros/as filhos/as pequenos. Sobre as motivações das passagens pela Instituição, as primeiras apontavam para a busca por alimentação (“veio almoçar”) e nas subsequentes, os registros descrevem sinais de agressão física perpetrada pelo companheiro, que segundo descrição, agiu sob efeito de substâncias psicoativas.

Embora não tivesse um histórico de mãe agressora, Mãe2 apresentava claro prejuízo cognitivo-comportamental sempre que fazia uso abusivo de álcool, refletindo obviamente na possível negligência no cuidado dos/as filhos/as. Em um dos momentos de maior emoção durante a entrevista, Mãe2 declara ter se esforçado para tentar parar de beber, mas que se sentia impotente frente à dependência, sempre ressaltando o amor que sente pelos/as filhos/as e a vontade de tê-los/as de volta.

Quando eles foram pra casa de passagem na verdade eles tavam com piolho mesmo, isso eu não minto, mas eu sinto que eles não foram marcados pra casa [...] eu queria que a Juíza visse o lado bom também, que eu também fiz coisas boas, não colocaram nada disso no processo. (Mãe2).

A fala emocionada da Mãe2 é traduzida na narrativa da Técnica6, ao mencionar o forte vínculo de afeto percebido entre a mãe e os/as filhos/as:

Trabalhamos muito sua história de maternidade, tudo de positivo que ela fez em relação a eles, pois geralmente só se é enfatizado os erros, e a possibilidade real da perda do pátrio poder, mas nunca da maternidade. Seus filhos sabem de sua existência e tem carinho por ela e mesmo que neste momento, a justiça decida por eles estarem ou irem para outro lar, eles tem uma longa história pela frente. E quando atingirem a maioridade podem a procurar e ficarão felizes em reencontrá-la bem. Percebo que essa possibilidade dá forças para que ela não desista dela mesma e de ser uma pessoa sempre melhor, pois nunca deixará de ser mãe e a convivência com filhos não se limita a sua infância e adolescência. Neste ponto o fato de o filho mais velho estar em sua casa reforça muito a possibilidade da recompensa pelas boas escolhas que ela faz. (Técnica6).

O primeiro acolhimento dos/as seis filhos/as se deu em novembro de 2012, poucos meses após o acolhimento das filhas da irmã (Mãe1). Constam em relatório, de forma breve, informações sobre o estado em que chegaram as seis crianças, mais especificamente sobre as precárias condições de higiene e pediculose (Infestação por piolhos). Cavalcante et al (2009) afirmam que os problemas de saúde mais frequentes entre as crianças que chegam às instituições de acolhimento são: a escabiose, gripe/resfriado, desnutrição, dermatites, anemia, e pediculose. Segundo os/as autores/as, essas são moléstias relacionadas, justamente às:

condições adversas impostas pela condição de pobreza e à qualidade do cuidado que lhes foi oferecido desde o nascimento, em que se inclui a alimentação insuficiente e/ou inadequada à idade, a desatenção com a higiene corporal e ambiental, o desmame precoce, o descumprimento dos programas de imunização. (CAVALCANTE et al, 2009, p. 620).

Nesse contexto é importante ressaltar, conforme (Yunes et al, 2004; Cavalcante et al, 2009; Rizzini & Rizzini, 2004) que as doenças infectocontagiosas, são também, aquelas mais detectadas dentro das instituições de acolhimento. Isso se dá em razão do cuidado coletivo, do compartilhamento de objetos pessoais, e do próprio ambiente onde convivem, tendo em vista a carência de um espaço/cuidado mais individualizado para essa população.

Nos relatórios subsequentes aparecem questões como a indisciplina e a falta de obediência dos irmãos e de como isso “alterou o ritmo da casa”. No período de adaptação à vida institucional, segundo Cavalcante et al (2009), são sentidas diversas dificuldades pelas crianças e adolescentes, sendo frequentes episódios como “choro intenso e/ou contínuo, retraimento social, comportamento de agressividade e agitação”. Os/as autores argumentam sobre a gravidade dos prejuízos para o desenvolvimento biopsicossocial das crianças :

Especialmente quando a institucionalização ocorre por um tempo demasiadamente longo. É possível afirmar que, a partir do momento em que as crianças deram entrada na instituição, passaram a experimentar uma sobrecarga emocional que não pode ser minimizada, em função de duas situações consideradas muito estressantes: a privação da convivência com seus cuidadores primários e a adaptação às regras que regem a vida institucional. (CAVALCANTE et al, 2009, p. 622).

Os atendimentos à Mãe2 seguiram no CREAS após o acolhimento de seus/as filhos/as, com repetidos episódios de “acidentes” que resultavam em novos hematomas e marcas pelo corpo. Essas alegações eram dadas as profissionais, ainda que mais tarde, entre uma conversa e outra, Mãe2 acabasse confessando ter sido agredida novamente pelo marido e/ou pela genitora, quando a buscava como refúgio, mediante as agressões que sofria em casa.

Segundo consta no Guia de Orientações para a implementação dos serviços socioassistenciais, a equipe do CREAS deve ser composta, minimamente, por: 01 Coordenador/a, 01 Assistente social, 01 Psicólogo/a, 02 Educadores sociais, 01 Auxiliar administrativo, 01 Advogado/a e Estagiários/as (preferencialmente das áreas de psicologia serviço social e direito). Diferentemente da Saúde, o campo da assistência pouco avançou na consolidação das condições de trabalho e no favorecimento à manutenção e qualificação das equipes de referência (Yamamoto e Oliveira, 2010; Macedo et al, 2011). Para os/as autores/as os conflitos de interesses, somados ao receituário neoliberal corroboram a rotatividade significativa de profissionais, que por sua vez, repercute na descontinuidade das ações e na fragilidade do trabalho em equipe.

Registra-se que entre os anos de 2012 e 2013 o CREAS e a CCA funcionaram por um período sem uma equipe de referência mínima. Nesse ínterim, o CREAS e, por conseguinte, as demandas da CCA, contavam com uma assistente social e duas estagiárias. Dessa forma os atendimentos psicossociais, ou seja, aqueles que dependiam da atuação de profissionais do serviço social e da psicologia foram comprometidos, suscitando um pedido de providências à prefeitura por parte do Ministério Público (MP). Esse período



corresponde à chegada das crianças e adolescentes à CCA, filhos/as das Mães 1 e 2.

Nesse contexto, em 2013 acontece uma mudança significativa na formação da equipe técnica do CREAS e com isso, novos entendimentos e decisões a respeito do seguimento no trabalho com a família. Com a chegada de novas profissionais decide-se pela reinserção familiar, ainda que constassem registros que apontavam “aspectos negativos”, referentes a recaídas de Mãe (abuso de álcool), o uso de crack pelo genitor e a [re] incidência de violência doméstica. Esses fatos foram constatados durante os meses subsequentes durante as visitas familiares e nas acusações trocadas pelo casal durante os atendimentos no CREAS.

Assim, confirma-se em relatório elaborado em fevereiro de 2014, que apesar do acompanhamento feito pela equipe multiprofissional, “não teria sido constatada melhora no relacionamento do casal”. Nesse cenário, embora Mãe2 já tivesse aceitado seguir o tratamento, mediante internação em clínica terapêutica, realizada consulta ao sistema, constatou-se a indisponibilidade de vaga. Nesse cenário, sugere-se à Promotoria de Justiça novamente o acolhimento dos filhos de Mãe2, por se encontrarem “em situação de risco psicológico e social, convivendo com intensos conflitos agregados a violência física e verbal, ainda tendo os devidos cuidados e proteção negligenciados”.

Novos relatos de marcas de violência no rosto e corpo da Mãe2 são registrados pela equipe em relatórios psicossociais, sem sinais de desdobramentos no que tange sua condição de violência. As relações familiares violentas e as práticas parentais negativas são reveladas também pelos filhos do casal, visto que presenciavam o uso de substâncias psicoativas dentro de casa pelo pai, além de episódios de violência física contra Mãe2.

Após meses passados desde a reinserção familiar, as crianças retornam para CCA, e o casal continua sendo acompanhado pelo CREAS e CAPS. Com a inserção do marido no mercado de trabalho, o casal apresenta melhoras no convívio familiar, comparecendo ao tratamento no CAPS. Nesse ínterim, a equipe do CREAS se posiciona favoravelmente ao desligamento

institucional do filho mais velho do casal, sempre muito preocupado e zeloso com a mãe.

Nesse contexto, uma nova gravidez desencadeou uma série de acontecimentos, dentre eles a perda do filho (premature) logo após o nascimento, culminando no agravamento do estado depressivo da Mãe2 e, conseqüentemente, na tentativa de suicídio por ingestão de antidepressivos. De acordo com Ruschi et al (2007) pesquisas realizadas no Brasil corroboram as percepções obtidas na presente pesquisa, indicando a prevalência de depressão pós-parto em Mulheres-Mães com menores níveis de escolaridade e socioeconômico.

Da mesma forma, para Ziberman e Blume (2005), de acordo com estudos desenvolvidos sobre as associações entre violência doméstica, abuso e dependência de substâncias psicoativas, a violência doméstica praticada contra mulheres grávidas (particularmente aquelas de baixa renda), coloca desafios adicionais à atenção à saúde em virtude do:

maior uso perinatal de substâncias, maior probabilidade de parto prematuro, má atenção pré-natal, recém-nascidos de baixo peso e maior utilização dos serviços de saúde, o que intensifica a necessidade de melhores técnicas de rastreamento desses problemas. O rastreamento é essencial. As mulheres e as crianças experimentam uma gama de problemas de saúde, em conexão com a violência doméstica e transtornos relacionados ao uso de substâncias psicoativas, incluindo depressão, insônia e ansiedade, dor pélvica crônica, repetidas infecções urinárias e doenças sexualmente transmissíveis. (ZILBERMAN E BLUME, 2005, p. 53).

Em vários momentos durante a entrevista, Mãe2 revelou a vontade de criar os filhos sozinhos, com dignidade, longe da violência do companheiro, porém as ameaças e a insegurança de perder a casa e não ter para onde ir sempre a impediu de seguir em frente e encarar o desafio:

se ele saísse da casa eu ficava sozinha, porque quando ele me pegou, eu morava sozinha com meu filho, você acredita? Morava num barraquinho na época, era muito difícil lá no sítio onde minha mãe morava. Eu trabalhava num lixão, lixo sanitário mesmo sabe? Então, eu trabalhava lá pra da de comer meu filho, pra comprar minhas roupas, comprar minhas coisas, mas eu vivia muito bem sozinha só que o problema é que eu bebia né, mas eu vivia sozinha. Só que se o [marido] sair de casa eu fico sozinha, e se me ajudarem a pegar um serviço pra mim né. Como eles propuseram pra mim começar estudar também né? (Mãe 2).

De acordo com a narrativa de uma das técnicas, o olhar da sociedade para a mulher em situação de violência atribui a mesma a culpa e a responsabilidade pela condição na qual se encontra:

Eu acho que engloba uma coisa a mais, uma questão moral mesmo da sociedade. Aquela mulher apanha porque quer entendeu? A culpa é dela, como se ela quisesse. Infelizmente a gente não consegue ir atrás pra saber de todas as pessoas, a gente deixa uma coisa mais livre pra ela. Oferece e espera que venha, tinha que ser mais impositivo pra elas também. Deveria ser, mas como tem essa questão dela ser adulta né é uma definição dela. (Técnica1).

Nessa circunstância, Anjos (2006) estabelece um paralelo entre as noções de vulnerabilidade e autonomia, inserindo a discussão da vulnerabilidade no contexto sociocultural contemporâneo, correlacionando essa temática às relações de poder. O autor versa sobre a possível ocultação da vulnerabilidade a qual estas mulheres estão expostas, por meio de uma ficção de autonomia, ou seja, afirma-se a capacidade de livre escolha quando na verdade esta não existe ou é bastante limitada. Segundo o autor:

A tentativa de ocultar as causas da vulnerabilidade leva a fazer da autonomia um discurso de responsabilização das vítimas por suas próprias feridas. Em escala política, vemos este discurso da autonomia entregar grupos sociais e nações inteiras às suas próprias condições de pobreza e sendo responsabilizados por ela. (ANJOS, 2006, p.182).

Segundo Fleury e Meneghel (2015) o conceito de vulnerabilidade foi incorporado no campo da saúde pública como alternativa analítica ao conceito de “grupo de risco”, proveniente da abordagem epidemiológica nos trabalhos desenvolvidos sobre o HIV e a Aids, considerando o termo “discriminatório por se referir a grupos marginalizados tais como prostitutas, homossexuais e usuários de drogas”. Schramm (2006) por sua vez, traz uma distinção importante entre os termos vulnerabilidade e vulneração, esta última, proposta como uma condição consubstanciada:

se todos são potencialmente (ou virtualmente?) vulneráveis enquanto seres vivos, nem todos são vulnerados concretamente devido a contingências como o pertencimento a uma determinada classe social, a uma determinada etnia, a um dos gêneros ou dependendo de suas condições de vida, inclusive seu estado de saúde. Em suma, parece razoável considerar mais correto distinguir a mera vulnerabilidade da efetiva vulneração, vendo a primeira como mera potencialidade e a segunda como uma situação de fato, pois isso tem consequências relevantes no momento da tomada de decisão. (SCHRAMM, 2006, p.192).

Entende-se que o uso do termo ‘mulheres vulneradas’ é pertinente para os casos exemplares, visto que mulheres negras, pobres, em situação de violência doméstica e familiar, encontram-se potencialmente mais expostas as adversidades e as privações de oportunidades. Nesse contexto, a definição de vulneração em Shramm (2006), traduz a racionalização e a instrumentalização dos estudos que abordam temas relacionados/influenciados por determinantes biopsicossociais da diferença – gênero, cor, classe, concernentes às reflexões aqui propostas sob uma perspectiva consubstancial.

No ano de 2015, em resposta ao último parecer do Juizado, leva-se em consideração a evolução (ainda que conturbada) na relação parental, e decide-se pelo acatamento da proposta de reinserção paulatina ao ambiente familiar, autorizando visitas das crianças e adolescentes na casa da família. Constam nas respostas aos pareceres, do Judiciário e do MP, registros sobre o prolongamento da situação da família por três anos, mediante atuação exaustiva da equipe da rede de proteção, com resultados pouco significativos. E por fim, alerta-se o pai e a Mãe<sup>2</sup> para o fato de que o descumprimento dos deveres parentais é causa de perda do poder familiar e de encaminhamento dos/as filhos/as para adoção.

Nos meses seguintes, seguem os registros sobre novos episódios de violência doméstica familiar, e do pedido de ajuda de Mãe<sup>2</sup> para o tratamento em clínica para a dependência do álcool, alegando não conseguir parar de beber sozinha. O MP manifesta-se a favor das sugestões de acolhimento e da proibição das visitas familiares, a fim de preparar as crianças e adolescentes para um possível rompimento de vínculos, em virtude da eventual destituição do poder familiar. Menciona ainda, que em função da recusa dos pais em aderir aos tratamentos propostos, na falta de familiares que pudessem assumir a

guarda, não restariam alternativas, que não essas. Mediante Ofício (2015) encaminha-se o relatório circunstanciado (conforme Art. 101 Parágrafo 9 do ECA), sugerindo a destituição definitiva do poder familiar dos/as seis filhos/as de Mãe2.

Assim, o processo do caso da Mãe2, encontra-se mais avançado que o processo da filha mais nova da Mãe1. A equipe do CREAS trabalhou com possibilidades, como a consulta sobre o interesse da avó paterna ficar com os/as seis netos/as, na intenção de evitar a separação dos/as irmãos/as, mas sem nenhuma definição favorável a essa questão.

Nesse sentido, as crianças e adolescentes demonstraram-se preocupados com a possibilidade de ser afastados definitivamente, em caso de adoção dos irmãos. Observou-se durante atendimento ao filho mais velho (M.S.E.G.A), um adolescente dividido entre a vontade de voltar para CCA pela saudade que sente dos/as irmãos/as, e o carinho e cuidado com a mãe que o levaram a pedir para ser desacolhido e voltar para casa.

Por fim, apresenta-se um trecho sobre as percepções da profissional que vem acompanhando Mãe2. Entende-se que a fala da Técnica6, sintetiza, de maneira clara e sensível, a perspectiva que vem traçando nos atendimentos e a questão da existência de vínculos afetivos percebidos:

O foco dos atendimentos é nos sentimentos, em relação a ela sem julgamento, sem focar no certo ou no errado, ou mesmo na bebida, mas o que aconteceu e como a mesma situação poderia ter acontecido se as escolhas fossem outras. Vejo uma grande mudança em suas percepções, ainda tem muitas dificuldades que ela só vai conseguir trabalhar com o tempo. Tem momentos que ela desiste de tudo, que a força do hábito fala mais forte, mas já percebo nela muitas tomadas de consciência que não tinha, e reforço isso sempre que ela busca pela mudança. Percebo nela um grande sofrimento com o afastamento dos filhos, continua se preocupando com eles, mesmo a distância tenta sempre estar sabendo como estão e se dói por eles. Não tenta se afastar emocionalmente, fala e pensa muito neles em casa, imaginando o seu retorno. Ela de forma geral é uma pessoa muito alegre, se coloca no lugar do outro, tem empatia e sentimentos muito autênticos. (Técnica6).

A seguir discorre-se sobre o paradoxo que se estabelece no contexto da presente pesquisa, quando Mulheres-Mães, que deveriam também ser

assistidas na condição de vulnerabilidade e violência, passam pela experiência de ter os/as filhos acolhidos/as por medida de proteção.

#### 4.3 MULHERES-MÃES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR: O PARADOXO DA PROTEÇÃO INTEGRAL

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2012), refere a noção de paradoxo e versa sobre a ambivalência que estrutura o fluxo da vida real e sobre os “discursos diferentes e não facilmente conciliáveis” que se ramificam a partir de um tronco comum. O autor faz a comparação com uma batalha entre dois exércitos distintos, que pode terminar com o desgaste de um dos lados. Por fim conclui que “ideias que não podem ser facilmente combinadas num só conceito tendem a exercer uma pressão centrífuga, e cedo ou tarde, explodem uma totalidade que é frágil”. (BAUMAN, 2012, p.14).

A metáfora utilizada por Bauman ilustra, de certa forma, a assertiva trazida no título supracitado, considerando que os males que acometem mulheres, jovens e crianças, no contexto da pesquisa, advêm de um mesmo tronco, que se assenta nas raízes da violência estrutural. Nesse sentido, problematiza-se a paradoxalidade que se apresenta ao se buscar cumprir a proteção integral da infância e da juventude, tendo a condição de vulnerabilidade e violência doméstica e familiar das Mulheres-Mães invisibilizada.

Para Minayo (2006), a violência como processo sócio-histórico, acompanha toda a experiência da humanidade, sendo registrada em vários documentos da Antiguidade. Trata-se de um fenômeno complexo, de múltiplas causalidades, dentre elas, estão os “conflitos de autoridade, a lutas pelo poder e a vontade de domínio, de posse e de aniquilamento do outro ou de seus bens”. (MINAYO, 2006. p.13). A aprovação ou desaprovação, que define as manifestações de violência como lícitas ou ilícitas, são determinadas de acordo com as normas sociais vigentes, mantidas pelos costumes, usos e/ou aparatos legais da sociedade.

No Brasil, a história de violência está articulada à forma de colonização e de desenvolvimento, como resultado da dominação sobre o povo que aqui se encontrava, por parte dos europeus que desembarcaram de suas caravelas. À vista disso sustentaram-se “os vários tipos de segregação e crueldade que persistem na experiência nacional de quinhentos anos, sobretudo, contra a população pobre”. (MINAYO, 2006, p.26). Nesse contexto, a autora discorre sobre a maneira cruel de como se deram esses processos de colonização, no Brasil e em outros países da América Latina, referindo as terríveis marcas deixadas pelas práticas de estupro, violência e exploração de mulheres pobres, da população indígena e negra.

O Atlas da Violência (2017) refere que no ano de 2015, 4.621 mulheres foram assassinadas no Brasil, correspondendo a uma taxa de 4,5 mortes para cada 100 mil mulheres. Nesse mesmo ano, o Brasil ocupava a 5ª colocação no ranking mundial dos países onde mais se matam mulheres. Dados do referido estudo indicaram ainda um aumento de 22% na taxa de mortalidade de mulheres negras, alcançando o índice de 5,2 mortes para cada 100 mil mulheres negras, acima da média nacional. Isso posto, o documento conclui que 65% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras:

Na evidência de que a combinação entre desigualdade de gênero e racismo é extremamente perversa e configura variável fundamental para compreendermos a violência letal contra a mulher no país. Apenas sete Unidades da Federação lograram redução na taxa de mortalidade de mulheres negras por homicídio entre 2005 e 2015, sendo eles: São Paulo (-41,3%); Rio de Janeiro (-32,7%); Pernambuco (-25,8%); Paraná (-23,9%); Amapá (-20%); Roraima (-16,6%); e Mato Grosso do Sul (-4,6%). (CERQUEIRA, et al, 2017, p.39).

Segundo dados repassados pela Polícia Civil ao Núcleo de Prevenção à Violência de Guaratuba, sobre a incidência de violência doméstica e familiar contra a mulher, no ano de 2016, a delegacia do município atendeu a 59 ocorrências de lesão corporal e 64 de ameaça. No primeiro semestre do ano de 2017, foram atendidas 36 ocorrências de lesão corporal e 38 de ameaça.

Da mesma forma, foram obtidos dados da Central de Epidemiologia do município de Guaratuba, por meio da Secretaria de Saúde, referentes às

Fichas de Notificação/Investigação Individual de Violência Doméstica, Sexual e/ou outras Violências Interpessoais<sup>16</sup>, registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Para melhor visualização, os dados são apresentados na tabela a seguir:

TABELA 3 - NOTIFICAÇÃO/INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, SEXUAL E/OU OUTRAS VIOLÊNCIAS INTERPESSOAIS NO MUNICÍPIO DE GUARATUBA DE 2012 À 1º SEMESTRE DE 2017.

ANO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
SEXO							
FEMININO	17	18	28	88	64	52	267

Fonte: Núcleo de Prevenção à Violência – Secretaria de Saúde de Guaratuba (2017).

A notificação compulsória aplica-se a todos os tipos de violência, independente do espaço onde tenha ocorrido (doméstico, familiar ou na comunidade). O preenchimento da ficha deve ser realizado na própria unidade de saúde onde foi realizado o atendimento à mulher agredida. No contexto da pesquisa, buscou-se saber se o CREAS, enquanto Centro de Referência Especializada, que tem entre suas atribuições o atendimento à mulher em situação de violência; notificava os casos de violência contra a mulher atendida na instituição. Segundo relato da Técnica1:

Não! Nós no CREAS aqui não fazemos. Geralmente quando elas vem já fizeram na saúde. Chega muito pouco aqui no CREAS mulher vítima de violência, mas quando chegam, elas não tem vontade de prosseguir com o atendimento. Pedem ajuda pra sair naquele momento da casa e é isso que elas querem. (Técnica1).

A LMP (2006) representa o primeiro instrumento legislativo específico no combate à violência doméstica contra a mulher de forma integral, oferecendo à mulher em situação de violência a possibilidade de “proteção e o

<sup>16</sup> Instituída pelo SiNAM em 2009, a notificação deve ser realizada de forma compulsória, universal e continua. Deve ser preenchida pelos/as profissionais de saúde mediante confirmação/suspeita de violências dirigidas a crianças/adolescentes (ECA), às mulheres (Lei nº 10.778/2003) e ao Idoso (Estatuto do Idoso). Atende ao Decreto-Lei Nº 5.099 de 03/06/2004, que regulamenta e institui o serviço.



acolhimento emergencial à vítima, isolando-a do agressor e, ao mesmo tempo, criando mecanismos para garantir a assistência social". (IPEA, 2015). Dessa forma, assegura-se como responsabilidade do poder público, desenvolver políticas que visem garantir os direitos das mulheres, no âmbito das relações domésticas e familiares, visando resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. O Art. 20 determina que:

Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

No seu Art. 70, a lei tipifica as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme apresentado no quadro abaixo:

QUADRO 4 - TIPIFICAÇÃO DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER SEGUNDO A LMP (2006)

<b>Violência Física</b>	Qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal
<b>Violência psicológica</b>	Qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

<b>Violência sexual</b>	Qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.
<b>Violência patrimonial</b>	Qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.
<b>Violência moral</b>	Qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

FONTE: Adaptado de LPM (2006).

Minayo (2006, p.27) refere à violência estrutural e ‘estruturante’, como uma das formas mais contundentes de violência no Brasil, pelo seu grau de enraizamento, em decorrência dos “níveis elevadíssimos de desigualdade, que persistem historicamente, e que são o chão sobre o qual se assentam muitas outras expressões de violências”. Dessa forma:

(...) processos sociais, políticos e econômicos reproduzem e ‘cronificam’ a fome, a miséria e as desigualdades sociais, de gênero, de etnia e mantêm o domínio adultocêntrico sobre crianças e adolescentes. Difícil de ser quantificada, pois aparentemente ocorre sem a consciência explícita dos sujeitos, a violência estrutural se perpetua nos micro e macroprocessos sócio históricos, se repete e se naturaliza na cultura e é responsável por privilégios e formas de dominação. (MINAYO, 2006, p. 81).

No escopo dessas discussões, sobre uma perspectiva interseccional e de gênero, tomou-se como referência o texto no qual a autora discorre sobre

essa manifestação estrutural da violência, acrescentando a incidência sobre a condição de vida dessas Mulheres-Mães, a partir de decisões histórico-econômicas e sociais, tornando vulneráveis suas possibilidades de desenvolvimento e autonomia:

Por ter um caráter de perenidade e se apresentar sem a intervenção imediata dos indivíduos, essa forma de violência aparece naturalizada, como se não houvesse nela a intervenção dos que detêm o poder e a riqueza. A intervenção Intersetorial e multidisciplinar, deve ser feita para reduzir e eliminar as desigualdades [...] e ampliar o acesso e a qualidade da atenção. Porém, no âmbito da cidadania, os profissionais deveriam se engajar nos processos políticos de transformação social. (MINAYO, 2006, p.83).

Nesse sentido, a responsabilidade do Estado se insere na redistribuição de renda, no combate a pobreza e à violência, devendo estar alerta às dimensões do poder, que se referem à questão de gênero, cor e classe. Para o fortalecimento da autonomia e a garantia dos direitos para as mulheres (e seus/as filhos/as), são imprescindíveis ações afirmativas e políticas públicas de gênero com estratégias para o enfrentamento dessas desigualdades. Nesse contexto, de acordo com Farah (2004) somente a partir da década de 1980 há uma organização mais formal e a ampliação de temas a serem debatidos na agenda política no Brasil, dentre eles, a violência contra a mulher, sexualidade e direitos reprodutivos:

Há um terreno intermediário associado a um processo incremental de transformação, em que alguns temas da agenda de gênero e algumas abordagens propostas por movimentos e entidades de mulheres são incorporados, de forma gradual, abrindo talvez caminho para transformações mais profundas. (FARAH, 2004, p.67)

No arcabouço dessas mudanças, a família e o trabalho configuram eixos organizadores da vida de homens e mulheres na sociedade. Goldani (2002) discorre sobre a importância do reconhecimento das relações que se estabelecem entre esses dois eixos no âmbito das políticas sociais, sobretudo no que tange as assimetrias de gênero relacionadas à determinação de papéis

sociais, fazendo com que mulheres tenham uma condição de cidadania fragilizada:

O que representam e o que fazem as famílias só podem ser compreendidos no contexto amplo das interações entre as forças sociais, econômicas e políticas em um dado momento. As profundas mudanças nessas dimensões recolocam, neste final de século, a centralidade das relações entre trabalho e família, para homens e mulheres, em que ganham destaque às novas formas de relações de trabalho, a multiplicidade de arranjos familiares, a participação das mulheres no mais diferentes setores de atividade, as novas atitudes, legislações e políticas de equidade de gênero e a redefinição do papel do Estado. (GOLDANI, 2002, p.30).

Indicadores demográficos confirmam a multiplicação de arranjos familiares, com o aumento de famílias monoparentais com predomínio daquelas chefiadas por mulheres. Segundo o estudo ‘Estatísticas de Gênero: Uma análise dos resultados do censo demográfico 2010’, houve um aumento de 13,7 pontos percentuais no número de domicílios chefiados por mulheres em uma década. Da mesma forma constatou-se maior situação de vulnerabilidade nos domicílios chefiados por mulheres, em especial, por mulheres negras, tendo em média, 69% delas ganhando até um salário mínimo. (IPEA, 2011, p.19).

A mensuração de como se dão efetivamente os arranjos familiares configura um desafio para os/as profissionais responsáveis pela coleta e análise dessas informações<sup>17</sup>. Uma das questões trazidas pela Técnica2, considerando sua proximidade com a realidade das famílias, está na possibilidade de que o número de famílias cadastradas sob o perfil de titularidade residencial feminina no município, não reflita a realidade de famílias monoparentais femininas, ou seja, a possibilidade de que por receio de ultrapassar o limite de renda per capita, e consequentemente a perda do benefício, possam ser omitidas outras fontes de renda familiar.

---

<sup>17</sup> Ver Saboia et al (2002)

Nesse cenário, Mito (2008) defende que a centralidade da família<sup>18</sup> e a titularidade preferencialmente feminina, nos programas e nas políticas sociais (sobretudo na Assistência Social), tendem a reforçar os papéis tradicionais de homens e mulheres. Se por um lado o PBF<sup>19</sup> (a partir da titularidade preferencialmente feminina) intenciona favorecer a ampliação da autonomia das mulheres; sob outra perspectiva (Cavenaghi, 2007; Mariano e Carloto, 2009; Klein, 2005), discute-se sobre como esse, e outros programas, tendem a reforçar os papéis de gênero, mediante as condicionalidades impostas socialmente às mulheres, sobretudo no que tange a responsabilidade pelo cuidado do lar e dos filhos.

Segundo Mariana e Carloto (2009), os marcos teóricos para a discussão sobre a ampliação da autonomia das mulheres, beneficiárias desses programas, não são suficientemente explicitados. Há, portanto, a necessidade urgente de um refinamento no desenvolvimento de indicadores, a partir de uma perspectiva interseccional, contemplando as questões de gênero, classe, cor, território, fator geracional, entre outros aspectos:

O acesso à renda ou trabalho que gere renda pode ser diferenciado para as mulheres negras mesmo entre o conjunto das mulheres pobres. As mulheres pobres são tomadas como uma categoria universal. [...] Esse refinamento implica uma dimensão qualitativa dos indicadores e não só descritiva/quantitativa. (MARIANO E CARLOTO, 2009, p.904).

No mês de fevereiro de 2017, 2.080 famílias foram beneficiadas pelo PBF, representando uma cobertura de 97,6% da estimativa de famílias pobres do município de Guaratuba, com recebimento médio de R\$133,49. As duas Mulheres-Mães são beneficiárias do referido programa, concluindo-se não ser possível afirmar que o mesmo tenha apresentado significativa diferença no ganho/ampliação da autonomia dessas mulheres. Como impedimento,

---

<sup>18</sup> Espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida. Essa percepção é condizente com a tradução de família na condição de sujeito de direitos, conforme estabelece a CF 88, o ECA e a LOAS. (Brasil, 2005, p.41).

<sup>19</sup> Programa de transferência de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza no Brasil. Ver Rego e Pinzani (2013).

consideram-se fatores determinantes, como a condição de violência – física, psicológica, moral e patrimonial – na qual estão inseridas (a exemplo o sequestro do cartão por parte do marido da Mãe2), a impossibilidade/dificuldade no cumprimento das condicionalidades em decorrência da dependência do álcool, falta de oportunidades e a baixa escolaridade.

O alcance da condição de agente das mulheres, segundo Sen ( 2000) é uma das áreas mais negligenciadas nos estudos sobre desenvolvimento, sendo urgente a sua correção. Nesse sentido conclui, que atualmente, nada é tão importante na economia política do desenvolvimento, quanto o [re]conhecimento da participação feminina política, social e econômica das mulheres, sendo esse, o aspecto crucial do “desenvolvimento como liberdade”.

Dessa forma, conclui-se ao final do capítulo que a incidência de violência no contexto familiar – comunicação violenta, maus-tratos, negligência – repercute, impreterivelmente, em maior ou menor medida, nos demais integrantes da família, tendo como principais vítimas, crianças e adolescentes. Os casos exemplares apresentados demonstram a gravidade e a complexidade dessas manifestações, bem como, as consequências para a vida de crianças, jovens e suas mães, que vivenciam essas violências, direta ou indiretamente.

A aproximação e a convivência com a História dessas Mulheres-Mães e seus/as filhos/as, permitiram constatar a presença de um forte vínculo afetivo, que ao invés de ser fortalecido durante o período de acolhimento, acaba sendo fragilizado, por uma série de fatores. Dentre os fatores estão: o número restrito de visitas, que acontecem em um espaço físico que não proporciona um “tempo de encontro de qualidade”; a manutenção da violência doméstica e familiar, impedindo que essas mulheres mudem o rumo de suas vidas e assim possam recuperar a guarda dos/as filhos/as; e a fragilidade da rede de atenção que muitas vezes não consegue realizar um trabalho de forma integrada.

A falta de estrutura física e densidade institucional para a concretização de uma rede de enfrentamento a violência contra mulher, de fato, é uma realidade a nível municipal e regional, já que o litoral do PR, de maneira geral,

carece de equipamentos específicos e especializados de atenção à mulher em situação de violência, com ou sem filhos/as.

Isso posto, no Capítulo 5 discorre-se sobre a importância do campo interseccional para a Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

## **5. INTERSECCIONALIDADE E CONSUBSTANCIALIDADE: CATEGORIAS IMPORTANTES PARA A PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL NA ATENÇÃO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA.**

Embora o termo “interseccionalidade” tenha sido evidenciado pela teórica feminista Kimberlé Crenshaw no final da década de 80, é na década anterior que emerge a preocupação em entrelaçar as distintas formas de desigualdades e de diferenciações sociais. Delineando brevemente o processo de contextualização histórica da formação do campo interseccional, tem-se no início dos anos 70 a crítica do feminismo ao separatismo, recorrente entre os próprios movimentos feministas.

Como marco simbólico, o manifesto de 1977 do Combahee River Collective, que se tratava de um coletivo de feministas negras que defendia uma luta articulada contra as formas de dominação e opressão. O movimento defendia que a lutas fossem pautadas no heterossexismo, exploração e racismo e não apenas contra a opressão sexual das mulheres. Na década de 80, muitas autoras feministas apresentaram contribuições acerca da perpetuidade do feminismo apenas como discurso crítico do sexismo, bem como, sobre as denúncias da existência de racismo dentro dos movimentos feministas brancos.

A socióloga feminista norte-americana Patricia Hill Collins (2016), discorreu sobre o processo de exploração das mulheres negras afro-americanas e sobre o entrelaçamento das diferenças sociais que se apresentavam como um triplo processo de segregação. Por suas múltiplas experiências de opressão, as mulheres negras seriam marcadas não só pelas questões de gênero, mas também pela discriminação de cor e de classe, permanecendo como outsiders<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> A expressão “outsider” na tradição sociológica, não costuma ser traduzida para outro idioma. No texto da autora, o termo outsider within não tem uma correspondência inquestionável em português, dessa forma, manteve-se o termo original. Possíveis traduções poderiam ser “forasteiras de dentro”, “estrangeiras de dentro”.



A partir do final dos anos 90 se intensificam os debates sobre a necessidade de uma transversalização dos saberes, a fim de superar a unicidade das perspectivas que tratam das questões de gênero. Para Piscitelli (2008) as interseccionalidades propiciam a realização de um trabalho a partir de ferramentas analíticas que corroboram a apreensão e a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades num sentido amplo, considerando as interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos.

Problematiza-se a questão da invisibilidade da condição de vulnerabilidade e violência a qual os casos exemplares estão submetidos, ressaltando a necessidade do reconhecimento da dimensão histórica, e da imbricação das relações sociais complexas, atravessadas e constituídas pelas questões de gênero, cor e classe, nesse contexto. A realidade vivida por essas Mulheres-Mães se mantém ainda muito distante dos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas de Proteção Social. Isso posto, argumenta-se que a interseccionalidade serviu como referência para o presente estudo e aporta como um instrumento de luta política a favor das mulheres, especialmente, mulheres negras em situação de violência e vulnerabilidade.

Determinantes globais como gênero, cor e classe servem de referência para estudos de abordagem interseccional quando embasados pela hipótese de desigualdade na distribuição de renda, violências relacionadas a gênero e cor, bem como, pela intersecção dessas variáveis entre si. Os pontos de convergência, por sua vez, traduzem reproduções históricas de processos de violência, submissão e exclusão, ancorados no indivíduo, na estrutura e nas redes causal e relacional. Neste contexto, pode-se afirmar que mulheres negras são notadamente vítimas prioritárias da violência e do feminicídio no Brasil.

A baixa escolaridade, a falta de oportunidades e a violência sofrida, evidenciaram a complexidade dos obstáculos enfrentados por essas Mulheres-Mães na tentativa de reaver a guarda dos/as filhos/as durante o processo de acolhimento. Nesse contexto, o afastamento do convívio familiar expôs mulheres-mães, crianças e adolescentes a outra violência incomensurável – a

separação – tendo como consequência a fragilização dos vínculos, familiar e afetivo, que muitas vezes existe e lhes é fundamental.

Uma alternativa ao acolhimento institucional, certamente seria uma Rede de apoio operativa, políticas e programas que promovessem uma maior autonomia e condições para que estas mulheres pudessem criar suas/seus filhas/os com segurança e dignidade. O conceito de Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres consiste na atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, com vistas ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção; e de políticas que garantam uma maior autonomia e o acesso aos direitos das mulheres.

Dessa forma, a assistência qualificada às mulheres em situação de violência demanda uma Rede de atendimento<sup>21</sup> operativa e integrada, de responsabilidade, em especial, “da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde”, segundo consta na descrição da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, no site da Secretaria de Políticas para Mulheres.

Nesse contexto, a Rede é composta pelos órgãos federais, estaduais e municipais, responsáveis pela garantia de direitos, dentre os quais, a seguridade social, habitação, educação, trabalho, cultura; e os serviços especializados e não-especializados de atendimento às mulheres em situação de violência. Para além desses já elencados, compõem a rede:

[...] agentes governamentais e não-governamentais formuladores, fiscalizadores e executores de políticas voltadas para as mulheres (organismos de políticas para as mulheres, ONGs feministas, movimento de mulheres, conselhos dos direitos das mulheres, outros conselhos de controle social; núcleos de enfrentamento ao tráfico de mulheres, etc.); serviços/programas voltados para a responsabilização dos agressores e universidades. (SITE SPM)

---

<sup>21</sup> Conjunto de ações e serviços de diferentes setores, que visam à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento; à identificação e ao encaminhamento adequados das mulheres em situação de violência; e à integralidade e à humanização do atendimento. Fonte: Site da SPM.

Rizzini et al (2007), apontam a existência de alguns impasses na efetivação do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária, os quais podem e devem ser superados por meio da “elaboração conjunta de planos de trabalho”, que devem ser planejados e realizados juntamente com outras organizações de defesa e operação dos direitos.

Não há como garantir a proteção integral exclusivamente por meio de uma política pública, sendo para tanto necessário envolver políticas de proteção e de promoção (saúde, educação, cultura, trabalho e renda, saneamento básico, esporte e habitação). Neste contexto, o sistema de proteção social deve integrar um conjunto de ações e intervenções ofertadas a partir de uma análise/abordagem territorial, a fim de proporcionar aos indivíduos e suas famílias condições de superar vulnerabilidades e desigualdades.

De acordo com Teixeira (2002), o município possui muitas competências, tendo como problema maior o fato de em um processo de descentralização desordenado, muitos encargos, são transferidos sem os recursos. Assim, a prática da descentralização representa um grande desafio para algumas áreas pertinentes ao tema da pesquisa, como Saúde, Educação, Habitação e Assistência Social, ao esbarrar na precariedade e indefinição desses recursos:

Os municípios recebem a responsabilidade pelas ações, mas dependem de negociações para liberação de recursos, apesar da previsão de Fundos especiais. Os recursos previstos são do orçamento da seguridade social, já muito comprometido com saúde e previdência, ambas deficitárias. (TEIXEIRA, 2002, p.9).

Segundo Guará (2010) os organismos políticos de administração foram organizados, historicamente, sob uma noção cartesiana que fragmenta as dificuldades em pequenos pedaços, para compreender detalhadamente seu funcionamento e sua composição. A fragilidade da dinâmica intersetorial, e consequente quebra do apoio necessário junto às outras instituições, resulta na fragmentação das políticas de proteção e dos serviços por elas ofertados. Essa questão emergiu em diversos momentos durante as entrevistas com as técnicas responsáveis pelos atendimentos às famílias no CREAS:

Um dia falaram pra mim [...] você é muito tecnicista, você põe muito sugiro, sugiro, sugiro, impondo pra família. Mas quando chega aqui não tem mais o que fazer essa parte de tentar, da prevenção, ela já falhou, ela já veio falha, então a família já vem numa situação de um atendimento de "ou vai fazer" ou vai ficar sem aquela criança. Porque a média complexidade seria exatamente isso, você evitar! (Técnica1).

Como estratégia para esse desafio, a Técnica3 sugere um “Estudo de Caso em Rede”, em especial, com as famílias que tiveram filhos/as institucionalizados/as.

Porque cada um/a acaba tendo uma visão. O CAPS fala uma coisa, o CREAS fala uma coisa, a Saúde fala outra, o hospital fala outra, Unidade de Saúde fala outra. Assim, acho que seria muito importante a troca de informações, e não simplesmente abrir o sistema e ver lá o que foi feito, é mais complexo que isso, é fazer um estudo de caso mesmo sabe. (Técnica3).

O modelo de Rede sugere relações mais horizontalizadas e integradas como condição imprescindível para que mulheres, crianças e adolescentes sejam atendidos de modo integral, superando ações individualizadas. A carência de instituições de atenção e acolhimento para mulheres vítimas de violência no litoral do Paraná, aponta para uma lacuna na implementação das medidas protetivas em favor do feminino, e por consequência disso, da própria proteção integral de crianças e adolescentes que compartilham a situação de violência doméstica e familiar com suas mães.

Há, portanto, uma demanda urgente pela ampla disposição a uma articulação entre as instituições, espaços, serviços e competências. Dessa forma, amplia-se e potencializa-se o alcance, desempenho e a eficiência das políticas públicas. Ao evitar o isolamento das instituições e serviços, promove-se:

(...) uma intervenção mais cooperativa e agregadora que permite uma visão e uma atuação mais efetiva sobre a realidade e a construção de uma teia de novos sentidos para a ação coletiva. As conexões necessárias à articulação de políticas sociais públicas não são apenas as de ordem comunitária e territorial, mas exigem a vinculação a redes temáticas e institucionais de toda a cidade. (GONÇALVES et al, 2010, p. 13).

Para tanto, é necessário que haja um processo de mobilização social a fim de garantir a proteção de mulheres e crianças, fazendo dessa questão, conforme Toro e Werneck (1996) “um propósito comum, por isso é um ato de razão”. A mobilização social segundo os autores:

Pressupõe uma convicção coletiva da relevância, um sentido de público, daquilo que convém a todos. “Para que ela seja útil a uma sociedade ela tem que estar orientada para a construção de um projeto de futuro.”. (TORO e WERNECK, 1996, p. 5).

Nesse sentido, segundo Guará (2010) o sistema de gestão do SUAS ressalta a necessidade de que “relações interinstitucionais, intersecretariais e intermunicipais” sejam estabelecidas e que assim, possam atender com maior eficiência as demandas sociais da população. Mas é preciso mais, vale ressaltar que:

Embora as estruturas e processos das políticas sociais sejam mais formais, quando se fala de trabalho em rede, são as relações sociais entre agentes públicos e outros atores que pertencem a esferas diferentes do Sistema de Garantia de Direitos, que dão efetividade e eficácia à intervenção. Não é apenas a organização e o tipo de troca que define a qualidade das relações, e sim a clara intenção dos participantes em atuar cooperativamente por um objetivo comum. (GUARÁ, 2010, p. 42).

Parte significativa do fracasso das políticas públicas, no Brasil e em outros países, segundo Mueller (2015), se dá em função de práticas reducionistas para lidar com fenômenos complexos. Nessa perspectiva o autor indica que algumas “áreas, temas e instrumentos serão mais suscetíveis a abordagens relacionadas a sistemas complexos”. Dentre as indicações estão as área da Saúde, e políticas públicas direcionadas a temas como o desenvolvimento e a violência. Estando esse tripé diretamente relacionado ao tema proposto pela presente pesquisa, argumenta-se sobre a viabilidade da integração da Proteção Social nessa abordagem de sistemas adaptativos complexos.

A interseccionalidade representou um importante instrumento para a compreensão das vivências dos casos exemplares, a partir de uma atitude

crítica, permitindo [re]conhecer como as desigualdades estruturais interferem no acesso e na garantia dos direitos de mulheres, especialmente mulheres negras em situação de violência. A abordagem consubstancial oportunizou pensar conjuntamente como se articulam os marcadores sociais da diferença nas práticas sociais, e nas diversas formas de discriminação, opressão e exercício de poder.

A intersetorialidade se apresentou como um desafio para as profissionais das equipes de referência, responsáveis pela oferta dos serviços socioassistenciais e da saúde, no sentido de superar a abordagem funcional/operacional colocando em prática uma possível abordagem territorial e mais [co]operativa.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi compreender as vivências de duas mulheres-mães, negras, em situação de vulnerabilidade e violência doméstica e familiar, representadas por dois casos exemplares. Investigou-se, a partir de uma perspectiva interseccional e de gênero, como as violências e as desigualdades estruturais interferem no acesso e na garantia dos direitos de mulheres-mães e seus/as filhos/as, no contexto da proteção social especial.

A invisibilidade dessa condição se dá na falta de reconhecimento da dimensão histórica e da imbricação das relações sociais complexas, atravessadas e constituídas pelas intersecções de gênero, cor e classe. Nesse contexto, a influência da articulação dessas intersecções na condição de vulnerabilidade dessas mulheres-mães, se mantêm ainda muito distantes dos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas e dos serviços de atenção e proteção social.

No que tange a invisibilidade da situação de violência doméstica e familiar, argumenta-se fortemente sobre a urgência da adoção de um sistema de notificação dos casos de [re]incidência de violência contra mulheres atendidas pelos serviços socioassistenciais de média e alta complexidade. Constatou-se por meio da pesquisa, a subnotificação de episódios de violências sofridas pelos dois casos exemplares, visto que as mulheres não buscaram os serviços de saúde, nem registraram/denunciaram as ocorrências.

Há uma carência de estudos que articulem as questões de gênero, violência doméstica e familiar, acolhimento institucional, sob uma perspectiva interseccional e de gênero, denotando a importância de se propor pesquisas sob um ponto de vista próprio à experiência e ao lugar que essas Mulheres-Mães, Negras, não alfabetizadas, em situação de vulnerabilidade e violência ocupam.

Nesse contexto, a análise interseccional sobre as vivências dos casos exemplares desvelou que, somada a imbricação das relações sociais fundamentais de partida – gênero, cor e classe – incluíram-se outros fatores que estão subjacentes às desigualdades (e iniquidades) sociais vivenciadas

por essas Mulheres-Mães. Assim, o fator geracional (dependência etílica e situação de violência perpetrada por parceiro íntimo), os padrões culturais e familiares, o baixo nível de escolaridade (ambas não alfabetizadas) e a falta de equidade social no acesso a direitos e serviços, representam fios que tecem a trama da complexidade inerente ao objeto da presente pesquisa.

A proposta da construção de um projeto de sociedade mais justa, equânime e democrática, depende de políticas, serviços e instituições que acolham (no mais amplo sentido) mulheres em situação de vulnerabilidade e violência, com vistas à promoção e emancipação da sua autonomia e da garantia de direitos, dentre eles, os já constantes na legislação.

A fragilidade, da autonomia de mulheres-mães e de seus/as filhos/as, resulta no enfraquecimento da cidadania e por consequência implica no desenvolvimento humano e social, que não se concretiza com violência e abandono.

## 6.1 PARA NÃO ENCERRAR

Considera-se essa, apenas uma, de muitas perspectivas possíveis e necessárias para se compreender as dinâmicas e as relações que se estabelecem no processo de acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Se a esse contexto, inclui-se a violência contra a mulher-mãe, e o sofrimento mútuo causado pela separação, em razão da uma forte ligação afetiva existente, o nível de complexidade ultrapassa o que nossas experiências pessoais certamente podem alcançar.

Há um longo caminho a ser percorrido, isso é fato. O estudo não escolheu como objetivo principal avaliar os serviços, menos ainda as políticas ou a abordagem profissional das entrevistadas. Obviamente, cada uma dessas perspectivas configura uma oportunidade de compreender melhor as demandas e as fragilidades concernentes a esse universo contraditório, que envolve proteção, afeto, cuidado e negligência (de si e do outro) e as mais diversas formas de violências.

O compromisso assumido era de dar voz e visibilidade à história e às vivências dessas Mulheres-Mães, permitindo-se apenas escutá-las



sensivelmente. Foram citadas incontáveis vezes as palavras: “violência”, “vulnerabilidade”, “Mulher” e “Mãe”. Da mesma forma, mencionadas exaustivamente, a cor, a classe e a condição de Mulher-Mãe dos casos exemplares apresentados. Não por acaso... Isso por si só representa um resultado.

O fechamento da escrita coincide com a data na qual se comemora os 11 anos da Lei Maria da Penha e os inquestionáveis avanços que trouxe para a promoção e o enfrentamento à violência contra as mulheres. Mas é preciso mais... É preciso falar mais de cor, de gênero e de vulnerabilidades, se a presente pesquisa se justifica em um país de população significativamente afrodescendente, que está entre os cinco do mundo onde mais se matam mulheres, majoritariamente, mulheres negras. O tema, portanto, não se esgota aqui.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIANE, Poliana P. **Uso de álcool na gestação e sua relação com sintomas depressivos no pós-parto**. USP, Ribeirão Preto, 2008.

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª Edição Rio de Janeiro: ZAHAR. Editores, 1981.

ANJOS, F. Marcio. A vulnerabilidade como parceira da autonomia. **Revista Brasileira de Bioética**, v.2, n.2, 2006. Disponível em: [https://rbbioetica.files.wordpress.com/2014/11/rbb2-2\\_completa.pdf](https://rbbioetica.files.wordpress.com/2014/11/rbb2-2_completa.pdf). Acesso em 23 abr.2016.

AZEVEDO, N.T. **A vulnerabilidade social dos municípios do litoral do Paraná: construção do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) com base nos dados dos setores censitários IBGE 2010**. Guaju, Matinhos, v.2, n.2, p. 89-124, jul./dez. 2016.

BARBIER, R. **A escuta sensível na abordagem transversal**. In: BARBOSA, J. G. (coord.). **Multirreferencialidade nas ciências sociais e na educação**. UFScar: São Carlos, 1998.

BAUMAN, Zigmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. Trad. Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2009.

BERNARDI, D. C. F. (2010). **Cada caso é um caso: a voz das crianças e dos adolescentes em acolhimento institucional. Famílias em situação de vulnerabilidade**. In Dayse C. F. Bernardi (Coord.). São Paulo: Associação Fazendo História. Disponível em: <http://www.neca.org.br/wp-content/uploads/Livro5.pdf>. Acesso em: 15 nov 2016.

BILGE, Sirma. **Théorisations féministes de l'intersectionnalité**. Diogène, 1 (225): 70-88, 2009.

BOWLBY, J. **Apego e perda: perda, tristeza e depressão**,v.3. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. São Paulo, Martins Fontes.1990.

BOSSE-PLATIÈRE, S. **Les Maternités Professionnelles**. Toulouse: Érès. 1989.

BRASIL [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil** [recurso eletrônico] 50. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. – (Série textos básicos; n. 139 PDF). Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/15261> Acesso em: 01 dez 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 4.134, de 15 de fevereiro de 2002. Promulga a Convenção nº 138 e a Recomendação nº 146 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4134.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4134.htm).

\_\_\_\_\_. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. Estatuto da criança e do adolescente, 1990. **ECA: 25 anos: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 e legislação correlata** – Ed Comemorativa – Brasília. Edições Câmara, 2015.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>. Acesso em: 13 dez 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução n.º 109, de 11 de novembro de 2009.** Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004, 2005.

\_\_\_\_\_. **LEI MARIA DA PENHA.** Lei N.º11.340, de 7 de Agosto de 2006.

BRONFENBRENNER, Urie. **Biotecnologia do Desenvolvimento Humano: tornando os seres humanos mais humanos.** Porto Alegre: Ed. Artmed, 2011.

CALHEIROS, M. M. ; MONTEIRO, B. M. **Relações familiares e práticas maternas de mau trato e de negligência.** Avaliação Psicológica. 2007, 2 (XXV): p. 195-210.

CAMPOS, M.S.; TEIXEIRA, S.M. **Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social.** Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 20-28 jan./jun. 2010.

CARVALHO, M. G. **A Dicotomia Masculino X Feminino na Construção do Gênero e suas Implicações Sociais.** In: Covolan, N.T.; Oliveira, D. C. (Orgs.) Educação e Diversidade. A questão de gênero e suas múltiplas expressões. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2015.

CARVALHO, M. C. B.; GUARÁ, I. M. F. R. **A família: um sujeito pouco refletido no movimento de luta pelos direitos da criança e do adolescente.** Rev. Brás. Cresc. Desenv. Hum., v. 4, n. 1, 1994. p. 45-48, 1994.

CASTRO, L. A.; COUZI, C. **Uso potencial dos anticonvulsivantes no tratamento ambulatorial da dependência de álcool.** J Bras Psiquiatr, 55(3): 212-217, 2006. Disponível em: Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v55n3/v55n3a07.pdf>. Acesso em: 03 agos 2017.

CAVALCANTE, L. C. et al. **Processos de saúde e doença entre crianças institucionalizadas: uma visão ecológica.** Ciência & Saúde Coletiva, 2009. Acesso em: 6 de agosto de 2017] Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63013532030>>.

CAVENAGHI, S. **Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e a Redução das Desigualdades Sociais.** In: CAVENAGUI, S. (org.) Gênero e raça no ciclo orçamentário e controle social: Indicadores de Gênero e Raça no P.P.A. 2008-2011. Centro Feminista de Estudos e Assessoria-CFEMEA, 2007.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência 2017.** Brasília: IPEA, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro.** Revista Sociedade e Estado – Volume 31, Número 1, Janeiro/Abril, 2016.

COVOLAN, N. T. **Corpo vivido e gênero: a menopausa no homoerotismo feminino.** Florianópolis, 2005.

CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DA MATTA, R. **Relativizando: uma introdução à antropologia social.** Petrópolis: Vozes, 1981. 248p.

DANTAS-BERGER, S.M. e GIFFIN, K. **A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual?** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 21(2):417-425, mar-abr, 2005.

DAY, V.P. et al. **Violência doméstica e suas diferentes manifestações.** R. Psiquiatria. RS, 25'(suplemento 1): 9-21, abril 2003.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **"Percepto, afecto e conceito". O que é a filosofia?** São Paulo, Ed. 34, 1992 (Tradução Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz).

EMERSON, R. M.; FRETZ, Rachel; SHAW, Linda. **Writing Ethnographic Fieldnotes.** Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

FARAH, M. F. S. **Gênero e políticas públicas**. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100004/7943>. Acesso em: 20 jan 2017.

FILGUEIRAS, C.A.C. Os territórios da Política Social: **Reflexão sobre o Sistema Único de Assistência Social brasileiro**. In: Políticas públicas na América Latina: novas territorialidades e processos / organizadores Carlos Aurélio Pimenta de Faria, Carlos Vasconcelos Rocha, Cristina Almeida Cunha Filgueiras [e] Léa Guimarães Souki. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2016.

FLEURY, T. E.; MENEGHEL, N. S. **Dicionário Feminino da Infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2015.

FRANCO, T.B.; BUENO, W.S. e MERHY, E.E. **O acolhimento e os processos de trabalho em saúde: o caso de Betim**, Minas Gerais, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 15(2):345-353, abr-jun, 1999.

GADELHA, C. A. et al. **Saúde e territorialização na perspectiva do desenvolvimento**. Ciência & Saúde Coletiva, 16 (6):3003-3016, 2011.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1.ed., 13.reimpr. - Rio de Janeiro : LTC,. 323p. 2008.

GOOGLE MAPS. **Mapa de Guaratuba**. 2017. Disponível em: [https://www.google.com.br/search?q=Mapa+de+guaratuba&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiR8an88ejWAhWBEZAKHdBSBNUQ\\_AUICygC&biw=1366&bih=637](https://www.google.com.br/search?q=Mapa+de+guaratuba&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiR8an88ejWAhWBEZAKHdBSBNUQ_AUICygC&biw=1366&bih=637). Acesso em: 25 jun 2017.

GOLDANI, A.M. **Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção**. Revista Brasileira de Estudos de População, v.19, n.1, jan./jun., 2002. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol19\\_n1\\_2002/vol19\\_n1\\_2002\\_2artigo\\_29\\_48.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol19_n1_2002/vol19_n1_2002_2artigo_29_48.pdf). Acesso em: 25 jun 2017.

GONÇALVES, A.S.; GUARÁ, ISA. M. F. R. **Redes de Proteção Social na Comunidade: Por uma nova cultura de articulação e cooperação em rede**. [coordenação da publicação Isa Maria F. R. Guará] . -- 1. ed. -- São Paulo : Associação Fazendo História : NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. -- (Coleção Abrigos em Movimento).

GONTIJO, Daniela T.; MEDEIROS, Marcelo - **Gravidez / maternidade e adolescentes em situação de risco social e pessoal: algumas considerações**. Revista Eletrônica de Enfermagem, v. 06, n. 03, 2004. Disponível em <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fen>

GREEN, C. A. (2006). **Gender and use of substance abuse treatment services**. Alcohol research & health: the journal of the National Institute on Alcohol Abuse and Alcoholism, 29(1), 55-62.

GUARÁ, I. M. F. R. **Redes de proteção social**. 1ª. ed. – São Paulo : Associação Fazendo História : NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, São Paulo, (Coleção Abrigos em Movimento). 2010.

HEILBORN, M. L. et al. **Aproximações Socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 8, n. 17, p. 13-45, junho de 2002.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo soc. vol.26 nº1 São Paulo June 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005> Acesso em: 06 jun 2016.

HUGGINS, Kathleen; ZEIDRICH, Linda. **The nursing mother's guide to weaning**. Boston: The Havard Common press, 1994.

IAP. **Plano de Manejo da Área e Proteção Ambiental de Guaratuba**. GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ/SEMA/IAP/Pro- Mata Atlântica/Paraná, Curitiba, 2006.

IBGE - Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica nº 34 **Síntese de Indicadores Sociais Uma análise das condições de vida da população brasileira**, 2014.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas de Gênero - Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010**, 2014.

INPAD. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas do Álcool e outras Drogas – **II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas. Consumo de Álcool no Brasil: Tendências entre 2006/2012**. Disponível em [http://inpad.org.br/wp-content/uploads/2013/04/LLENAD\\_ALCOOL\\_Resultados-Preliminares.pdf](http://inpad.org.br/wp-content/uploads/2013/04/LLENAD_ALCOOL_Resultados-Preliminares.pdf). Acesso em: 10 jul 2017.

IPARDES. **Caderno Estatístico Município de Guaratuba**. Curitiba, 2017.

IPEA - **Políticas Sociais - acompanhamento e análise** nº 23, 2015. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas\\_sociais/bps\\_23\\_14072015.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_23_14072015.pdf)

\_\_\_\_\_. **O Direito à Convivência Familiar e Comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil.** Enid Rocha Andrade da Silva (coordenadora) / Brasília, 2004

Disponível em:  
[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5481&catid=300](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5481&catid=300).

\_\_\_\_\_. **Retrato das desigualdades de gênero e raça.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39 p.

KACHANI, A. et al. **Aleitamento materno: quanto o álcool pode influenciar na saúde do bebê?** *Pediatria: São Paulo*, 2008;30(4):249-256.

KERGOAT, Daniéle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais.** *Novos Estudos, CEBRAP* 86, março 2010, pp. 93-103. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a05.pdf>. Consultado em 11/06/2016.

\_\_\_\_\_. **O cuidado e a imbricação das relações sociais.** In: *Gênero e Trabalho no Brasil e na França: Perspectivas Interseccionais.* Org. Alice Rangel de Paiva Abreu, Helena Hirata, Maria Rosa Lombardi; Tradução Carol de Paula. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

KUNITZ, S. J. et al. **Alcohol dependence and domestic violence as sequelae of abuse and conduct disorder in childhood.** *Child Abuse Negl*, 22:1079-91, 1998.

KLEIN, Carin. **“A produção da maternidade no Programa Bolsa-Escola”.** *Revista Estudos Feministas, Florianópolis*, v. 13, n. 1, p. 31-52, jan./abr. 2005.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Tradução Doralice Barros Pereira, Sérgio Martins. (do original: *La production de l'espace*. 4. éd. Paris: Éditions Anthropos). Belo Horizonte: fev. 2006 [1974]. 476 p. Não publicado.

LIAMPUTTONG, P.; EZZY, D. **Qualitative Research Methods.** 2a. Ed. Melbourne: Oxford, 2005.

MAGNANI, J. G. **O velho e bom caderno de campo.** *Revista Sexta Feira*, n. 1, p. 8-12, maio 1997.

MALINOWSKI, B. **Os argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia.** São Paulo: 2ª Ed. Abril Cultural, 1978.

MARIANO, S.A. e CARLOTO, C.M. **Gênero e Combate à Pobreza: Programa Bolsa Família.** *Estudos Feministas, Florianópolis*, 17(3): 312, Setembro-dezembro/2009.

MARTINS, Heloiza. H. T. S. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MCCALL, Leslie. **The complexity of intersectionality**. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*. Vol. 30, n.3, 2005, p. 1771-1800.

MENEZES, T. C. et al. **Violência Física Doméstica e Gestação: Resultados de um Inquérito no Puerpério**. RBGO - v. 25, nº 5, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbgo/v25n5/16815>. Acesso em: 01 ago 2017.

MINAYO, M. C. S. Et al. **Triangulação de Métodos**: Avaliação de Programas Sociais. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005.

\_\_\_\_\_. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. 132 p. (Coleção Temas em Saúde)

MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Família e políticas sociais**. In: BOSCHETTI, Ivanete et.al (Orgs.). Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

MIRANDA, H. S. **A FEBEM, o Código de Menores e a “Pedagogia do trabalho” (Pernambuco, 1964-1985)**. Projeto História, São Paulo, n.55, pp.45-77, Jan.-Abr, 2016.

MOI, T.I. **What is a Woman? What is a woman and other essays**. Oxford: Oxford University Press, 2001. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=AtvC75-pk\\_UC&pg=PR5&hl=pt-BR&source=gbs\\_selected\\_pages&cad=3#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=AtvC75-pk_UC&pg=PR5&hl=pt-BR&source=gbs_selected_pages&cad=3#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 20 abr 2017.

MOREIRA, M.I.C. **Os impasses entre acolhimento institucional e o direito à convivência familiar**. Psicologia & Sociedade, 26, 28-37, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26nspe2/a04v26nspe2.pdf>. Acesso em 13 dez 2016.

MUELLER, Bernardo. **Sistemas Complexos em Políticas Públicas no Brasil**. In: Modelagem de sistemas complexos para políticas públicas. Editores: Bernardo Alves Furtado, Patrícia A. M. Sakowski, Marina H. Tóvoli. – Brasília: IPEA, 2015.

NOBREGA, M.P. S. e OLIVEIRA, E. M. **Mulheres usuárias de álcool: análise Qualitativa**. Revista Saúde Pública, 2005.

Organização Mundial da Saúde; Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência. OMS/UNICEF. **Proteção, promoção e apoio ao aleitamento materno: o papel especial dos serviços materno-infantis**. Genebra, 1989.



Organização Mundial da Saúde (OMS). **Putting Women First: Ethical and Safety Recommendations for Research on Domestic Violence Against Women**. Department of Gender and Women's Health Family and Community Health World Health Organization Geneva, Switzerland, 2001.

\_\_\_\_\_. **Estudio multipaís de la OMS sobre salud de la mujer y violencia doméstica contra la mujer**. Geneva, 2002. Disponível em: [http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/43390/1/924359351X\\_spa.pdf](http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/43390/1/924359351X_spa.pdf). Acesso em: 01 mai 2017.

OPAS. Organización Panamericana de la Salud. **Informe sobre la situación regional sobre el alcohol y la salud en las Américas**. Washington, DC: OPAS, 2015.

PELUCIO, L. **Marcadores Sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à aids**. Saúde Soc. São Paulo, v.20, n.1, p..76-85, 2011.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. [Tradução: Angela M. S. Côrrea]. 2 ed., 2ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2015.

PILLON, S. C.; LUIS, M. A. V. **Modelos explicativos para o uso de álcool e drogas e a prática de enfermagem**. Rev Latino-am Enfermagem 2004 julho-agosto; 12(4):676-82. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rlae/article/viewFile/1927/1990>. Acesso em: 03 ago 2017.

RASCH, S.S. et al. **Projeto Terapêutico Singular no atendimento de mulheres em um CAPS AD III**. Psicologia em Pesquisa | UFJF | 9(2) | 205-215 | Julho-Dezembro, 2015.

REGO, W. L. e PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo, Editora da Unesp, 2013.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. – Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio; São Paulo : Loyola, 2004.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma; NAIFF, Luciene; BAPTISTA, Rachel (coordenadores). **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Cortez – 2007.

ROGERS, Wendy; Ballantyne, Angela. **Populações especiais: vulnerabilidade e proteção**. RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v.2, Sup.1, p.Sup.31-Sup.41, Dez., 2008.

RUSCHI, G.E.C.; SUN, S.Y.; MATTAR, R.; FILHO, A.C.; ZANDONADE, E.; LIMA, V.J. Aspectos epidemiológicos da depressão pós-parto em amostra brasileira. *Revista de Psiq. do Rio Grande do Sul*; v.29, n.3, p. 274-280, 2007.

SÁENZ, M.C.L. — Merleau-Ponty (1908-1961) y Simone de Beauvoir (1908-1986). **El cuerpo fenoménico desde el feminismo**. Sapere Aude, v.3 - n.6, pp.57-72. PUCMG: Belo Horizonte, 2º sem. 2012.

SANTOS, Milton. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. Org. Silva, E.; NEVESm G. R.; MARTINS. L. B. — Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. (Coleção O Pensamento Político Brasileiro; v.3).

SCHRAIBER, L.B. et al. **Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil**. *Rev Saude Pública*, 2007. 41(5):797-807

SCHRAMM, F. Roland. **A saúde é um direito ou um dever? Autocrítica da saúde pública**. *Revista Brasileira de Bioética*, V.2, nº2, 2006.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e realidade, Porto Alegre, v.16, n.2, jul./dez., 1990.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENADO FEDERAL. Secretaria de Transparência. Instituto de Pesquisa DataSenado – **Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**. 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/aumenta-numero-de-mulheres-que-declaram-ter-sofrido-violencia>.

SHOLL-FRANCO, A.; FERRAZ, M. M. **‘Cheirar Cola’: Aspectos Sociais e Fisiológicos do Uso Crônico de Solventes**. *Ciências Cognição (UFRJ)*, v. 11, p. 204-207, 2007.

SIGNORELLI, Marcos Claudio. **Mudaram as estações... nada mudou: profissionais do Sistema Único de Saúde e mulheres vítimas de violência doméstica no litoral paranaense**. São Paulo, 2011.

SILVA, Claudia Osorio da and RAMMINGER, Tatiana. **O trabalho como operador de saúde**. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2014, vol.19, n.12.

SOUZA, J. C. **Ruptura menorista**. *Revista Jurídica do Ministério Público*. Volume 6, 2006.

SPOSATO, K. B. **Elementos para uma teoria da responsabilidade penal de adolescentes**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, 2011.

STEIN, M.D.; CYR, M.G. **Women and substance abuse**. Medical Clinics of North America, v. 81, n. 4, p. 979-998, 1997.

STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. Coordenação editorial: Florencia Ferrari. Tradução: Iracema Dullei, Jamille Pinheiro e Luísa Valentini. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

TEIXEIRA, S.M. **Família na Política de Assistência Social: Avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar**. Rev. Pol. Públ. São Luis, v. 13, n. 2, p. 255-264 jul./dez., 2009.

TEIXEIRA, E. C. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade, 2002.

TORO, J.B. e WERNECK, N.M.D. **Mobilização Social: Um modo de construir a democracia e a participação**. UNICEF- Brasil, 1996.

TUCHMAN, E. **Women and addiction: the importance of gender issues in substance abuse research**. J Addict Dis, 2010.

VENÂNCIO, Renato P. **Maternidade Negada. In História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

\_\_\_\_\_. **Uma história social do abandono de crianças. De Portugal ao Brasil: Séculos XVIII-XX**. São Paulo: Alameda Editora PUC Minas, 2010.

WALSELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil**. Flacso Brasil: Brasília, 2015.

WOLLE, C. de C., ZILBERMAN, M. L. (2011). **Mulheres**. In: A. Diehl, D. C. Cordeiro, R. Laranjeira (Orgs.). Dependência química: prevenção, tratamento e políticas públicas. Porto Alegre: Artmed. p. 375-382.

YUNES, M.A., et al. **Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados**. In: Koller, S.H. (Ed.), Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenções no Brasil (pp.197-218). São Paulo, 2004.

ZILBERMAN, M. e BLUME, S.B. **Violência doméstica, abuso de álcool e substâncias psicoativas**. Rev Bras Psiquiatr. 2005.

## APÊNDICE A

### Apêndice A: Roteiro de Entrevista Semiestruturada com as Profissionais das Equipes Técnicas

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Gênero: Feminino ( ) Masculino ( ) Outro ( ) \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Instituição na qual trabalha: \_\_\_\_\_

#### **Questões**

1. Conforme disposto no ECA, de acordo com sua experiência profissional, quais são os principais desafios para os Serviços Socioassistenciais de Média e Alta Complexidade para a garantia da Doutrina da Proteção Integral, no contexto do acolhimento Institucional (AI) e no atendimento as famílias?
2. Como é tratada a questão da violência contra mulher, no contexto do acolhimento institucional, nos atendimentos do CREAS e da CCA? Quais as possibilidades de apoio / atenção / proteção / encaminhamentos para a essas mães que tiveram seus/suas filhos/as acolhidos/as por medida de proteção?
3. Os casos de violência contra mulher que chegam ao CREAS são notificados em algum Órgão especializado?
4. Quais as estratégias possíveis e principais desafios, para garantir a convivência familiar e favorecer o fortalecimento de vínculos durante o período de AI.
5. Quais os avanços e desafios para o SUAS na abordagem, sob uma perspectiva territorial e em Rede (intersectorialidade), no contexto do acolhimento institucional, quando há ocorrência de violência domestica e/ou dependência química /álcool dos pais?
6. A vontade das crianças/adolescentes de manter e/ou voltar ao convívio familiar é levada em consideração para a tomada da decisão da destituição definitiva do poder familiar?

## APÊNDICE B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para as Mães (Frente)

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MÃES

Eu, Mirna Carriel Cleto, juntamente com meu orientador Prof. Marcos Claudio Signorelli, e minha co-orientadora Nádia Terezinha Covolan; da Universidade Federal do Paraná (UFPR) convidamos para participar desse estudo que busca ouvir mães que tenham passado pela experiência de ter filhos (as) acolhidos (as) por medida de proteção.

a) A pesquisa busca compreender o processo de acolhimento institucional do ponto de vista das mães e das profissionais que trabalham no Centro Especializado de Assistência Social (CREAS) e na Casa Lar (CCA). A sua participação nesse estudo é muito bem vinda e será muito importante ouvi-la, sobre sua vivência do afastamento de seu/sua filho/a e sobre quais foram, a seu ver, os motivos que levaram a essa determinação.

b) Os benefícios esperados com essa pesquisa são de contribuir com a Política Nacional de Assistência Social. Nem sempre a senhora será diretamente beneficiada com o resultado da pesquisa, mas poderá contribuir para o avanço científico e para a melhoria dos serviços socioassistenciais e do atendimento às famílias que passam pela experiência de ter seus/suas filhos/as acolhidos/as por medida de proteção.

c) A sua participação neste estudo é voluntária, ou seja, só se for da sua vontade e decisão, e no caso de não querer mais fazer parte da pesquisa, poderá desistir a qualquer momento e pedir que lhe devolvam este Termo ((TCLE) assinado.

d) Os riscos relacionados ao estudo são mínimos, garantimos que somente a pesquisadora e você terão acesso às informações dadas. A pesquisa não tem a intenção de fazer nenhum tipo julgamento moral sobre suas vivências e em nada prejudicará ou influenciará o andamento e o resultado do processo de acolhimento do seu filho/a. Caso a senhora experimente algum desconforto a sua participação poderá ser interrompida imediatamente e, juntas, veremos a necessidade de encaminhá-lo para atendimento especializado da equipe multiprofissional (assistente social e psicóloga), que estará disponível na instituição durante todo período da realização da entrevista.

e) Seu nome ou qualquer outro dado que possa identifica-la, será mantido em sigilo e codificado (substituído por apelidos ou números/letras), caso sejam usados em relatórios ou publicação. As gravações feitas durante as entrevistas (com sua autorização) serão utilizadas unicamente para essa pesquisa e serão destruídas quando a pesquisa for encerrada.

f) Não haverá despesa para a participação na pesquisa, buscaremos conciliar o agendamento das datas para as entrevistas de acordo com sua disponibilidade e conforme datas de atendimento no CREAS e/ou visitas a CCA. Assim, esclarecemos que a senhora não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação.

Rubricas:

Participante da Pesquisa e /ou responsável legal \_\_\_\_\_

Pesquisador Responsável \_\_\_\_\_

Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa  
em Seres Humanos do Setor de Ciências da  
Saúde/UFPR.  
Participar CEP/SD-PB nº 1818173  
na data de 11/12/16

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde da UFPR |  
CEP/SD Rua Padre Camargo, 285 | térreo | Alto da Glória | Curitiba/PR | CEP 80060-240 |  
cometica.saude@ufpr.br - telefone (041) 3360-7259

## APÊNDICE C: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para as Mães (Verso)

g) No caso de precisar de ajuda para leitura e/ou explicação sobre esse termo, a pesquisadora se prontifica em estar no CREAS e na Casa Lar CCA, disponível para esse fim, para tirar quaisquer dúvidas. Poderá trazer um familiar ou pessoa de sua confiança para sentir-se mais segura. As profissionais do CREAS e da Casa Lar, com as quais já passa por atendimento, também estarão disponíveis para esclarecer possíveis dúvidas.

Se tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você poderá contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da UFPR, pelo telefone: 41- 3360-7259.

Os (as) pesquisadores (as) Mirna Carriel Cleto (mirnacarielleto@hotmail.com), Marcos Claudio Signorelli (signorelli.marcos@gmail.com) e Nadia T. Covolan (nadiathe@gmail.com), responsáveis por este estudo, poderão ser contatados para esclarecer as dúvidas que a senhora possa vir a ter e dar todas as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo:

Horário: das 14:00 às 18:00 (das 2 horas da tarde as 6 horas da tarde)

De segunda-feira à sexta-feira

Telefone: (41) 3511-8319 Celular pesquisadora Mirna (41) 99996292

Pessoalmente: na Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral:

Rua Jaguariaíva, nº 512, Bairro Caiobá, Município de Matinhos, no Gabinete 6, 2º piso, (subindo as escadas ao lado do atendimento acadêmico).

Eu, \_\_\_\_\_ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

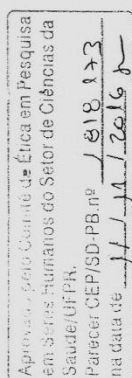
Data, \_\_\_\_\_, Local \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Participante de Pesquisa

\_\_\_\_\_  
Mestranda Mirna Carriel Cleto

\_\_\_\_\_  
Prof Dr. Marcos Claudio Signorelli

\_\_\_\_\_  
Profª Drª. Nadia T. Covolan



Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde da UFPR |  
CEP/SD Rua Padre Camargo, 285 | térreo | Alto da Glória | Curitiba/PR | CEP 80060-240 |  
cometica.saude@ufpr.br - telefone (041) 3360-7259

## APÊNDICE D: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para as Profissionais das Equipes Técnicas (Frente)

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Mirna Carriel Cleto, mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável – da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, juntamente com meu orientador Prof. Marcos Claudio Signorelli, Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de São Paulo/Escola Paulista de Medicina - UNIFESP e minha co-orientadora Nadia Terezinha Covolan, Pós Doutora pelo Programa de Pós Graduação em Tecnologia (PPGTE) da UTFPR; convidamos o (a) Senhor (a) profissional atuante junto ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e/ou da Casa Lar CCA do município de Guaratuba/PR, a participar de um estudo com o título: “A Interseccionalidade como perspectiva para análise de Políticas Públicas no contexto da Proteção Integral”.

As pesquisas acadêmicas são importantes para melhorias em todas as áreas, neste sentido, sua participação é muito bem-vinda. As ações na área dos Serviços de Proteção Social de Média e Alta Complexidade seguem a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, segundo a Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009 em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a respeito da Doutrina da Proteção Integral.

- a) O objetivo desta pesquisa é investigar e analisar as possibilidades e os limites da Doutrina da Proteção Integral, no contexto do acolhimento institucional no município de Guaratuba/PR. Caso o senhor (a) participe da pesquisa, será necessário que responda as perguntas, em momentos individuais, sobre sua atuação junto ao CREAS e/ou Casa Lar CCA no município de Guaratuba.
- b) Para isso, deverá comparecer em espaço privativo da Unidade do CREAS e/ou Casa Lar CCA, no qual está vinculado para realização de uma entrevista, que levará aproximadamente 50 minutos. Nesta atividade os (as) participantes serão convidados (as) a falar a respeito de sua atuação, enquanto profissionais das equipes técnicas dos serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, na atenção aos usuários do CREAS e da Casa Lar CCA.
- c) Caso o/a senhor (a) experimente algum desconforto ao falar de sua atividade como profissional dos serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, a sua participação poderá ser interrompida imediatamente e, juntos, veremos a necessidade de encaminhá-lo para atendimento especializado.
- d) Os riscos relacionados ao estudo são mínimos, uma vez que lhe será dada garantia de sigilo das informações e que estas não apresentam caráter avaliativo da qualidade do serviço ou de sua atuação profissional.
- e) Os benefícios esperados com essa pesquisa são de contribuir com a Política Nacional de Assistência Social e a oportunidade de refletir sobre sua própria atuação profissional. Nem sempre o/a senhor (a) será diretamente beneficiado com o resultado da pesquisa, mas poderá contribuir para o avanço científico.
- f) A sua participação neste estudo é voluntária e se o/a senhor (a) não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado.
- g) Os (as) pesquisadores (as) Mirna Carriel Cleto (mirnacarielleto@hotmail.com), Marcos Claudio Signorelli (signorelli.marcos@gmail.com) e Nadia T. Covolan (nadiathe@gmail.com), responsáveis por este estudo, poderão ser contatados no horário das 14:00 às 18:00, de segunda à sexta-feira, pelo telefone 41 3511-8319, e-mail ou pessoalmente no endereço do Campus Setor Litoral da UFPR, situado na Rua Jaguariaíva, nº 512, Bairro Caiobá, Município de Matinhos, no Gabinete 6, 2º piso, (subindo as escadas ao lado do atendimento acadêmico), para esclarecer eventuais dúvidas que o senhor(a) possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

Aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa  
em Seres Humanos do Setor de Ciências da  
Saúde/UFPR.  
Parecer CEP/SD-PB nº 1818173  
na data de 11/11/2016

Rubricas:  
Participante da Pesquisa e /ou responsável  
legal \_\_\_\_\_  
Pesquisador Responsável \_\_\_\_\_

## APÊNDICE E: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para as Profissionais das Equipes Técnicas (Verso)

- h) Garantimos o sigilo das informações. Caso haja divulgação em relatório ou publicação do estudo, estas serão feitas sob forma codificada, ou seja, seu nome e dados pessoais serão substituídos por apelidos ou códigos (letras ou números), para que a sua identidade seja preservada.
- i) O material obtido por meio das entrevistas em áudios em mp3 – será utilizado unicamente para essa pesquisa e será desgravado ou destruído quando a pesquisa for encerrada.
- j) não haverá despesa para a participação na pesquisa porque o senhor (a) estará em seu local de trabalho e não necessitará de transporte e o senhor (a) não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação
- k) se tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, o senhor (a) pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pelo telefone 3360-7259.

Eu, \_\_\_\_\_ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

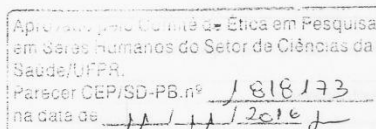
Data, \_\_\_\_\_, Local \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Participante de Pesquisa

\_\_\_\_\_  
Mestranda Mirna Carriel Cleto

\_\_\_\_\_  
Prof Dr. Marcos Claudio Signorelli

\_\_\_\_\_  
Profª Drª. Nadia T. Covan





## ANEXO 1: Certificado UEPG

	<p><b>UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA</b>  <b>PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS CULTURAIS</b></p>	
<p><b>CERTIDÃO</b></p>		
<p>Certificamos para os devidos fins que o trabalho "Interseccionalidade e políticas públicas: um olhar para proteção integral", de autoria de Mirna Carriel Cleto, foi apresentado por Mirna Carriel Cleto, na categoria Oral, durante o evento de extensão "I Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas Tema: Desenvolvimento, Gênero e Condição de Pobreza", em uma promoção da Universidade Estadual de Ponta Grossa através da Departamento de Serviço Social, realizado no período de 07 a 09 de novembro de 2016. Coordenação de Lenir Aparecida Mainardes da Silva.</p>		
<p>Ponta Grossa, 06 de Janeiro de 2017.</p>		
<p>  <b>Prof. Marilisa do Rocio Oliveira</b>          Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Culturais</p>		

## ANEXO 2: Certificado Sociologia

